

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
25 de Março de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1005
Director:
Carlos Brito

Contra a política de Cavaco
trabalhadores descem à rua

em luta



Final, o fiasco:
em 1992
crescemos pouco
e menos que a Europa!

Pág. 3

Trabalhadores corresponderam ao apelo da Inter
e manifestaram-se no sábado exigindo mudança da
política do Governo — Págs. 4 e 5

A crise e a luta no Vale do Ave

— reportagem
de Leandro Martins

Págs. 20 e 21



Habitação barracas e espectáculo político

— artigo de Luís Sá

Pág. 18



AUTARQUIAS 93

CDU

um bom trabalho

*melhores
soluções*

CDU

apresenta
candidatos

Págs. 16 e 17



A África do Sul antes da viragem (conclusão)

— artigo
de Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 22, 23 e 24

EDITORIAL

O combate à corrupção e os telhados de vidro



Na baixa lisboeta, milhares de trabalhadores manifestam-se contra a política governamental

RESUMO

17 Quarta-feira

Na Conferência dos Poderes Locais e Regionais, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) acusa o Governo português de não respeitar os princípios da Carta de Autonomia Local ■ Também em Estrasburgo, a lentidão dos tribunais portugueses é de novo posta em causa pela Comissão Europeia dos Direitos do Homem ■ Na Rússia, conselheiros de Ieltsin, alegando o risco de um «golpe de Estado», exigem que este decreta a «administração presidencial directa» ■ Morre, em Lisboa, António José Saraiva.

18 Quinta-feira

Inaugura-se em Lisboa um simpósio internacional subordinado ao tema «A Cor de Lisboa», sobre as cores dos núcleos históricos, onde é revelado que já foram recuperados, no actual mandato, 2500 fogos dos 25 mil existentes nos núcleos históricos da capital, representando um investimento de mais de sete milhões de contos ■ As sondagens continuam a apontar o centro-direita como vencedor da primeira volta das eleições legislativas em França ■ Moçambique e Portugal criam, em Maputo, uma sociedade de capital de risco (SCR) para incrementar investimentos luso-moçambicanos.

19 Sexta-feira

Segundo a imprensa, o secretário-geral do PS, António Guterres, reuniu-se com os porta-vozes do partido, fazendo, na oportunidade, o «discurso da ética» ■ Cerca de 1500 trabalhadores do sector da cristalaria realizam uma greve na Marinha Grande, reivindicando um aumento de nove por cento nos seus vencimentos ■ Duas avarias na linha de Sintra provocam grandes prejuízos aos utentes da CP ■ Nas vésperas das eleições francesas, os «verdes» anunciam a sua recusa de apoio eleitoral ao PS ■ A Câmara dos Representantes dos EUA aprova, por larga maioria, o programa de relançamento económico do Presidente Bill Clinton ■ Depois das suas conversações em Washington, Jacques Delors e Bill Clinton não chegam a acordo acerca das relações económicas entre os EUA e a Europa.

20 Sábado

Convocada pela CGTP-IN, realiza-se em Lisboa uma manifestação contra a política social e laboral do Governo ■ O ex-«corretor» da Bolsa de Lisboa, Pedro Caldeira, é frustrado nas suas intenções de (segundo afirmou à TSF) regressar a Portugal, preso que foi, pelo FBI, num hotel de Atlanta, nos EUA ■ Após 18 anos de actividade parlamentar, faz a sua última intervenção na Assembleia da República o deputado, do PCP, Jerónimo de Sousa ■ O projecto de lei básica de Macau é apresentado à Assembleia Popular chinesa ■ A Câmara Municipal de Lisboa lança a público um «Manual de Apoio» sobre recuperação de edifícios ■ Boris Ieltsin declara, através da Rádio e da TV, que passou a

administrar a Rússia através de decretos presidenciais, anunciando ainda um plebiscito para o próximo dia 25 de Abril ■ De visita aos EUA, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Pretória, Pik Botha, diz garantir oportunamente o esclarecimento de todas as dúvidas acerca da capacidade nuclear sul-africana.

21 Domingo

Num encontro distrital da CDU de Setúbal, Carlos Carvalhas afirma que o principal responsável da crise que Portugal atravessa é o Governo de Cavaco Silva ■ A coligação formada pelo RPR, de Jacques Chirac, e pela UDF, de Giscard d'Estaing, alcança 40,8 por cento dos votos expressos na primeira volta das eleições legislativas francesas. Com especial relevância para os socialistas, todos os grandes partidos viram diminuir substancialmente a sua votação, com excepção do PCF que apenas desce de 11,3 por cento para 9,2 por cento ■ O Soviete Supremo da Rússia remete para o Tribunal Constitucional uma decisão final sobre as deliberações de Boris Ieltsin, enquanto o vice-Presidente Alexander Rutskoi se demarca da posição do Presidente russo.

22 Segunda-feira

O ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, anuncia no Porto um novo «pacote» de 220 milhões de contos para a agricultura ■ Em conferência de imprensa, Octávio Teixeira, da CP do CC do PCP, denuncia a «terapia de remendos» que os recentes «pacotes de medidas» do Governo constituem ■ Realiza-se com uma forte adesão de 85 por cento, apesar de o Governo ter decretado «serviços mínimos» de amplitude injustificada, uma greve dos trabalhadores da CP ■ A candidata da CDU à Câmara do Porto, Ilda de Figueiredo, critica a política de habitação do actual executivo camarário ■ Bill Clinton reafirma o seu apoio a Boris Ieltsin, adiantando que a próxima cimeira EUA-Rússia poderá, se necessário, realizar-se em Moscovo ■ As FFAA angolanas confirmam a retomada da cidade do Caxito, capital da província do Bongo.

23 Terça-feira

Fernando Nogueira anuncia em conferência de imprensa que o serviço militar obrigatório, com duração antes anunciada de 4 meses, para muitos recrutas será prolongado para 7 ou 10 meses ■ Um despacho conjunto do primeiro-ministro e do ministro do Emprego exonera José de Brito do cargo de presidente do IEFP ■ Protestando contra as novas normas que restringem a circulação no Palácio de S. Bento, os jornalistas parlamentares decidem por unanimidade não fazer a cobertura dos trabalhos da AR durante uma semana ■ Oliveira Dias anuncia a sua saída do PCP, mas mantém-se como vereador da CM do Porto ■ Demite-se o primeiro-ministro belga, por discordâncias na coligação governamental acerca do Orçamento de Estado ■ O Tribunal Constitucional da Rússia reprovava as medidas tomadas por Boris Ieltsin.

O fenómeno da corrupção tornou-se um grande problema nacional. Ao aparecer, de surpresa, na Assembleia da República para participar num debate sobre a matéria, Cavaco Silva quis contrariar esta generalizada convicção, mas o resultado foi precisamente o contrário: constituiu uma dramatização da questão e atraiu sobre ela mais intensamente as atenções do País.

A última prestação parlamentar do Primeiro-Ministro pôs, além disso, em evidência o nervosismo e a má consciência do Governo quando se fala de corrupção e mostrou como este se sente atingido pela pressão acusatória da opinião pública.

Tratando-se de um debate sobre o combate à corrupção, surpreende que o que mais preocupou o Primeiro-Ministro não sejam as orientações e as medidas para travar esse combate, mas as manhas para dissimular as proporções do fenómeno e as habilidades para desresponsabilizar o Governo.

Cavaco Silva advogou e pretendeu justificar uma deliberada política de encobrimento alegando que «alguns meios políticos ou sectores de opinião têm produzido acusações de utilização fraudulenta de fundos comunitários» e, ameaçando, «que daí podem resultar dificuldades para a defesa dos interesses nacionais e para o encaminhamento de novos fundos para o País».

O que é que quer o Primeiro-Ministro? É um «pacto de silêncio» em relação aos escândalos com os fundos comunitários? Parece não ser outra coisa, pois é ele que insiste, no mesmo discurso: «Temos todos o dever de juntar esforços no sentido de manter - e se possível reforçar - a imagem de Portugal como Estado membro exemplar na forma como aplica os fundos comunitários.»

A exemplaridade invocada pelo Primeiro Ministro merece uma valente gargalhada!

O País tem uma noção dos escândalos repetidos, do esbanjamento e do desvio fraudulento de fundos comunitários em benefício das clientelas do PSD e das «mafias» que actuam à sombra deste partido, de tal maneira que o Governo pôde nomear, recentemente, presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional um arguido de um processo de associação criminosa, precisamente, em relação aos fundos comunitários.

Exaltação com que Cavaco Silva gritou na Assembleia da República, que «Portugal não é um país de corruptos» foi uma monumental habilidade para tentar desviar as atenções do Governo e do PSD.

Ora, os acusados são o Governo e o PSD.

Acusados pelo que não fizeram e não fazem no combate à corrupção, pelo que fizeram e fazem na obstrução às iniciativas do PCP e de outras forças da oposição, pelo que fizeram e fazem com a delapidação das empresas públicas e outros bens do Estado e por uma política de águas turvas em que sobressaem o tráfico de influências, o clientelismo e o nepotismo, o caldo de cultura em que viceja e alastra o fenómeno da corrupção.

Os deputados do PCP avivaram a memória do Primeiro-Ministro lembrando-lhe o encerramento, por imposição do PSD, de um inquérito parlamentar ao Fundo Social Europeu que nada concluiu, numa altura em que já existiam fraudes de muitas dezenas de milhar de contos, como depois foi revelado; a recusa de qualquer outro inquérito ao Fundo Social Europeu apesar das comprometedoras revelações que agora vêm a público; o encerramen-

A última prestação parlamentar do Primeiro-Ministro pôs em evidência o nervosismo e a má consciência do Governo quando se fala de corrupção e mostrou como este se sente atingido pela pressão acusatória da opinião pública.

to à força, imposto pelo PSD, do inquérito ao Ministério da Saúde, também sem nada concluir, e a obstrução de novos inquéritos sobre esta matéria, muito embora se tivessem confirmado posteriormente actuações criminosas que originaram prisões, inclusivamente; a recusa, ao longo de anos, de todos os inquéritos parlamentares aos escândalos com as privatizações, incluindo o que foi muito recentemente apresentado pelo PCP, apesar de ser abundante a matéria indiciadora de práticas criminosas.

O Governo não está, no entanto, interessado numa acção de efectiva fiscalização com a participação da oposição, nem em relação a estas situações concretas nem ao fenómeno em geral.

Como salientaram os deputados do PCP, a legislação proposta pelo Governo, juntamente com as alterações introduzidas pelo PSD na Lei orgânica do Ministério Público, parecem indicar que o Governo pretende ter sob o seu controlo exclusivo todos os mecanismos de combate à corrupção.

Com absoluta pertinência, observou a deputada Odete Santos: «Diz-se que se pretende combater a corrupção. Mas nestes termos não é legítima a dúvida de que se esteja a protegê-la, em certas circunstâncias?»

A guerrilha desenvolvida para rebaixar o papel do Tribunal de Contas e dificultar a acção do seu incómodo Presidente e o labéu de «forças de bloqueio» lançado às instâncias de fiscalização do Estado que não são controladas pelo Governo ou o PSD põem ainda mais em evidência a ambiguidade do poder laranja em face do fenómeno da corrupção.

É caso para perguntar: quem tem medo do combate à corrupção?

Nestas circunstâncias, surpreende o tom comedido e cerimonioso (há algumas excepções) com que o PS intervém numa matéria em que os telhados de vidro do Governo são tão evidentemente frágeis e extensos.

António Guterres, secretário-geral do PS, ao anunciar há dias em Coimbra a apresentação pelo seu partido de um inquérito parlamentar à aplicação dos fundos comunitários foi de uma incedível elegância, mas de nenhum ardor oposicionista. Começou ele por salientar que, «embora não esteja em causa a honorabilidade do Primeiro-Ministro, nem de qualquer outro membro do Governo, os socialistas têm no entanto a obrigação», etc.

A mesma tónica da «obrigação» foi acentuada, como quem pede licença, por Almeida Santos, presidente e líder parlamentar do PS, quando anunciou o mesmo inquérito parlamentar à comunicação social.

Há meses atrás, já António Guterres convidara o PSD a juntar-se ao PS para um combate conjunto contra a corrupção, o que não deixa de ser divertido quando se vê ainda agora o Primeiro-Ministro considerá-la uma «arma de arremesso» e insinuar a falta de patriotismo dos que reclamam medidas contra as fraudes na aplicação dos fundos comunitários.

Mas por que não se junta o PS ao PCP e aos outros partidos da oposição para a luta contra a corrupção? Por que não se desenvolve em conjunto uma campanha larga e sistemática não só em torno dos fundos comunitários, mas também das privatizações e de importantes processos que parecem parados nos Tribunais, como, entre outros, o do Ministério da Saúde e das responsabilidades da ex-ministra Leonor Beleza?

A verdade é que desde os conhecidos casos Costa Freire e Melancia, que tanto apaixonaram a opinião pública, mas que ainda não chegaram a julgado, não se verificou nenhum facto significativo na luta contra a corrupção. E não os haverá?

Os telhados de vidro podem durar, mas sufocam a vida nacional e o pior é que um dia vem um temporal e é o desastre... como na Itália e em França.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 396 87 93; Telex: 85 791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 14, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.796\$00

ESPANHA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Comunicado da Comissão Política

A situação do País não se compadece com remendos

Na sua reunião de hoje, a Comissão Política do PCP procedeu à análise da evolução da situação económica, social e política do País e da patente incapacidade política demonstrada pelo Governo para dar a resposta adequada que a gravidade da situação urgentemente exige.

1. Os últimos indicadores da situação económica do País não apenas confirmam as análises do PCP sobre a recessão em que a economia portuguesa se atolou desde a segunda metade do ano passado, como mostram que a profundidade da crise é já bem maior do que se pensava.

Na verdade, e de acordo com esses indicadores, a evolução do PIB em 1992 terá sido inferior a 1%. O que significa, nomeadamente:

- que após a prática estagnação da produção no terceiro trimestre, o produto interno registou uma evolução negativa não inferior a 2% nos últimos três meses do ano transacto, facto que se não verificava desde a profunda crise vivida entre 1983 e 1985;

- que a evolução do produto interno português em 1992 foi inferior à evolução média comunitária, alargando ainda mais o fosso que nos separa das restantes economias da CEE.

A acrescida dimensão da crise económica interna face à média registada nos países comunitários é, só por si, a confirmação da análise anteriormente feita pelo PCP de que a responsabilidade essencial da crise interna assenta não na evolução económica externa mas nas políticas implementadas pelo Governo de Cavaco Silva.

Estes resultados relevam a ausência de credibilidade e, fundamentalmente, a comprovada inadequação das políticas do Governo à realidade da economia nacional. Políticas económicas que estão definitivamente postas em causa.

O próprio Governo, e designadamente o Primeiro-Ministro, é agora obrigado a reconhecer, contra a sua vontade, a realidade visível que os dados estatísticos há muito espelhavam.

Mas, inversamente ao que a gravidade da situação exige, Cavaco Silva e o Governo não tiram daí as necessárias ilações: a urgente e profunda alteração das orientações essenciais da política económica e social.

Não é com o mero anúncio de medidas pontuais que serão debeladas as causas das profundas dificuldades que atingem a agricultura, as pescas, a indústria e o turismo nacionais.

Como não é com a tentativa de alijar responsabilidades exclusivas para o Banco de Portugal - acusando-o da própria cegueira do Governo e de prosseguir políticas que o próprio Governo passou os últimos anos a defender - que a recessão económica e a regressão social serão combatidas.

A situação económica e social que o País atravessa não se compadece com a terapia de meros remendos. É a própria estrutura do tecido produtivo e dos equilíbrios sociais que está em causa.

A Comissão Política do PCP reafirma a urgente necessidade de uma profunda inversão das orientações da política económica e social prosseguida pelo Governo e a urgência de aplicação do conjunto de 17 medidas imediatas que o PCP apresentou no passado dia 9 visando travar o aprofundamento da crise económica e minimizar os seus custos sociais.

Nomeadamente, é de uma enorme gravidade política, económica e social, a irresponsável e obsessiva persistência do Governo na política de defesa de uma paridade cambial do escudo sobreavaliada e irrealista, que comprovadamente sacrifica a produção e as exportações nacionais, provoca o aumento exponencial do desemprego, implica a manutenção de elevadas taxas de juro do crédito, reduz as reservas do País em divisas e gera muitas dezenas de milhões de contos de prejuízos ao Banco de Portugal.

Política que, por acréscimo e inconsequentemente, não evitará uma inevitável desvalorização do escudo num futuro mais ou menos próximo.

2. Com o atraso de um mês após a apresentação pelo PCP na Assembleia da República, a 18 de Fevereiro, de um Projecto de Resolução visando a adopção de um Programa de Emergência para a Agricultura Portuguesa e procurando travar e esbater o poderoso movimento de descontentamento e protesto dos agricultores portugueses levado a cabo pela CNA, o Governo surge hoje a anunciar um "Pacote de Medidas" onde parece misturar a satisfação de algumas das propostas do PCP e reivindicações dos agricultores com a mais descarada demagogia.

O Governo de Cavaco Silva e o ministro da Agricultura pretendem ir para o debate que agendaram na Assem-

bleia da República para 4ª-feira, 24 de Março, «botar figura». E assim, agarram nas verbas previstas para aplicação do Reg. (CEE) 866 no quadriénio 93/97 (vigente em toda a CEE) e arranjam 180 milhões de contos. Juntam-lhe os 106 milhões de contos por que «venderam» as medidas de protecção e salvaguarda da agricultura portuguesa que ainda restavam da 2ª etapa de transição, e fazem um bolo de 286 milhões que são agora e apresentados como novidade e salvação da agricultura nacional!

A gravidade da situação exige, contudo, outras medidas e com urgência. Exige, como o PCP propôs no Programa de Emergência e depois reafirmou nas «17 Medidas para enfrentar os problemas económicos e sociais mais urgentes», a «invocação junto da Comunidade Económica Europeia de interesses vitais em causa e de grave situação económica e social, e consequente adopção de medidas de salvaguarda tendo em vista, designadamente: a restrição ou suspensão das importações de produtos agrícolas (...) e a defesa das especificidades da agricultura (...), bem como a «Intervenção no escoamento da produção agrícola a preços compensadores.»



Sérgio Teixeira e Octávio Teixeira apresentaram à Comunicação Social as principais conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Política

Saudando a vasta movimentação dos agricultores portugueses em defesa dos seus legítimos direitos, a Comissão Política do PCP alerta para a demagogia do Governo, que mantém a discriminação antidemocrática das suas organizações e reafirma o apoio à sua luta e uma decidida intervenção política virada para a satisfação urgente dos actuais problemas da agricultura portuguesa.

3. Um Governo que com a sua política atinge os interesses e as condições de vida de um número crescente de portugueses, um Governo que tardiamente decreta uma inaceitável actualização do salário mínimo nacional de apenas 6,5%, que impõe tectos salariais idênticos ou inferiores à generalidade dos trabalhadores, que se mostra insensível aos dramas de milhares e milhares de desempregados, dos trabalhadores com salários em atraso e dos reformados e pensionistas, e que se prepara para introduzir alterações particularmente negativas na fórmula de cálculo das pensões de velhice e de invalidez, é um Governo que não vive a realidade social e não serve o interesse nacional, é um Governo que deve ser permanente e crescentemente contestado e combatido.

A Comissão Política do PCP saúda a importante jornada de luta promovida pela CGTP-IN no passado dia 20 em Lisboa, e exorta os trabalhadores portugueses e outras camadas sociais a prosseguirem e intensificarem a sua luta contra a nefasta política económica e social do Governo e pela satisfação das suas legítimas reivindicações.

A Comissão Política apela particularmente ao empenhamento na marcha pela educação de 26 de Março e na jornada de luta de 2 de Abril.

4. A Comissão Política salienta que a vitória eleitoral e o regresso da direita ao poder em França não se baseia em qualquer significativo avanço da sua influência no eleitorado, uma vez que os partidos de direita (RPR e UDF) alcançam agora uma percentagem de votos aproximada à que obtiveram nas legislativas de 1988 e 1991 em que foram derrotados.

Os resultados da 1ª volta das eleições francesas exprimem sobretudo uma inequívoca penalização do PSF pela política de direita conscientemente adoptada e praticada por este partido no governo (incluindo no período de 88 a 91 sob a direcção de Michel Rocard) e que, nomeadamente, provocou um continuado aumento do desemprego e o agravamento da situação de largas camadas sociais. Esses resultados, num quadro de alterações no panorama partidário e de dispersão de votos e por força de um sistema eleitoral profundamente antidemocrático, conduziram a uma escandalosa sobre-representação parlamentar da coligação de direita.

No específico e difícil contexto da situação francesa, é adequado valorizar o resultado obtido pelo PCF, sobretudo tendo em conta os efeitos de uma prolongada e persistente campanha procurando apresentar o fracasso e o descrédito do PSF como o fracasso e o descrédito de toda a esquerda (apesar do PCF ter sido o mais consequente opositor da política agora condenada pelo eleitorado).

Tendo presente os planos do PSD para proceder a alterações antidemocráticas do sistema eleitoral visando subverter o justo princípio da proporcionalidade, a Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para o escândalo que constitui a anunciada probabilidade de, com 40% dos votos, a direita poder vir a eleger entre 75 a 80% do total de deputados.

Um sistema eleitoral - em vigor por responsabilidade do PSF - que nega representação parlamentar a 40% dos eleitores, que inutiliza o voto e despreza

a vontade de perto de 8 milhões de eleitores só pode ser qualificado como a negação da democracia representativa, como um grave atentado contra os direitos dos cidadãos, como uma parcial mas gravíssima expropriação da soberania popular.

5. A Comissão Política do PCP, no momento em que se avizinha o Dia do Estudante (24 de Março) e o Dia da Juventude (28 de Março), saúda os jovens portugueses e manifesta-lhes o apoio às suas movimentações e reivindicações por um ensino de qualidade, por um mais justo sistema de acesso ao ensino superior, contra o aumento das propinas e pelo cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino público, pelo direito ao trabalho e valorização profissional, pelo efectivo direito à habitação e a uma vida digna.

A Comissão Política saúda os jovens comunistas pela sua intervenção na luta e no movimento juvenil, chama a atenção para a importância do IV Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (a realizar a 3 e 4 de Abril, no Barreiro) e apela à participação dos jovens comunistas e ao apoio das organizações do Partido para o seu êxito.

6. Para análise da situação política nacional e das tarefas do Partido, realiza-se no próximo dia 30 de Março uma reunião do plenário do Comité Central do PCP.

22.3.93

A Comissão Política do PCP

TRABALHADORES

USB chocada com declarações de Guterres

A União dos Sindicatos de Braga (USB) manifesta-se «chocada com afirmações do secretário-geral do Partido Socialista». Numa nota de 18 do corrente, afirmações de António Guterres em Guimarães suscitaram «sérias e profundas preocupações» naquela organização sindical.

«É inaceitável — afirma a USB — que, em várias afirmações e comportamentos, o secretário-geral do PS tenha uma visão da realidade idêntica, ou mesmo mais recuada, que a do próprio Primeiro-Ministro».

No que respeita, por exemplo, aos baixos salários, desemprego e desenvolvimento no Vale do Ave, a USB comenta declarações de Guterres afirmando: «Se a realidade fosse como o secretário-geral do PS a deseja, o Vale do Ave teria salários de 20 ou 30 contos, mais miséria e trabalho infantil». A USB estranha que, nesse aspecto, o líder socialista «tenha exactamente a mesma visão que têm o Primeiro-Ministro e o patronato».

Depois de criticar outras «afirmações e comportamentos» de Guterres, a USB compara-as com atitudes de Cavaco Silva e conclui que onde «o PSD fecha e abre buracos — o secretário-geral do PS abre e fecha buracos».

Nos planos sectorial, social, regional e internacional, a USB «continua a defender e a propor que os únicos caminhos para a resolução dos problemas do Vale do Ave» são:

- A rápida aprovação de um plano global de reestruturação e modernização dos sectores TVC (têxteis, vestuário e calçado), vocacionado para o apoio às PMEs, o qual deve assentar nas seguintes linhas estratégicas:

- Defesa da actual capacidade produtiva e da sua cadeia vertical de produção;

- Aumento da produtividade, qualidade e competitividade, através do apoio técnico e tecnológico, da sua gestão, organização e métodos, da qualificação e formação profissional, da inovação do *design*;

- Apoio e definição de medidas económicas e financeiras que combatam a descapitalização e as transferências da riqueza criada para outras áreas ou sectores, apoiando

e promovendo o investimento e o auto-investimento;

- No pleno comercial, o apoio e incentivo à promoção e valorização dos TVC portugueses, a diversificação das exportações e a procura de novos mercados, a criação de cadeia de comercialização e distribuição, criação de instrumentos e formas de combate às práticas do «dumping», à economia subterrânea e à fraude;

- Valorização dos recursos humanos, designadamente através do respeito dos direitos sociais e sindicais dos trabalhadores e das suas condições de vida e de trabalho e o direito e incentivo à participação em acções de formação profissional;

- Direito de participação e consulta das organizações sindicais;

- Alargamento e reforço das medidas de protecção social dos trabalhadores que perdem o emprego e/ou deixam de receber os salários, bem como às suas famílias, de modo a salvaguardar o direito a uma vida digna durante o período em que se vêm impedidos de terem acesso ao novo emprego;

- A preparação e a implementação de uma segunda OID (operação integrada de desenvolvimento), alargada a todos os concelhos da Bacia do Ave;

- Elaboração imediata de propostas visando a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa RETEX (1993/1997).

- Defesa da manutenção do Acordo Multifibras (AMF), enquanto não forem concluídas as negociações do GATT;

- Exigência da consagração nas negociações do GATT das posições assumidas pelos parceiros sociais portugueses;

- Aplicação, no mínimo, das regras da OIT nas relações do trabalho, nos países utilizadores dos Sistemas de Preferência Generalizada (SPG) e de Tratamento de Aperfeiçoamento Passivo (TPP).



Mesmo com os «máximos» do Governo foi notável a adesão à greve na CP

Embora várias ligações se tivessem efectuado nas principais linhas do País, a adesão à greve de segunda-feira na CP atingiu os 85 por cento. Não circularam as ligações de longo curso e os comboios internacionais. A aplicação ministerial dos «serviços mínimos», que a generalidade dos sindicatos considerou «máximos» (75 por cento nas horas de ponta e 50 por cento nas outras), teria permitido, segundo a empresa, o «normal» funcionamento das ligações suburbanas.

Segundo a Lusa, à semelhança do que aconteceu com os barcos de ligação Lisboa-Barreiro, fonte da empresa admitiu que os comboios de longo curso e internacionais não se efectuaram. De acordo com o gabinete de relações públicas da CP, não se fizeram as ligações Lisboa-Porto, Lisboa-Alentejo e Lisboa-Algarve. Não circularam também o «Sud» para

Paris e o «Lusitânia» para Madrid.

Entretanto, os sindicatos e designadamente a Federação (FSTFP) consideravam sexta-feira que os «serviços mínimos» decretados pelo Governo constituíram uma «interpretação abusiva da lei da greve».

Segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), a em-

presa pressionou os trabalhadores para cumprirem os serviços mínimos, quando se encontravam em período de descanso semanal, «esbanjando milhares de contos nesta operação intimidatória».

A FSTFP recordou que serviços mínimos «são os necessários para garantir serviços que ponham em causa a segurança das pessoas e de material ou de bens transportados, animais e mercadorias».

Convocada pela maioria dos sindicatos com representação na CP, a greve de 24 horas de segunda-feira deveu-se à recusa de reabrir o processo de regulamentação de carreiras e à negociação do horário semanal de 40 horas.

Desemprego sem apoio na pesca

Um número entre 2 mil e 3 mil pescadores vão ficar no desemprego, devido ao abate este ano de mais de 200 embarcações de pesca. A Federação dos Sindicatos do Sector acrescentou a semana passada que esses trabalhadores vão para o desemprego sem quaisquer apoios, pois não lhes é aplicável a Lei Geral do Trabalho. Os subsídios são pagos apenas aos armadores pelo abate das embarcações.

Pagos desde 1986, os montantes desses subsídios rondam já os onze milhões de contos, revelou Frederico Pereira, coordenador da Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas.

Mas, apesar da crise, as embarcações ainda em actividade têm conseguido absorver os pescadores dos barcos abatidos, sobretudo porque não são admitidos novos profissionais.

Outra preocupação grave dos sindicalistas é a quebra dos preços na primeira venda do pescado, que se deve principalmente à liberalização das margens de lucro dos intermediários, que pagam menos pelo produto e o vendem mais caro aos comerciantes.

A Federação está também contra as medidas que a Direcção-Geral das Pescas pretende adoptar para reduzir as frotas, que rondará os 20 por cento nas embarcações de arrasto costeiro e os 15 por cento nas frotas de largo e pesca longínqua.

Entretanto, acentua-se a diminuição das capturas, degradam-se progressivamente os recursos e perdem-se oportunidades de pescar em zonas ricas como o Canadá.



Paralisação na Carris

Era entretanto anunciada, a semana passada, uma greve de quatro horas a efectuar em 2 de Abril na Carris. Em causa estão principalmente os aumentos de 5 por cento nos salários, inaceitáveis pelos sindicatos.

Numa reunião sindical do sector, efectuada a semana passada na sede da CGTP-IN, incluindo a FSTRU (Federação dos Sindicatos Rodoviários e Urbanos), a Federação dos Sindicatos do Mar e o SITAVA (Aeroportos) foi analisada a situação no sector e concluiu-se pela necessidade de enfrentar através de formas de luta a tentativa de impor aumentos salariais de cinco por cento, muito abaixo da inflação prevista e dos aumentos dos títulos de transporte, «em termos médios acima dos 10 por cento».

TRABALHADORES

Milhares na rua contra esta política

Numa manifestação sábado em Lisboa milhares de trabalhadores que, depois de uma concentração nos Restauradores, desfilaram pelo Rossio, Rua do Ouro, Rua do Comércio, Rua da Prata e Praça da Figueira, reclamaram melhores salários, mais e melhor emprego, defesa dos direitos e uma nova política.

Organizada pela CGTP, Unões de Lisboa e Setúbal (USL e USS) e Cinturas Industriais dessas cidades (CIL e CIS), a iniciativa foi vigorosamente secundada por organizações sindicais, com representação em empresas e sectores afectados pela política do Governo, por reformados e juventude.

Extractos da resolução aprovada:

(...) A propagandeada democracia de sucesso, as fartas promessas de progresso e aproximação aos países da Europa faliram.

Sob o comando das orientações de Maastricht e concretizando a sua ideologia neoliberal, o Governo de Cavaco prossegue uma política de redução dos salários e dos postos de trabalho efectivos.

(...) Nos transportes aéreos e terrestres, designadamente na TAP, na CP e na RN, nas Comunicações, na indústria naval, na metalomecânica pesada, na EDP, no sector químico, nas indústrias de papel, nas indústrias eléctricas e nos cimentos, milhares de trabalhadores válidos para a produção são ameaçados pelo desemprego e empurrados para a rescisão forçada.

No sector aduaneiro, milhares de homens e mulheres ficaram sem emprego e sem profissão.

Manifestação inquietante desta política injusta é o ressurgimento dos salários em atraso, a exemplo do que acontece na Torralta.

As estatísticas do desemprego já não escondem a sua aceleração. Foram 11 mil em Janeiro a somar aos 350 mil existentes.

Inevitavelmente, a Segurança Social, com menos contribuintes e mais subsidiados, começa a ressentir-se das orientações do Governo.

(...) Os trabalhadores deliberam:

1º — Reclamar uma política de emprego assente na prossecução e desen-

volvimento da nossa indústria e agricultura, com garantia do trabalho com direitos;

2º — Exigir o fim imediato da política de criação de excedentes e da desarticulação do aparelho administrativo na Função Pública, envolvendo os trabalhadores e as suas organizações numa verdadeira modernização do sector;

3º — Empenhar-se na valorização dos salários e nas negociações da contratação colectiva, que se traduzam na melhoria das condições de vida dos trabalhadores; 4º — Exigir do Estado as suas responsabilidades sociais, designadamente a nível da Segurança Social, da Saúde e de Ensino na perspectiva de um Portugal mais solidário (...)



TRABALHADORES

Salário (mais que) mínimo

O salário mínimo, que não tem acompanhado sequer a evolução salarial restante, serve ao Governo para acentuar ainda mais as desigualdades. A CGTP, que emitiu quinta-feira uma nota com o título «O salário mínimo não foi de facto aumentado», sublinha que o valor agora fixado à 47 400 escudos ù representa um aumento de 6,5 por cento.

Para a CGTP, o facto «é bem demonstrativo da profundidade da insensibilidade do Governo perante os problemas sociais».

Essa posição do Governo agrava-se ainda mais «em

relação aos trabalhadores que têm menor nível de vida».

Segundo a Central, o Governo «atrasou propositadamente a actualização do salário mínimo».

Desde Setembro do ano passado que a CGTP tinha reclamado a actualização.

Por outro lado, com o «novo» salário mínimo «os trabalhadores não passam a ter mais poder de compra». Basta ter presente ù precisa a CGTP ù que «a inflação em 1992 foi de 9,5 por cento e que hoje está na casa dos 9 por cento, sem ter em conta a habitação».

Estabelecimentos das Forças Armadas

Promessas e adiamentos

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas (EFFAS) foram, no ano passado, «os únicos trabalhadores da Administração Pública a ter aumentos salariais inferiores a 10 por cento», afirma o Sindicato do sector. O STEFFAS sublinha que, apesar disso, e aproximando-se o final de Março, não têm ainda garantias de que lhes seja paga o aumento relativo a este ano.

O STEFFAS, que acusa o Governo de continuar a «ignorar os mais elementares direitos dos trabalhadores» acrescenta que, «a exemplo de outras promessas anteriores, também as que nos foram feitas durante as negociações salariais/93 não foram cumpridas».

O STEFFAS refere negociações que já deveriam ter começado em Fevereiro sobre redução do horário de trabalho, formação profissional, higiene e segurança no trabalho.

Além disso, o Sindicato deveria dar parecer

sobre o projecto de descongestionamento de pessoal dos EFFAS (reformas antecipadas) e sobre o primeiro projecto de reestruturação de empresas que, no caso, seria o das OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico).

«Passaram-se três semanas, e nada!», acrescenta o Sindicato.

Pergunta o STEFFAS se o Governo, com «estes sucessivos adiamentos», pretende «desmotivar os trabalhadores atirando-os para a reforma antecipada». Ou se, «pondo em perigo o normal funcionamento dos centros de produção», quer criar «a instabilidade dentro das empresas», não lhes dando oportunidade de poderem laborar normalmente. Em resumo: «Criar condições para privatizar ou desmantelar, como tem acontecido nos últimos anos no sector público».

O Sindicato, que emitiu uma nota quinta-feira, sublinha também que «os trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército estão à espera que seja totalmente cumprido o despacho de Outubro de 1989 que previa a aplicação do Novo Sistema Retributivo aos trabalhadores dos EFFAS. As tabelas salariais dos trabalhadores deste ramo das Forças Armadas estão

caducas e não dão perspectivas de futuro».

O STEFFAS conclui: «Não podemos suportar mais esta situação; o Governo tem que cumprir, no mínimo, o que promete».



Trabalhadores da Manutenção Militar participaram na manifestação de sábado em Lisboa

Marcha amanhã pela Educação

Está marcada para amanhã em Lisboa uma marcha pela Educação. Segundo o Secretariado Nacional da Fenprof, a marcha «será aberta a todos os sectores da sociedade que a ela se queiram associar».

Sem resultados visíveis, o ministro Couto dos Santos reunia entretanto com a Fenprof.

Em 19 do corrente, a Federação fazia saber que:

«O crescente descontentamento que vem sendo demonstrado por escolas e professores, face ao permanente agravar das condições de trabalho e degradação da profissão, obrigou o Ministério da Educação à marcação desta reunião com a Fenprof, com o objectivo de mostrar a sua «boa vontade» na resolução dos gravíssimos problemas que afligem a Educação e,

em particular, os professores. Contudo, nenhuma resposta concreta e positiva foi apresentada, mesmo para as questões que há um ano a Fenprof colocou sobre a mesa e que careciam de resolução urgente.

«Matérias como a estabilidade de emprego, contagem integral de tempo de serviço, completamente de habilitações para professores vinculados, entre outras, ficaram uma vez mais adiadas.

«A reunião saldou-se pela entrega de alguns projectos de diploma e a calendarização da sua discussão. Magro resultado, se tivermos em conta o tempo decorrido e a gravidade dos problemas existentes.

«Assim, ficou agendada uma reunião para o próximo dia 30 de Março com a Secretaria de Estado dos Recursos Educativos para discussão dos projectos relativos a: artigos 54 e 55 do ECD, portaria para criação do quadro de técnicas especiais, princípios definidores dos quadros de zona pedagógica, correcções à

Portaria 1218/91, incentivos à fixação em zonas isoladas ou desfavorecidas.

«Ficou ainda prevista, mas sem data, a realização de uma reunião com a Secretaria de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, para discussão do novo projecto sobre habilitações para a docência, áreas tecnológicas e ensino especial.

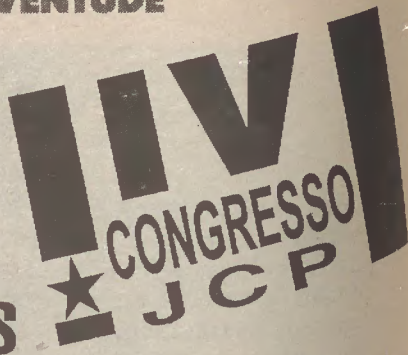
«Foi também agendada, igualmente sem data, uma reunião com o secretário de Estado do Ensino Superior que, a realizar-se, será a primeira desde que este ministro tomou posse (um ano).

«Fica provado que a luta dos professores é um dos meios capazes de obrigar o ME a sair da letargia em que se encontra.

«Neste contexto, a marcha pela Educação, a realizar no próximo dia 26 de Março, terá de constituir uma clara e inequívoca demonstração, por parte dos professores, pais, alunos e trabalhadores não docentes, do profundo descontentamento que se vive hoje nas nossas escolas».

JUVENTUDE

ATENÇÃO,
DELEGADOS
E CONVIDADOS!



Já estamos em condições de divulgar alguns pormenores técnicos do funcionamento do Congresso, que se vai realizar a 3 e 4 de Abril, no pavilhão do Luso, no Barreiro.

O início dos trabalhos, no sábado, está marcado para as 10 horas, enquanto o encerramento, no domingo, está previsto para as 18.30.

Os camaradas que necessitem de alojamento devem informar, o mais brevemente possível e até ao início da próxima semana, as respectivas organizações regionais, para que os seus pedidos sejam devidamente encaminhados e satisfeitos. No pavilhão do Luso vai funcionar um bar de apoio aos participantes no congresso. Nos «Penicheiros» haverá um serviço de refeições: por 600 escudos vai-se comer escalopes de vitela (almoço de sábado), arroz à valenciana (jantar) ou frango assado (almoço de domingo).

DELEGAÇÕES

Treze delegações estrangeiras confirmaram já a sua presença no 4º Congresso da JCP. O gabinete de imprensa do congresso, que já está a funcionar na sede da Rua Sousa Martins, em Lisboa, divulgou na semana passada a lista completa: Fretilin, Juventude Comunista Israelita, UJC de Cuba, Movimento da Juventude Comunista Francesa, UJC Espanhola e Colectivos de Jovens Comunistas (também de Espanha), KNE (Grécia), SDNL (Finlândia), SDAJ Alemã e EDON do Chipre, UJC Chinesa, SYU (Sudão) e Juventude Revolucionária 8 de Outubro (Brasil).

BRAGA

Meia centena de jovens participaram na assembleia plenária que em Braga, no dia 13, debateu os documentos preparatórios do congresso e elegeu os delegados do distrito. Como tarefas imediatas, ficaram já marcadas na agenda da JCP/Braga um espectáculo comemorativo do Dia da Juventude (28 de Março), que terá lugar no coreto da Avenida Central, a partir das 15 horas deste domingo; uma reunião de jovens comunistas do Ensino Superior, dia 7 de Abril, às 18 horas, no CT do PCP; também no centro de trabalho realizar-se-á em Abril um encontro do Ensino Secundário.

BRAGANÇA

Na quarta-feira da semana passada esteve no distrito de Bragança o camarada António Filipe, que participou em várias iniciativas da organização distrital da Juventude, no âmbito da preparação do Congresso: em Mirandela, reuniu com dirigentes associativos do Ensino Secundário da escola local, da de Carvalhais e da Emídio Garcia (Bragança); antes, na capital do distrito, o deputado e dirigente da JCP teve encontros com as direcções das associações de estudantes da Escola Superior de Educação e da Escola Superior Agrária; participou ainda numa conferência de imprensa, em que expôs as posições dos comunistas sobre questões da Educação e da juventude.

ALCÁCER

Nas últimas semanas, os jovens comunistas de Alcácer do Sal têm analisado os documentos preparatórios do 4º Congresso, em várias reuniões, e têm promovido outras iniciativas de divulgação. Num comunicado que chegou à nossa Redacção a comissão concelhia da JCP analisa os actuais problemas do concelho e da juventude: a evolução negativa da actividade social e económica, o encerramento do terminal da RN aos sábados, domingos e feriados, a superlotação da escola secundária e da escola preparatória (responsabilizando os deputados do PS e do PSD por terem inviabilizado na AR a proposta do PCP de construção de escolas preparatórias na sede concelhia e na Comporta).

AVEIRO

O colectivo de jovens trabalhadores de Aveiro da JCP elegeu no dia 13 os seus delegados ao 4º Congresso. A assembleia realizou-se em Ovar, contou com a participação de Jorge Amador, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, e proporcionou «uma discussão aberta e muito acesa da actualidade laboral dos jovens no distrito».

MARINHA GRANDE

Também com Jorge Amador, realizou-se no passado sábado o plenário da JCP da Marinha Grande, que debateu os documentos preparatórios (com maior destaque para a Base Programática «Agir para transformar»). A grande maioria dos 20 delegados eleitos tem idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos.

AMADORA

Os jovens comunistas do concelho da Amadora reuniram a sua assembleia plenária no dia 13, no auditório da Câmara Municipal. Além de discutir os documentos preparatórios e eleger os delegados ao congresso, o plenário realçou a linha de intervenção da juventude para as eleições autárquicas que deverão ter lugar no final deste ano. Após a reunião decorreu uma animada festa-convívio, em que participaram cerca de duzentos jovens.

Cerveja da Madeira
Ou 10 ou greve

Se até amanhã, 26 as administrações da Empresa de Cerveja da Madeira (ECM) e da Distribuidora Difel não apresentarem uma contraproposta de aumentos salariais não inferior a 10 por cento, os trabalhadores entrarão em greve.

Em plenário, segunda-feira, os trabalhadores «decidiram não aceitar a proposta de 8,5 por cento das administrações para revisão do acordo colectivo de trabalho».

Segundo a Lusa, «os trabalhadores não compreendem por que, sendo o volume de receitas destas empresas semelhante ao do ano anterior, a proposta da administração sofra um decréscimo de 4 por cento e de cerca de 25 por cento nas restantes matérias pecuniárias», salienta, segundo a Lusa, o comunicado da Delegação Regional do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas.

JUVENTUDE

JCP analisa fenómenos recentes

Algo está a mudar na juventude portuguesa

Na discussão preparatória do 4º Congresso da JCP, que se vai realizar a 3 e 4 de Abril no Barreiro, têm sido analisados os problemas da juventude e propostas concretas para a sua resolução, e também o posicionamento político e as opções ideológicas dos jovens em diferentes momentos da vida nacional. Nesta entrevista ao «Avante!», António Filipe, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP e deputado à AR, e João Frazão, da Direcção Nacional, sublinham a ideia, avançada no projecto de Resolução Política, de que algo está a mudar nos valores e concepções da juventude portuguesa. E falam também do que se quer mudar e do que se quer manter como características da Juventude Comunista Portuguesa.

«Avante!»: No projecto de Resolução Política, diz-se que a JCP não tem dado uma resposta suficiente às questões ideológicas que nos últimos anos se têm acentuado. Afirmar que «não temos encontrado as melhores formas de transmitir e mostrar a justeza do que defendemos» não está em contradição com o facto de um elevado número de jovens aderir, nestas circunstâncias, à JCP?

João Frazão: Parece-me que não. Desde as últimas eleições legislativas, tem-se assistido a grandes lutas juvenis em que os comunistas têm tido um papel fundamental; um grande número de adesões passa por aqui, passa por reconhecerem nos comunistas aqueles que têm as propostas correctas.

Não podemos dizer que vamos para a rua afirmar os nossos ideais e que um jovem, só por nos ouvir, vem logo inscrever-se na JCP. Mas há um sentimento progressista, democrático, com larga expressão entre os jovens. A participação nas lutas leva muitos a dar esse salto qualitativo que é entrar para a JCP.

António Filipe: Uma das questões que colocamos à discussão neste congresso é a forma como a direita tem conseguido mobilizar largos sectores da juventude para um apoio político aos partidos de direita, enquanto muitos desse jovens, no plano social, se vêm depois a opor à política que os governos seguem.

Pensamos que hoje estamos perante fenómenos recentes da juventude que contrariam esta evolução: se não há ainda uma alteração de 180 graus, verificamos pelo menos uma crise de assimilação desses valores pela juventude, que se reflecte na forma como os jovens se mobilizaram contra o Governo em defesa de um sistema mais justo de acesso ao Ensino Superior; na forma como os jovens do Superior se têm mobilizado para afrontar o Governo em torno das propinas, da Acção Social e da concepção do Ensino Superior público; na forma como se tem vindo a alterar a correlação de forças no movimento associativo, com um fortalecimento significativo e muito rápido do movimento estudantil genuíno, que se assume como tal e exclusivamente em defesa dos reais interesses juvenis, com uma perda muito significativa do apoio político da JSD; e também na forma como a juventude portuguesa se tem mobilizado generosamente em torno de questões como a luta do povo de Timor-Leste, como os movimentos anti-racistas. Ficamos com a ideia de que algo está a evoluir a nível dos valores e concepções da juventude portuguesa.

É um facto que temos verificado um acréscimo de adesões à JCP nos últimos meses; é uma evidência que as lutas dos jovens - que se têm desenvolvido contra a política do Governo e com um papel muito significativo da JCP, através dos seus militantes e das suas orientações - têm contribuído para esse acréscimo.

Podemos fazer mais

«Avante!»: Mesmo com as insuficiências do trabalho ideológico da JCP?

António Filipe: O que se diz, no projecto de Resolução Política, sobre as nossas insuficiências no trabalho ideológico não significa que estejamos parados. Reconhecendo as dificuldades, a JCP tem trabalhado, tem actuado, tem procurado trazer mais jovens. Mas temos que ser realistas e reconhecer que a situação internacional - particularmente complexa para os comunistas - e os meios poderosos de que a direita dispõe para divulgar a sua mensagem e para denegrir os valores que os comunistas defendem são elementos que dificultam imenso a nossa acção do ponto de vista ideológico. Neste quadro, a nossa acção não é tão ampla como seria necessário.

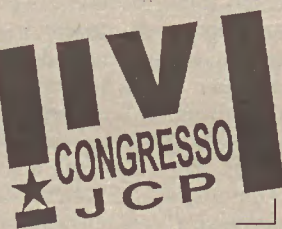
Todavia, creio que daqui não se pode extrair a conclusão pessimista de que a desproporção de forças é tão grande que nada há a fazer. Pensamos que há alguma coisa a fazer, estamos a fazer alguma coisa, pensamos que é necessário fazer mais. E, apesar de tudo, através da nossa acção vamos conseguindo fazer com que mais jovens venham à JCP. Eviden-

temente, esse não é o ponto de chegada para a formação ideológica do jovem, há todo um trabalho a desenvolver, envolvendo os militantes da JCP.

«Avante!»: Quanto a esse aspecto, na proposta de Resolução Política refere-se que foram dados passos significativos. Podem apontar alguns exemplos?

António Filipe: Nós não temos uma visão manualística da formação ideológica, não entendemos a formação ideológica como algo dissociado da nossa actividade política, não entendemos a formação como fechar portas e janelas para ficar a decifrar manuais com solu-

ções milagrosas para os problemas juvenis, para os problemas de Portugal e do mundo. Aquilo que entendemos por formação ideológica dos nossos quadros tem que ver sobretudo com iniciativas de debate, envolvendo os próprios, por forma a aprofundar



o conhecimento e a compreensão da realidade e das razões por que somos comunistas.

João Frazão: Há um conjunto de medidas que tomámos desde o último congresso, e particularmente nos últimos dois anos, nomeadamente a realização de debates em torno de questões concretas. Isto também tem a ver com uma maior necessidade que os militantes hoje têm de estar informados e de debater os problemas. Houve cursos de formação ideológica, houve outras iniciativas... Neste aspecto há um salto significativo.

«Avante!»: Quanto ao trabalho com os outros jovens, contudo, «não podemos dizer o mesmo». Há outras razões, para além da desproporção de meios com que a JCP está no combate ideológico? Surgem algumas ideias acerca do que se poderá fazer após o congresso?

António Filipe: Reconhecemos a necessidade de ir mais à frente. O problema tem que ver, não só com a despropor-

surpreendidos, num primeiro contacto com a JCP, por uma grande identificação entre as nossas propostas e as suas reivindicações.

Mas nem sempre a adesão às nossas propostas se traduz numa consciência «ideológica» de que aquilo que nós defendemos, e que coincide com o que os outros jovens também defendem, nos distingue das outras forças políticas; essa consciência levaria as pessoas a recusarem a opção política de quem defende a PGA, de quem defende o aumento das propinas, e a compreender que há uma questão ideológica que está por trás de tudo isto. Portanto, temos que aumentar significativamente a nossa intervenção junto dos jovens para os levar a politizar as questões sociais e a transformarem em políticas as reivindicações sociais.

A JCP que queremos

«Avante!»: É também com esse objectivo que são propostas alterações aos estatutos da JCP, os «Princípios Orgânicos»?

João Frazão: As propostas que vamos levar ao congresso têm a ver com ajustamentos necessários nesta fase. Há alterações que decorrem das conclusões do último congresso do Partido, outras têm a ver com ajustamentos de formulação ou com experiências que têm vindo a ser conseguidas desde o 3º Congresso e que são agora consagradas.

Não são, de qualquer maneira, alterações radicais.

António Filipe: Não há uma alteração de fundo dos «Princípios Orgânicos», há uma adaptação à evolução natural das coisas e a consagração de experiências que têm vindo a ser confirmadas pela prática. Há propostas de melhoramento da redacção, há aquisições de reflexão política, há a introdução do objectivo programático do PCP de construção de uma democracia avançada (discussão em que os jovens comunistas também participaram), há um significativo reforço das autonomias das organizações no quadro da JCP... Estes são apenas alguns exemplos de alterações que propomos ao congresso.

«Avante!»: No projecto de resolução sobre organização e direcção tem um grande peso o último capítulo, «A JCP que queremos». O que distingue esta «JCP que queremos» da JCP que temos nas vésperas do 4º Congresso?

António Filipe: O facto de termos um capítulo designado «A JCP que queremos» que corporiza aquilo que nós procuramos atingir a nível de organização e direcção não significa que tenhamos uma posição de insatisfação em relação à JCP, isto é, não contrapomos a JCP que temos à JCP que queremos.

Alguns destes objectivos estão de alguma forma a ser traduzidos na prática, embora não os consideremos totalmente atingidos e por isso vamos lutar por que se concretizem cada vez mais. O que vemos neste capítulo é uma JCP «profundamente ligada ao movimento juvenil», «virada para a acção e a intervenção», «espaço de cada um e de todos os militantes», «com funcionamento democrático, no respeito pelas opiniões individuais e pela concretização das decisões colectivas», «de massas, aberta, que integra e forma os seus militantes», «estrutura flexível que responda aos problemas juvenis e aos objectivos da acção», «aberta ao diálogo com diferentes expressões do movimento juvenil... É esta a forma como concebemos a JCP e é assim que procuramos que ela seja, cada vez mais.

Não temos ideia de que estes objectivos sejam alcançados imediatamente como resultado do congresso, mas estas orientações definem o sentido em que pensamos que devemos trabalhar a nível de estrutura e funcionamento da JCP.

João Frazão: Aponta-se ainda, de forma muito sucinta, um conjunto de linhas de orientação para o trabalho de direcção, que têm a ver com reflexões e experiências que fizemos desde o 3º Congresso.

É fundamental a ideia de que a JCP que temos e a JCP que queremos não são coisas opostas. «A JCP que queremos» é uma expressão forte que entendemos colocar como nome de um capítulo; muito do que vem nestas seis ou sete páginas é a JCP, mas temos muitos aspectos para aprofundar em numerosíssimas áreas, para que a JCP seja uma organização viva, dinâmica, activa, interveniente, voltada para dentro só no que for necessário para ver como se vai intervir na luta e na acção da juventude, uma JCP que tenha condições de perceber exactamente a sensibilidade do movimento juvenil e dos jovens.

A JCP tem hoje muita capacidade de intervenção, está muito voltada para o movimento juvenil, muito voltada para a acção. A orientação hoje é intervir, e também por isso consideramos fundamental que na próxima Direcção Nacional estejam quadros ligados ao movimento associativo e que conheçam a realidade juvenil.



António Filipe e João Frazão falaram ao «Avante!» sobre questões ideológicas e sobre o trabalho de organização e direcção da JCP

ção de meios de intervenção mediática, mas ainda com a dificuldade de acesso aos grandes meios de comunicação social.

É um facto que as posições defendidas pelos comunistas, em geral, são claramente discriminadas por um conjunto significativo de órgãos de comunicação de maior impacto. A nível das organizações de juventude, creio que essa discriminação ainda é maior. O que acontece com o Partido, acontece com a JCP e a desproporção relativamente às outras organizações partidárias juvenis é flagrante: qualquer dirigente de outra organização juvenil não comunista tem todas as facilidades de ver ampliadas as suas afirmações, independentemente da importância que elas tenham, enquanto as iniciativas políticas da JCP são ignoradas, os dirigentes da JCP quase são ocultados da opinião pública e tenta-se mostrar a JCP como uma organização sem rostos.

Há esta dificuldade de tornar públicas as nossas posições. Isto transcende-nos, embora procuremos melhorar o trabalho com a comunicação social. Mas, independentemente da discriminação de que somos alvo, temos que encontrar formas de fazer chegar à juventude as nossas posições. Houve momentos em que isso se conseguiu - estou a lembrar-me do papel decisivo que a JCP tem tido nesta batalha, que também é ideológica, contra o aumento das propinas no Ensino Superior; creio que o mesmo se passou na luta contra a PGA; e muito frequentemente jovens não comunistas são

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jerónimo de Sousa alerta no Parlamento "Governo constrói bomba social de efeito retardado"

Na sua última intervenção produzida da tribuna do Parlamento, foram ainda as questões de natureza social a merecer um tratamento preferencial e a revelar o essencial das preocupações do deputado comunista Jerónimo de Sousa.

Depois de quase 18 anos a cumprir sucessivos mandatos, tendo como referências fundamentais o 25 de Abril e a defesa dos interesses, direitos e aspirações das classes trabalhadoras, Jerónimo de Sousa despedia-se assim - agora que integra a Comissão Política do PCP, para a qual foi eleito - de uma tarefa e de um lugar onde, disse, "valeu a pena estar".

Com os olhos postos "nou-

tras frentes", já que a "vida, como a luta, continua", Jerónimo de Sousa lembrou a propósito o momento em que entrou pela primeira vez no hemiciclo e pronunciou a sua primeira intervenção.

"Um velho contínuo entregou-me uns papéis para preencher tratando-me por doutor. Que não era doutor, disse eu. Desculpe, senhor engenheiro, dizia o funcionário que ao longo de uma vida de Assembleia só tinha conhe-

cido deputados com estas profissões", recordou o dirigente comunista, antes de acrescentar que na mesma ocasião um deputado de outra bancada lhe perguntara "quem é que a tinha escrito", na convicção de que "um operário não podia escrever assim".

Mas foi sobretudo o propósito de transmitir as "preocupações, os problemas e as reivindicações dos trabalhadores", precedendo aquelas palavras finais de despedida, que marcou decisivamente ao longo de dez minutos o discurso de Jerónimo de Sousa, que ouvira depois, provenientes de todas as bancadas parlamentares, elogios de "profunda admiração".

A baila veio logo o salário mínimo nacional, na altura ainda a aguardar por despacho governamental, e o tecto salarial imposto pelo Executivo, em sua opinião uma medida que "transforma a liberdade de negociação e de contratação numa farsa e numa área de conflito".

Desmontando a tese de que esta "redução dos salários justifica-se ante a condição de salvar e aumentar o emprego", Jerónimo de Sousa pôs os pontos nos is e sublinhou que nesta matéria a questão central está no facto de tanto no salário

como no emprego os trabalhadores serem confrontados com uma "política profundamente injusta com consequências ainda imprevisíveis", não hesitando em afirmar que "a este nível o Governo está a construir uma bomba social de efeito retardado".

Dos salários em atraso falou também Jerónimo de Sousa, apontando o "seu ressurgimento" e a sua "curva ascendente e acelerada" como sinais inequívocos do agravamento da situação, testemunhada num outro domínio pela "perda de controlo dos níveis de desemprego", enquanto em sectores estratégicos, em empresas e na Administração Pública está em curso a "concretização ou o anúncio dos despedimentos, dos excedentes, da liqui-

Silêncio

Nesta edição incluem-se como habitualmente notícias e comentários relativos aos trabalhos da Assembleia da República. Excluídas estão, porém, as matérias posteriores à decisão dos jornalistas parlamentares, tomada terça-feira, no sentido de não ser divulgada pelo período de uma semana qualquer actividade deste órgão de soberania.

Esta decisão dos jornalistas - com a qual o "Avante!" está solidário - surge como forma de protesto contras as restrições impostas pelo PSD ao exercício da sua actividade no Parlamento.

A este propósito, em declarações à comunicação social, o deputado Lino de Carvalho, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, assinalou que "em todas as circunstâncias" a sua bancada sempre se "manifestou contrária a estas decisões".

dação de postos de trabalho efectivos".

"O homem social é reduzido e desvalorizado à luz de operações contabilísticas", sublinhou Jerónimo de Sousa, recordando em seguida as "listas negras" - assim as apelidou -, vindas a lume nos órgãos de comunicação social: "não se sabe quantos mil na Função Pública, diz-se que serão 3500 nos CTT, que na CP serão

4000, na TAP 2500, 2000 na Telecom, 800 na EDP, 680 na Portucel, 500 na RN, 250 na Cimpor, 500 na Marconi, 4000 na Lisnave", isto sem falar da sangria de postos de trabalho que prossegue na metalomecânica, nas "minas a norte do Tejo que foram pura e simplesmente varridas", ou ainda de sectores como a banca, a EPAC, a televisão pública, o sector químico e os estabelecimentos fabris das Forças Armadas onde a perspectiva é reduzir o número de trabalhadores.

"Onde é que isto vai parar? Que país estamos a construir, que política social é esta quando se assiste à perda de trabalho, do capital de experiência, da força produtiva de milhares de homens e mulheres válidos, empurrando-os para a Segurança Social, para o desemprego, para a rescisão forçada, criando-lhes um sentimento de inutilidade?", perguntou mais adiante Jerónimo de Sousa, antes de acusar o Governo de estar a preparar "mais um rude golpe no regime das pensões e reformas através da degradação da forma de cálculo".

Política económica



O PSD voltou a recusar na Comissão Parlamentar de Economia uma proposta para a realização de uma audição ao ministro das Finanças e ao Governador do Banco de Portugal.

Na base da proposta, apresentada pelos deputados socialistas, estão as críticas de Braga de Macedo à política cambial seguida pelo Banco de Portugal, dirigido por Miguel Beleza.

A propósito destas afirmações, recorde-se, já anteriormente o Grupo Parlamentar do PCP tomara a iniciativa de propor ao Presidente da Assembleia da República a realização de um debate sobre política económica. Considerando-as um reflexo da desorientação do Governo e uma confirmação da "situação de crise da economia portuguesa", para a bancada comunista as palavras do Ministro carecem de explicação, uma vez que suscitam, designadamente, a questão da responsabilidade política pela orientação da política macro-económica do País.

Imagem feminina



O plenário inviabilizou, apenas com os votos do PSD e sem abstenções, o pedido de inquérito parlamentar do PCP "sobre o tratamento dado na fronteira a certos cidadãos estrangeiros, particularmente do Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa".

Submetido ao sufrágio da Câmara, um outro projecto de lei, da iniciativa de "Os Verdes", relativo à "alteração da imagem feminina nos manuais escolares", teve destino diferente, sendo aprovado pela totalidade dos deputados presentes.

O projecto de deliberação sobre a realização de um debate parlamentar proposto pelo Governo sobre política agrícola e integração comunitária foi também aprovado por unanimidade, acolhimento igual ao prestado a um projecto de deliberação que "fixa o elenco, a ordem e a composição das comissões especializadas permanentes".

Fraudes e irregularidades



Depois de ter flutuado nas suas posições, ora dizendo recusar, ora admitindo o seu apoio, o PSD acabou mesmo por inviabilizar os dois pedidos de inquérito relativos, por um lado, às irregularidades na aplicação das verbas comunitárias destinadas à modernização da nossa agricultura, e, por outro, à responsabilidade governamental na manutenção de elementos com cargos na Administração Pública indiciados no desvio de verbas do Fundo Social Europeu.

Discordância quanto à formulação dos textos dos pedidos de inquérito foi a razão invocada pela bancada da maioria, que, posteriormente, apresentaria duas iniciativas aparentemente idênticas sobre as mesmas matérias.

E dizemos aparentemente porque, na verdade, no primeiro caso, relativo ao tráfico de influências e desvios na aplicação dos dinheiros comunitários afectos à agricultura, o âmbito do inquérito proposto pelo PSD é extremamente restrito, limitando-se a averiguar o propalado caso da Cooperativa Agrícola de Torres Vedras.

No que se refere às verbas do Fundo Social Europeu (FSE), o objecto do inquérito tem, ao contrário, um sentido amplamente genérico, evitando deste modo o propósito inscrito na iniciativa do PS, a qual tinha em vista apurar a responsabilidade do ministro do Emprego, Silva Penada, na nomeação do ex-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, José de Brito, alegadamente envolvido no desvio de verbas do FSE e já indiciado criminalmente.



Os trabalhadores respondem na rua à política do Governo

Carta de Direitos dos Cidadãos Garantir uma administração eficaz e participada

Debatido numa das sessões plenárias da passada semana, mereceu acolhimento por parte da Câmara o projecto de lei do PCP que aprova a "Carta de Garantias dos Direitos de Administração perante a Administração Pública", devendo por isso vir a ser aprovado na generalidade pela Assembleia da República.

Nos seus objectivos essenciais, o diploma procura contribuir para a pública divulgação e afirmação dos direitos fundamentais dos cidadãos no seu relacionamento com a administração pública central, regional e local, estabelecendo simultaneamente mecanismos que impulsionem a criação e aplicação de novas garantias de direitos cujo exercício seja relevante para a defesa dos cidadãos e o bom funcionamento da Administração.

Com esta iniciativa, de acordo com o deputado comunista António Filipe, trata-se ainda de dar consagração legal a um conjunto significativo de direitos inscritos na Lei Fundamental, designadamente os direitos dos cidadãos face à Administração e

um conjunto de regras de estruturação administrativa capaz de evitar a "burocratização, aproximar os serviços às populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva".

Equivale isto a dizer, como assinalou António Filipe, que do exercício destes direitos previstos no projecto de lei resulta uma "participação directa dos cidadãos na própria actividade administrativa", ou seja, do exercício destes direitos resultará um "contacto permanente

entre o cidadão e a administração pública, uma administração entendida como serviço e não como autoridade, um papel preponderante do cidadão na formação do acto administrativo, uma nova relação entre representantes e representados, uma vivência quotidiana da democracia".

"O que está em causa - observou o parlamentar comunista - é a própria participação popular no exercício do Poder e a real concretização da dimensão par-

ticipativa do poder político pelo povo, que a nossa Constituição consagra".

Entre os direitos previstos no articulado do projecto, recorde-se, estão um núcleo de direitos fundamentais como o direito de atendimento, de informação, de participação dos cidadãos, o direito de fiscalização cívica e popular, o direito à justa decisão, o direito de oposição, de indemnização, de participação criminal, o direito à reserva e ao sigilo.

Vendas Novas a cidade

Na sequência de um apelo da Assembleia Municipal de Vendas Novas, aprovado por unanimidade, e dirigido aos deputados eleitos pelo distrito de Évora, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou recentemente um projecto de lei propondo a elevação daquela vila à categoria de cidade.

Entre as razões de ordem histórica e cultural invocadas, como assinala o preâmbulo do diploma, contam-se o rico e variado património existente, em que avulta o palácio real de Vendas Novas, onde pernoitaram com frequência comitivas reais, e onde está instalada desde 1861 a Escola Prática de Artilharia.

Motivos de ordem geográfica, demográfica, social e económica são ainda referenciados no preâmbulo como testemunho de que estão reunidas as condições para elevar Vendas Novas à categoria de cidade. Estão neste caso as importantes infra-estruturas ligadas ao saneamento básico, ao ensino, ao desporto, à cultura, à acção social, à rede viária, ao meio ambiente e a outras áreas de intervenção, na base das quais têm sido operadas mudanças no sentido do desenvolvimento económico e social do concelho e da qualidade e condições de vida das suas populações.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Combate à corrupção Não bastam palavras. A hora é de actos!

A necessidade de criar legislação capaz de combater com eficácia a corrupção esteve de novo em foco no Parlamento. A questão foi suscitada na passada semana a propósito de um diploma do Governo que o autoriza a adoptar medidas nesta matéria. Reticente quanto aos reais motivos que aparentemente desbloquearam a inércia do Executivo, a oposição não lhe perdoou o facto de só agora parecer ter acordado para avançar com legislação que, ainda por cima, como sublinhou a deputada, do PCP, Odete Santos, em certas circunstâncias, pode estar a proteger a corrupção.

O facto de o Executivo não informar a Assembleia dos detalhes dos anteprojectos, foi outra das críticas formuladas, lembrando a parlamentar comunista que essa realidade "retira transparência à proposta e coloca uma série de interrogações que, em última análise, questionam o próprio título do diploma".

Com efeito, não basta que Cavaco Silva chegue ao Parlamento, discursar e garanta, como o fez, que "em democracia não há lugar à impunidade para nenhuma pessoa, responsável, dirigente ou titular de órgão político ou de administração", ou que Ladorinho Lúcio, ministro da

Justiça, justificando a iniciativa, asseverar que as medidas preconizadas inserem-se num "projecto sério, corajoso e coerente de combate à corrupção", pedindo a união de esforços para esta luta.

E não chega pela simples razão que a postura do PSD ao longo destes últimos anos tem sido pautada não só pela completa incapacidade de fazer o que quer que seja neste domínio, como ainda - o que é mais grave - pelo bloqueio a todas as acções tendentes a apurar responsabilidades em casos flagrantes de corrupção e tráfico de influências.

A este respeito, a bancada comunista não se cansou de enumerar exemplos comprovativos, citando Odete Santos, entre tantos outros, o pedido de inquérito proposto pelo PCP que a maioria inviabilizou destinado a averiguar os indícios de uma enorme fraude envolvendo o "favorecimento do grupo Espírito Santo, de António Champalimaud, do Banco Espanhol Banesto, do adquirente do Banco FONSECAS & Burnay, em detrimento do Estado, gravemente lesado, pelas subavaliações dos patrimónios imobiliários da Tranquilidade, da Mundial Confiança, do BPA".

Assim sendo, não admira,

pois, que a iniciativa em apreço tenha sido interpretada - foi essa a leitura de Odete Santos - como uma operação visando num "golpe de mágica", completamente a "reboque dos acontecimentos", associar o PSD "à luta contra a corrupção", isto depois da "infindável série de escândalos e suspeitas de corrupção em que se viu atolado ao longo destes anos".

Definindo do ponto de vista da sua bancada o combate à corrupção como um "objectivo central de uma política democrática e de dignificação das instituições", a parlamentar comunista propôs ainda neste domínio duas propostas concretas no quadro do reforço dos meios de detecção e luta ao fenómeno: uma, tem a ver com a transparência dos rendimentos dos políticos, para a qual existe um projecto de lei da sua autoria pendente há mais de um ano; a segunda, diz respeito às despesas confidenciais das empresas permitidas pelo DL 408/89, despesas que o PCP propõe sejam extintas, uma vez que, observa, "está nas despesas confidenciais a fonte das luvas que se pagam, dos favores que se compram, das ofertas que se fazem sob a aparência de um mero dever de cortesia".

Tribunal de Contas O que incomoda o PSD...

Os poderes de fiscalização do Tribunal de Contas estiveram no centro do debate parlamentar, voltando a pôr em evidência as diferenças profundas que sobre esta matéria separam a maioria PSD dos partidos da oposição. Entre reforçar as competências e as condições de independência e autonomia daquele órgão de fiscalização da legalidade das despesas públicas, como defende o PCP no seu projecto, ou condicionar e limitar a sua actividade autónoma e independente, como enseja o PSD, vai, com efeito, uma longa distância.

Uma distância susceptível de aferir, por exemplo, como assinalou o deputado comunista Lino de Carvalho, a real vontade política para "eliminar a corrupção", o mesmo é dizer, por outras palavras, a vontade de reforçar ou não reforçar os meios e competências de entidades como o Tribunal de Contas, exactamente as que têm poderes para intervir e actuar "sobre as fontes e as raízes que potenciam as fraudes e irregularidades".

Ora o que sucede é que com esta proposta apresentada à Assembleia da República - "um projecto anti-Tribunal de Contas", como lhe chamou Lino de Carvalho -, o PSD mostra claramente não estar interessado em dotar o Tribunal dos "meios funcionais que lhe permitam actuar com eficiência".

As razões são conhecidas, como é conhecida - e esta é a chave do problema - a escalada que o Executivo tem

vindo a desenvolver contra o Tribunal de Contas, inserida numa estratégia que Lino de Carvalho descreveu do seguinte modo:

"Dificultar a actuação de um órgão que dignamente tem prestigiado as funções jurisdicionais e fiscalizadoras do Estado, mas que incomodam o PSD e o Governo. Incomoda que, nos pareceres sobre a Conta Geral do Estado, o Tribunal não silencie as irregularidades, o descontrolo das operações de tesouraria ou dos cofres consulares, as despesas sem justificação, os «sacos azuis». Incomoda que o Tribunal julgue negativamente a irresponsabilidade que tem constituído o descontrolo das despesas com os muitos centros culturais de Belém. Incomoda que o Tribunal solicite frequentes esclarecimentos sobre irregularidades na gestão da coisa pública. Incomoda que o Presidente do Tribunal que, com dignidade, defenda as funções e as prerrogativas do Tribunal; incomoda que o Tribunal, o Presidente, os trabalhadores persistam na exigência de terem condições para funcionar".

Mais claras ficam assim as razões que levaram o PSD no articulado do seu projecto a definir um conjunto de incompatibilidades expressamente redigidas à medida do actual Juiz Presidente, ou a propor a retirada ao Tribunal da competência para propor medidas legislativas, ou ainda a manietar a capacidade dos juizes de poderem instruir os processos com cabal esclarecimento dos problemas.

«Caso da vírgula» chega ao fim

Depois de três reuniões da comissão de inquérito e de um debate em plenário chegou ao fim o caso da "vírgula que custou 120 mil contos". O ponto final foi posto faz hoje uma semana com a apresentação à Câmara do relatório da comissão parlamentar que acompanhou o assunto, que viria a ser aprovado apenas com os votos do PSD.

Para a história, como referiu Odete Santos na declaração de voto que produziu em nome da bancada comunista, a criação da comissão não deixará de ficar certamente associada a mais "uma tentativa de calar o jornalismo incómodo".

Essa é pelo menos a leitura dos deputados comunistas relativamente a uma comissão cujo objectivo, do seu ponto de vista, era, não o de promover qualquer investigação na área da corrupção, mas sim o de causar apre-

ensões e eventualmente calar o jornalismo de investigação, afrontando simultaneamente "a liberdade de expressão, a lei de imprensa e o sigilo profissional dos jornalistas".

Objectivos este que, todavia, estiveram longe de ser alcançados pelo PSD, como assinalou Odete Santos, corroborando a opinião de Carlos Candal (PS), presidente da Comissão, que em plenário recordou que "se a intenção foi pôr em causa a liberdade de imprensa não foi conseguida".

Em nome do CDS, Lobo Xavier, por sua vez, concluiu ter-se cumprido a profecia por si sublinhada no plenário de que a comissão de inquérito não levaria a nada, enquanto Duarte Lima, deputado do PSD e relator da Comissão, foi o único a lamentar a recusa de Helena Sanches Osório em prestar declarações.

O adeus à poetisa

A Assembleia da República guardou um minuto de silêncio e aprovou um voto de pesar pela morte de Natália Correia. Foi a homenagem à personalidade que, como refere o texto do voto apresentado por Barbosa de Melo, "enriqueceu a Assembleia da República com a sua voz livre, com a sua enorme cultura, com os seus repentes fulgurantes, com a sua exemplar tenacidade no combate pela democracia, pela justiça social e por um Portugal sempre renovado".

Evocando a "mulher, panteísta, explosiva e tema", Miguel Urbano Rodrigues, em nome do PCP, elogiou nela a poetisa e a deputada, para quem "terra, povo e poesia formavam vértices de um triângulo mágico".

Depois de recordar o seu fascínio pela "meditação sobre a história", atraída pelo "mistério" capaz de explicar o "caminhar do

homem, a possibilidade de entendimento, por mínimo que fosse, da luta dos povos pela liberdade", Miguel Urbano Rodrigues afirmou que "o barroquismo verbal de Natália era nela tão espontâneo e límpido como as cascatas da montanha despenhando-se de altos penhascos".

O deputado socialista Manuel Alegre, por sua vez, enalteceu a personalidade de Natália Correia e a sua actividade em prol da cultura, enquanto Mário Maciel, deputado açoriano do PSD, disse "não haver palavras nem discursos" para descrever a sua "elevada personalidade e originalidade".

O deputado do CDS, Adriano Moreira, pôs a ênfase na rebeldia de Natália Correia em relação aos partidos e afirmou que a "consagração que lhe estava a ser organizada nos Açores, que tanto amou, ganhou razões para ser ampliada".

Distrito de Leiria Vaga de crise fustiga indústria

A indústria transformadora no distrito de Leiria e de forma particular no concelho da Marinha Grande está a atravessar uma grave crise, caracterizada, no fundamental, pelo contínuo avolumar das dificuldades e por um processo de desindustrialização crescente.

A cristalaria, os têxteis e o sector das limas são de momento os mais atingidos, mas a situação tende a agravar-se e a estender-se a outros sectores como os plásticos, a indústria metalúrgica e metalomecânica, chegando mesmo aos moldes, uma indústria de ponta com grandes investimentos na inovação tecnológica.

Com reflexos em toda a região de Leiria, este quadro económico e social, caracterizado ainda pelo acentuar do desemprego, pelo trabalho precário e pelo reaparecimento dos salários em atraso, está naturalmente a gerar uma onda de preocupações, tendo levado já a bancada comunista, através dos seus deputados José Manuel Maia e Jerónimo de Sousa, a subscrever um requerimento ao Governo no sentido de saber quais as medidas que este está a accionar com vista a alterar a situação, nomeadamente no plano da reestruturação das empresas, modernização dos equipamentos, redução dos elevados cargos financeiros e preservação dos postos de trabalho.

Medidas tanto mais urgentes quanto é certo que, por exemplo, na cristalaria, só no ano de 1992, foram despedidos ou obrigados a rescindir contratos cerca de 600 trabalhadores, enquanto o sector das limas está hoje confinado a 300 trabalhadores e o sector têxtil vê a situação a deteriorar-se, com a agravante de se localizar nos concelhos de mono-indústria.

Nos plásticos, por sua vez, como assinalam os deputados comunistas no texto do requerimento, está em curso um processo de encerramento de empresas, e mesmo os fortes sectores que, como os moldes e a cerâmica, conheceram alguma expansão nos últimos anos, estão também eles em crise, que conduziu no ano transacto ao encerramento de dezenas de pequenas empresas.

Citado no requerimento é o caso da Marinha Grande, onde o sector mais afectado é o da cristalaria, embora nenhuma das maiores indústrias do concelho (vidros, plásticos e moldes), que absorvem a maior parte da população activa e representam mais de 70 por cento da actividade económica, estejam a salvo de sofrer os efeitos da crise actual.

Uma crise que conheceu um novo agravamento com o encerramento da Fábrica Escola Irmãos Stefhens (FEIS), com a perda de 450 postos de trabalho e o desaparecimento de uma instituição de grande relevo económico, social e cultural, com prestígio firmado no País e no estrangeiro.

Com problemas, ainda no sector vidreiro, estão também a Crisal, que, após encerrar a unidade de Alcobaça, apresenta a fábrica da Marinha Grande em situação de crise; a Ivima, com perto de 600 trabalhadores, em situação de gestão controlada e com salários em atraso; e a Manuel Pereira Roldão, também em gestão controlada ao abrigo do Decreto-Lei 177/86, onde se fazem sentir junto dos seus 430 trabalhadores os efeitos dos salários em atraso e a ameaça de extinção de dezenas de postos de trabalho.

CAVACO NÃO CHEGA PARA O ALENTEJO

As medidas anunciadas por Cavaco Silva na sua recente visita ao Alentejo «são extremamente limitadas e não respondem aos problemas com que Évora e o Alentejo se debatem», afirma a DOREV do PCP. Num comentário enviado à comunicação social pelo gabinete de imprensa desta direcção regional, afirma-se que o número de trabalhadores abrangidos pelos novos apoios (3 mil, segundo o primeiro-ministro) é muito reduzido face aos cerca de 30 mil desempregados só no Alentejo. Critica-se ainda a falta de apoio às autarquias, bem como o facto de Cavaco Silva, ao contrário do que divulgou, não ter debatido as medidas com autarquias, sindicatos, organizações representativas da agricultura ou com quaisquer outras estruturas da região.

«O distrito de Évora e o Alentejo precisam sobretudo de uma nova política de desenvolvimento, que mobilize investimentos, aproveite recursos, desenvolva a agricultura e a indústria, apoie as autarquias», sublinha a DOREV.

15 MIL AMEAÇADOS

Existem ameaças concretas de redução de 15 mil postos de trabalho nos TLP, nos CTT, na Telecom, na EDP, na Petrolgal, na Marconi e na EPAL - acusa o organismo de direcção do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP. Reunido a 15 de Março, analisou a situação social e política nas empresas que abrange, bem como as próximas eleições autárquicas. Num nota que fez chegar à nossa Redacção, denuncia ainda a tentativa de limitação do exercício do direito à greve corporizada nos despachos ministeriais sobre os serviços mínimos na EDP e na Marconi, que iriam envolver, na prática, mais de 80 por cento dos trabalhadores.

CONCELHOS DO SUL DE SETÚBAL

O plenário das comissões concelhias do PCP de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines analisou a situação da agricultura, da agro-indústria, da pesca e da indústria na sub-região. No plenário, realizado dia 6 em Grândola, foi aprovado o alargamento do Organismo Intermédio de Direcção do Sul (OIDS) da Organização Regional de Setúbal e foram ratificados os objectivos e orientações de trabalho para o reforço da organização e da capacidade de intervenção do Partido nos quatro concelhos, em particular no plano autárquico.

PROFESSORES DE LISBOA

No próximo sábado, dia 27, tem lugar no centro de trabalho Vitória, a partir das 14 horas, a assembleia da Organização de Professores da ORL. Convocada na sequência do 14º Congresso do Partido, esta iniciativa foi precedida de uma discussão sobre a situação actual das escolas, do ensino e dos professores. Em debate vai estar um projecto de resolução, em que são apontados os tra-

ços da política de Educação do PSD. No documento é feito um comentário a questões como a reforma do sistema educativo, o novo regime de avaliação dos alunos do Ensino Básico, a gestão escolar, a formação dos professores. São ainda propostos seis objectivos principais de intervenção e participação dos professores comunistas e da sua organização no distrito de Lisboa.

SAÚDE

A comissão de freguesia do PCP de Santa Maria dos Olivais (Lisboa) manifestou o seu «apoio activo e participante» à criação de uma Comissão de Base de Saúde, resultante de uma reunião, promovida pela Associação Nacional das CBS, com forças vivas da autarquia e a população interessada. Iniciativas do género têm sido promovidas pela associação em diversos concelhos e freguesias, para uma maior divulgação dos direitos dos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

«SEM DEPUTADOS»

Todos os principais partidos com representação parlamentar foram convidados, mas apenas o PCP correspondeu ao convite de uma associação de professores de âmbito nacional para estar presente num debate sobre o tratado de Maastricht e as suas implicações na Educação e na função docente em Portugal. Nesta iniciativa participou o deputado comunista José Calçada, informa o gabinete de imprensa da direcção regional do Partido. A DORV, recordando que «já não é a primeira vez que isto acontece no distrito, e mesmo em debates sobre a Educação», deixa duas considerações à opinião pública: «Onde está a tão apregoada vontade do PSD de aproximar os deputados e a AR aos cidadãos e às populações» e «será que não se voltou a revelar a pouca utilidade» da eleição, pelo distrito, de 7 deputados do PSD e 2 do PS?

PCP

Ainda o aniversário do PCP

Após a passagem do aniversário do Partido, cujas comemorações realizadas por todo o país noticiámos na generalidade há duas semanas, continuam a chegar à nossa Redacção mais informações sobre realizações do Partido. Por absoluta falta de espaço e algum atraso na recepção dessas notícias, não nos foi possível publicá-las mais cedo. Aqui vão elas:

Caminha

Como já havíamos referido, foi inaugurada a nova sede do PCP em Caminha, no passado dia 7, com a participação do Presidente do Conselho Nacional do Partido, Álvaro Cunhal. Dezenas de pessoas aguardavam-no no Terreiro e acompanharam-no pela Rua dos Pescadores até à nova sede, onde o camarada José Nogueira Gil, da DORVIC e da Comissão Concelhia de Caminha, usou da palavra, referindo-se a «três motivos de regozijo»: o de celebrar o aniversário do PCP num momento de grandes convulsões que perturbam o mundo, expimindo confiança na luta travada pelos nossos ideais; o de registar a presença de Álvaro Cunhal em Caminha; o regozijo, finalmente, pela inauguração do Centro de Trabalho.

O camarada Álvaro Cunhal também usou da palavra, referindo nomeadamente aspectos da situação política nacional e da vida do Partido, salientando o significado da inauguração do novo CT de Caminha.

Seguiu-se uma visita às instalações do novo centro, onde teve lugar um «verde de honra». De Caminha, os camaradas deslocaram-se a Vilar de Mouros, única freguesia CDU do concelho, onde decorreu um almoço-convívio. O camarada Carlos Alves, Presidente da Junta, referiu-se ao trabalho da CDU, e Álvaro Cunhal interveio de novo falando também das perspectivas para as próximas eleições autárquicas.



Momento da inauguração do novo centro de trabalho do PCP, em Caminha

Viana do Castelo

Mais de uma dezena de jovens participaram num encontro informal com o camarada Álvaro Cunhal.

O encontro realizou-se a pedido de alguns jovens que tendo conhecimento da vinda do camarada Álvaro a Viana manifestaram interesse de poder conversar sobre vários assuntos.

Reunidos no espaço de convívio do CT começaram por fazer uma pequena entrevista para o programa de rádio da Escola.

Seguiu-se um interessante debate em que os jovens questionaram Álvaro Cunhal sobre temas variados.

Cerca de centena e meia de camaradas e amigos associaram-se depois ao jantar comemorativo do 72.º aniversário do PCP, em Viana do Castelo. Bastante animado, o jantar decorreu no restaurante Náutico. Nele participaram activistas e amigos do Partido e alguns camaradas dos concelhos do interior — Valença, Arcos, Soajo e Cerveira.



Jantar-convívio em Viana do Castelo, com Álvaro Cunhal

Braga

A Comissão Concelhia de Braga realizou um jantar comemorativo do 72.º aniversário do Partido que contou com a presença de cerca de 150 militantes e outros democratas e com uma animada participação da Juventude.

O jantar contou ainda com as intervenções de António Lopes, membro da Comissão Política, e de Alfredo Casais Baptista, Coordenador da Comissão Concelhia de Braga e candidato à Câmara Municipal, que salientou a necessidade de um grande empenhamento de todos que queiram o reforço da CDU nos órgãos de poder local.

Açores

Realizou-se, no Centro de Trabalho do PCP, no Cais do Pico, um almoço-convívio que juntou largas dezenas de candidatos e apoiantes da CDU e militantes do PCP, durante o qual não só foi assinalado o 72.º aniversário do PCP, como foram analisadas e discutidas as eleições autárquicas de 1993.

Para além de um elevado número de aderentes de todos os concelhos do Pico participaram Artur Afonso, do Secretariado da DORAA, e José Decq Mota, Coordenador Regional, membro do Conselho Nacional e do Comité Central do PCP.

Na intervenção que proferiu e que foi atentamente seguida, José Decq Mota para além de se referir a diversos aspectos da situação política nacional e regional, analisou o papel e a importância do PCP e dos seus aliados na CDU como força cujo contributo democrático é essencial para uma mudança positiva na vida regional. A dado passo, o Coordenador Regional do PCP afirmou: «Começa hoje a ser aceite por muitos sectores a tese que há muitos anos defendemos segundo a qual só a convergência política, completa e responsável, das forças que desejam uma mudança construtiva e democrática, poderá levar a que essa mudança se verifique de facto». Referindo-se às próximas eleições autárquicas, José Decq Mota disse: «A CDU/Açores, parte regional dessa grande força nacional com muitas provas dadas nas autarquias, que é a CDU, irá estar presente nas próximas eleições em todas as ilhas e em todos os concelhos dos Açores.»

Alpiarça

Promovido pelo Núcleo das Vendedoras do «Avante!», realizou-se em Alpiarça um convívio que contou com a par-

ticipação do camarada Carlos Brito, Director do nosso jornal. O tema do convívio foi, naturalmente, a difusão e a venda do «Avante!». Ao intervir sobre esta questão, Carlos Brito saudou a iniciativa, que apontou como um exemplo, e salientou o papel impar do nosso jornal na imprensa portuguesa; referiu experiências que mostram a possibilidade de ampliar a sua difusão e apontou a necessidade de levar o «Avante!» à juventude, que encontrará nas suas páginas matérias que realmente a podem interessar.

Santarém

Mais de 250 camaradas participaram, em Pernes, no passado dia 14, num almoço dos comunistas de Santarém, comemorativo do 72.º aniversário do Partido.

O almoço decorreu num clima de muita alegria e confiança. No período dedicado

às intervenções, falou, em nome da Comissão de Freguesia o camarada Manuel Vieira, que referiu a actividade local do PCP, tanto no presente, como numa perspectiva histórica, e manifestou a sua confiança na luta pelo socialismo. Falou a seguir o Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, Vicente Batalha, que saudou o PCP pela passagem do seu 72.º aniversário, referiu a acção da Junta e chamou a atenção para a poluição do Alviela, grande problema da freguesia e grande batalha da sua Junta.

Finalmente, falou Carlos Brito, que fez várias apreciações sobre a crise económico-social e os graves contornos que assume na região de Santarém. Carlos Brito apelou à participação nas próximas jornadas de luta e à intensificação do trabalho para o reforço do Partido.



Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP, no Cacém. Mais de cem pessoas e a participação de Aboim Inglês, do Comité Central

Encontro de Quadros em Aveiro

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou no passado sábado, em Aveiro, num Encontro de Quadros de âmbito regional e em duas iniciativas comemorativas do 72.º aniversário do Partido — um almoço-convívio promovido pela Comissão Concelhia de Águeda, em Óis da Ribeira, e um jantar de confraternização da Organização Concelhia de Ovar.

Águeda e Ovar foram os dois concelhos do distrito de Aveiro que realizaram as últimas iniciativas de comemoração do 72.º aniversário do PCP.

Contando com a presença de Carlos Carvalhas, cada uma destas iniciativas registou mais de uma centena de participantes — entre militantes, simpatizantes e amigos do Partido — e significativa presença de mulheres e de jovens. Deste modo eleva-se a cerca de cinquenta o número de participantes, no distrito de Aveiro, no conjunto das iniciativas de comemoração dos 72 anos do Partido.

A Comissão Concelhia de Águeda escolheu um restaurante situado junto à margem da Pateira de Fermentelos como cenário do seu almoço de confraternização, que registou, no final, a participação artística de Luísa Basto e João Fernando.

O almoço foi presidido pelo camarada Júlio Balreira, da DORAV e da Comissão Concelhia de Águeda, tendo usado da palavra Paulo Sucena, membro do Comité Central do PCP e membro da Assembleia Municipal de Águeda, que destacou as eleições para as autarquias e que na ocasião anunciou a aceitação da candidatura, para integrar a lista CDU à Câmara Municipal, de David Valente de Almeida, prestigiada figura local (que já foi eleito pelo PSD).

O jantar de Ovar decorreu numa unidade hoteleira do centro da cidade tendo usado

da palavra, em nome da Comissão Concelhia, o camarada Albano Catela, que é membro da Junta de Freguesia de Ovar e que referiu os objectivos da iniciativa e alguns elementos sobre a situação social no concelho. A parte artística, neste caso, foi dos próprios participantes que no final do jantar prolongaram o convívio noite dentro, com canções e danças em grupo.

O secretário-geral do Partido usou da palavra, em breves improvisos, nas duas ocasiões, referindo questões da situação política e do aniversário do Partido.

O Encontro de Quadros

O Encontro Regional de Quadros do PCP foi organizado pela DORAV, teve como tema «O Partido no Distrito após o XIV Congresso» e realizou-se durante a tarde de sábado, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, com a presença de cerca de uma centena de quadros comunistas provenientes das diversas organizações do Partido do distrito.

Dirigido por Fátima Guimarães, da Comissão Executiva da DORAV, a mesa era constituída também pelos camaradas Alexandre Duarte, da Comissão Concelhia de Aveiro, António Salavessa, do Conselho Nacional, Sérgio Teixeira, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

No início dos trabalhos o camarada António Salavessa apresentou os objectivos do Encontro que eram, segundo afirmou, «contribuir para a reflexão sobre a nossa actividade, seus resultados práticos e perspectivas para o futuro; contribuir para a divulgação das conclusões do XIV Congresso, avaliar o que há de novo na situação económica, social e política da região; possibilitar um primeiro encontro com o camarada Carlos Carvalhas, na qualidade de secretário-geral do Partido».

Os trabalhos do Encontro desenrolaram-se tendo como referência um documento-base distribuído aos presentes, registando-se diversas intervenções que confirmaram, ilustraram e desenvolveram as ideias e apreciações do



documento-base confirmando que «sem que se subestime as dificuldades, as condições em que se desenvolve a acção dos comunistas na região são hoje mais favoráveis do que há uns meses atrás», pelo que serão

«particularmente oportunos os esforços tendentes à afirmação do Partido, nomeadamente os que forem desenvolvidos com a campanha de propaganda actualmente em curso».

A sessão de encerramento do Encontro, aberta à Comunicação Social, foi inteiramente preenchida pela intervenção de Carlos Carvalhas, de que publicamos extractos nesta página.

Carlos Carvalhas em Aveiro Uma política de classe

Na sessão de encerramento do Encontro de Quadros realizado em Aveiro, no passado sábado, o secretário-geral do PCP proferiu uma intervenção da qual publicamos alguns extractos.

(...) **A persistência no dogmatismo monetário custa caro ao País. E não é no jogo do «passa culpas» que o Primeiro-Ministro se exime das suas responsabilidades.**

A grave situação financeira de muitas empresas vai-se repercutindo em todo o tecido produtivo.

Não se verificam melhoras na especialização produtiva nem no padrão das nossas exportações. O afunilamento das nossas relações económicas externas, o aumento da dependência e a crescente subcontractação da economia portuguesa traduz-se no agravamento do défice do comércio externo, na perda de mercados e na diminuição da margem de manobras das empresas.



A fragilidade da economia portuguesa traduz-se também agora nas especulações contra o escudo. Para segurar o escudo no Sistema Monetário Europeu e para manter a sua cotação artificial o Governo promove a subida das taxas de juro e dispende milhões de contos em divisas.

O declínio da actividade produtiva é uma realidade. Empresas industriais são encerradas para que os terrenos sejam libertos e objecto de desenfreada especulação imobiliária.

A agricultura definha, mas a Bolsa, apesar dos sucessivos escândalos é venerada como «Templo da República».

A concentração de riqueza e a sua ostentação vive paredes meias com o alastramento das manchas de pobreza, dos salários em atraso e do desemprego. O «rei dinheiro» e o «salve-se quem puder» são os grandes valores deste Governo.

Acenam-se as dificuldades na sociedade portuguesa.

O mal-estar e a insegurança quanto ao dia de amanhã atinge milhares e milhares de famílias.

Acumulam-se os problemas. Contrariando e desmentindo uma «imagem» laboriosamente encenada de seriedade, de devoção ao interesse público, a verdade é que a governação do PSD é cada vez mais marcada pelo clientelismo partidário, pela exclusão dos competentes em favor dos inscritos no Partido, por numerosos escândalos que atingem inclusivamente figuras do Governo e pelo espezinhamento da insenção e da ética política no exercício das funções públicas. **O Terreiro do Paço é hoje a grande praça do negociismo;**

privatizações, sacos azuis, fundos comunitários, benefícios fiscais.

A exaltação propagandística pelo Primeiro-Ministro sobre a «estabilidade governativa» que a sua maioria absoluta iria garantir salda-se, na prática, por uma persistente desestabilização económica, social e institucional e por orientações e medidas que atingem os interesses e o nível de vida dos trabalhadores e das camadas médias.

De acordo com as suas responsabilidades de grande partido nacional o PCP tem submetido à apreciação e juízo crítico dos portugueses e das portuguesas, nas instituições e fora delas, as suas opiniões e propostas, programas globais e sectoriais e medidas de emergência para combater a crise. Algumas delas vão fazendo o seu caminho.

A nossa grande preocupação prende-se com a necessidade de se inverter esta situação.

Entendemos que uma política nacional terá de ter como preocupação prioritária, entre outras, o combate ao desemprego e ao emprego precário, a melhoria do nível, qualidade e condições de vida da população, o relançamento do investimento criador de emprego e a modernização do aparelho produtivo ao serviço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento nacional, o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais, um especial empenho na modificação da grave situação em que vivem reformados e pensionistas e a valorização e dignificação de quem trabalha. (...)

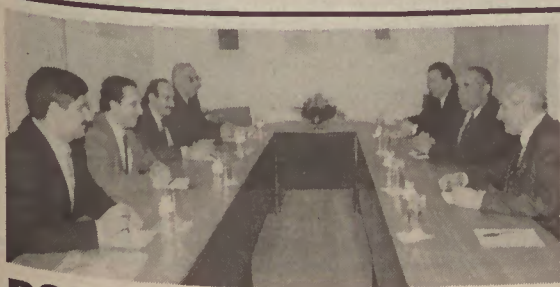
O nosso Partido

O PCP, com toda a transparência, tem afirmado e mostrado na prática que não poupará esforços e energias no sentido de impulsionar a luta de massas e de contribuir para uma indispensável convergência das movimentações sociais, no caminho indispensável para formas de luta mais avançadas que expressem a amplitude para formas de luta mais avançadas que expressem a amplitude nacional do descontentamento popular.

Lutas que, centradas em justas reivindicações de resposta a problemas e aspirações mais prementes nas diversas camadas sociais e na resposta imediata aos problemas mais agudos do País, favoreçam no seu desenvolvimento, o fortalecimento da exigência nacional de uma nova política e de uma mudança de política e de Governo.

Orgulhamo-nos de, como Partido, estarmos activamente presentes nas pequenas e nas grandes lutas dos trabalhadores e do nosso povo. E quando certos cucos aparecem agora, de forma oportunista, a procurarem aquilo que eles chamam «capitalizar politicamente o descontentamento social», esquecendo que eles também apoiaram as causas desta situação, é necessário desmascará-los com firmeza aos olhos das massas.

Pela nossa parte, trabalhamos e continuaremos a trabalhar para que se dê resposta aos graves problemas socioeconómicos do País e, através das nossas propostas e do esclarecimento, e pela acção, procuraremos que a luta reivindicativa ascenda a ofensiva à política global do Governo e evolua para uma opção política certa. (...)



PCP recebe Ordem dos Médicos

Uma delegação da Ordem dos Médicos encabeçada pelo seu Bastonário, Dr. Santana Maia, que estava acompanhado pelos Drs. Alberto Queiroz e Joshua Ruah, foi recebida no passado dia 17, a seu pedido, pelo Partido Comunista Português, que esteve representado por uma delegação dirigida pelo Secretário-Geral Carlos Carvalhas, que integrava Edgar Correia, da Comissão Política, Dr. Luís Peixoto, deputado à AR, e Prof. Dr. Rui Pinhão.

Para além da apresentação de cumprimentos por parte dos corpos gerentes da Ordem dos Médicos recentemente eleitos, este encontro possibilitou igualmente uma alargada troca de pontos de vista, centrada nos graves problemas que o sector da saúde enfrenta neste momento em Portugal.

Por parte do PCP, foi designadamente expresso o empenho, quer a nível das instituições quer da acção partidária em geral, de reforço da intervenção contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde que o Governo está a levar à prática, pelo desenvolvimento de carreiras profissionais dignas e atractivas e em defesa do direito à saúde como condição fundamental para a qualidade de vida dos portugueses.

PCP

Mais um golpe contra o Douro

As recentes propostas, vindas a público, do Instituto do Vinho do Porto são parte integrante de uma engrenagem contra o Douro, em que os interesses da região não são acautelados e são «vendidos» aos interesses e enormes lucros dos exportadores e multinacionais de Gaia.

No fundamental essas propostas pretendem acabar com as funções da organização que, nas actuais condições, melhor pode defender os vicultores durienses contra a voracidade das Casas Exportadoras/Multinacionais e de meia dúzia de muito grandes produtores.

Querem acabar com o papel da Casa do Douro na distribuição do Benefício, que já na próxima vindima passaria a ser feita pelo IVP. E se essa distribuição do benefício, feita até hoje pela Casa do Douro, tem erros, está sujeita a falcatruas e muitas vezes tem prejudicado os produtores, o que não será quando passar a ser feita por um organismo fora do Douro, com sede no Porto, e fortemente influenciado pelos exportadores e proprietários?!

Querem acabar com o importante papel da Casa do Douro na disciplina do plantio, elaboração do cadastro, controlo da produção, distribuição da aguardente, na comercialização e regularização dos mercados de vinho de Pasto e vinho do Porto, porque sabem que ficarão de mãos livres, mais do que até hoje, para ditarem as suas leis e vontades aos milhares de produtores durienses. As Casas Exportadoras/Multinacionais sabem que na ausência de um organismo que represente a vontade unida da lavoura duriense, será quem tiver muito dinheiro a mandar. Sabem que serão eles a mandar!

É de sublinhar que este projecto do Governo e do PSD contra o Douro já tem barbas. Foi um projecto derrotado quando a Assembleia da República, em 3 de Fevereiro de 1987, e por iniciativa do PCP (e outros partidos), recusou taxativamente a ratificação do Decreto-Lei n.º 313/86, do 1.º Governo de Cavaco Silva, que expropriava os durienses da sua

Casa do Douro. Não teve, então, o PSD coragem nem força na Assembleia da República para persistir totalmente nesse frete aos exportadores, as eleições de 1987 estavam perto e absteve-se na votação em que todos os partidos votaram contra o Governo do PSD.

Mas agora a maioria absoluta dá-lhe ânimo para fazer nova tentativa de destruição da Casa do Douro.

As Casas Exportadoras/Multinacionais contam para esta operação com a prestimosa colaboração do Instituto do Vinho do Porto, do Governo PSD/Cavaco Silva e alguns ditos «amigos» do Douro.

Numa primeira fase, este esvaziamento do Douro seria disfarçado com a passagem para o IVP e a criação de uma suposta delegação do mesmo na região, para mais tarde ser transferido para um outro organismo já com papel preponderante dos Exportadores.

Este processo não é recente e já foi oportunamente denunciado pelo PCP, nomeadamente em Julho passado. Primeiro trataram de desacreditar a instituição, em que o ataque aos dirigentes da Casa do Douro serviu de pretexto e de forma de encobrir as reais responsabilidades Governamentais e das Multinacionais pela crise do Douro.

Recorde-se ainda que este processo de esvaziamento já teve um primeiro passo com a liberalização do comércio das aguardentes víquicas à medida do Governo/Cavaco Silva. Como resultado dessa operação o Agrupamento Complementar de Empresas, das 54 empresas de Vinho do Porto (12 grupos) alcançaram, por exemplo, no final do ano de 1991 «um lucro líquido de 286 mil contos»...

Aquilo que o Douro precisa é de apoio para os vicultores e para a Casa do Douro e Cooperativas. Aquilo que

o Douro precisa é de uma política que sirva a região, nomeadamente o estabelecimento de um cadastro actualizado e fiável, de ajudas proporcionais aos custos totais de reconversão das vinhas de pasto, de linhas de crédito e baixas taxas de juro para armazenamento e envelhecimento dos vinhos de pasto, de medidas eficazes para a defesa da denominação de origem «Porto» (nomeadamente ao nível do GATT), de linhas de crédito bonificadas para as intervenções da Casa do Douro, de uma revisão global da legislação com a participação activa da lavoura.

Tudo isto consta de numerosas propostas do Partido Comunista Português, nomeadamente apresentadas em 7 de Julho de 1992 na Assembleia da República a que a maioria do PSD preferiu fazer orelhas moucas.

Estamos perante uma política de terra queimada que visa destruir os direitos que

a lavoura duriense foi alcançado ao longo de décadas de luta.

Na opinião da DORVIR do PCP, esta machadada contra o Douro deve ser integrado no vasto ataque que tem sido desferido contra a região Duriense e transmontana e que se traduz no encerramento de empresas, de serviços públicos de medidas necessárias e proleptadas acentuando um perigo declínio do distrito de Vila Real. Autarquias, deputados do PSD e do PS têm demonstrado um total alheamento e incapacidade de erguer a voz dos interesses regionais.

A DORVIR do PCP apela e confia para que os vicultores e população duriense não deixem passar mais esta peça de uma engrenagem destruidora.

Vila Real, 9.03.93

O Secretariado da DORVIR do PCP

A demissão de Oliveira Dias

O Engenheiro Oliveira Dias, até agora vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, tornou pública, na passada terça-feira, a sua demissão de militante do PCP. Sobre o assunto, a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP, respondendo a solicitações da Comunicação Social, divulgou o seguinte comentário:

«A demissão do Eng.º Oliveira Dias é de sua iniciativa e responsabilidade e corresponde a uma opção própria, no seguimento das suas últimas declarações e após anúncio da candidatura da CDU.

«Sobre a questão colocada pelo Eng.º Oliveira Dias relativamente à conclusão do mandato, a DOCP do PCP tomará uma decisão a breve prazo.

«A DOCP do PCP reafirma a sua convicção de que a candidatura da Dr.ª Ilda Figueiredo, apresentada pela CDU, corresponde à vontade dos militantes e activistas do PCP e da CDU e serve os mais profundos interesses da população da cidade do Porto».

O «Avante!» apurou, entretanto, que a pergunta mais frequentemente formulada pela Comunicação Social aos camaradas do Porto visava esclarecer se Oliveira Dias seria candidato pelo Partido Socialista nas próximas eleições autárquicas, visto que ele próprio produzira declarações públicas de apoio ao Presidente da Câmara e à política do PS no Porto.

Sendo evidente que só o próprio vereador e o PS poderão esclarecer tal assunto, é entretanto certo que, directamente questionado pela imprensa nas últimas semanas, o Engenheiro Oliveira Dias sempre se furtou a desmentir claramente tal eventualidade.

DORAL do PCP reúne com PS em Faro

No passado dia 12, realizou-se em Faro, solicitado pelo Secretariado da Federação Distrital do PS um encontro entre delegações deste Partido e do PCP. Neste encontro, foi a apreciada a situação económica e social da região, analisada a situação autárquica e feito um breve balanço ao funcionamento dos vários órgãos regionais, nomeadamente Assembleia Distrital da AMAL.

A análise efectuada à situação económica e social, confirma as preocupações e críticas que a DORAL do PCP vinha colocando acerca da crescente crise que atravessa vários sectores da economia regional, de que são exemplo: a recessão no turismo e na construção

civil; a grave situação na Agricultura do Algarve e a queda accentuada da actividade industrial. Esta situação traduz-se no plano social em aumento de desemprego, nos salários em atraso e na extrema precarização nas relações de trabalho.

A crise que o Algarve hoje atravessa é a consequência da política do Governo do PSD que não foi capaz de dotar a região de um projecto de desenvolvimento integrado, que apoiado na valorização dos recursos, no incentivo e apoio à actividade produtiva, e no respeito e defesa dos direitos e condições de vida das populações permitisse criar uma situação de progresso.

Esta realidade contrasta

com o discurso demagógico e hipócrita do Governo e dos seus representantes na região, operação na qual se inserem as «Governadorias abertas» que não passam de meras acções de propaganda do PSD, à custa dos dinheiros públicos, e da sua abusiva utilização para a preparação das eleições autárquicas em benefício do PSD.

A situação das autarquias na região e marcada pela política centralizadora e autoritária do Governo do PSD que se traduz na asfixia financeira, na transferência de competências sem os respectivos meios financeiros.

Neste encontro foi ainda considerado de grande importância para a região que se realizassem em

simultâneo com as próximas eleições autárquicas, eleições para a Região Administrativa do Algarve, por forma a dotar a região de órgãos políticos directamente eleitos pela população da região com capacidade financeira e poderes de intervenção que permitissem resolver os graves problemas de planeamento e desenvolvimento que a região enfrenta.

Por último, foi abordado o deficiente funcionamento da Assembleia Distrital e da AMAL, órgãos em que o PS têm a particular responsabilidade, dado que com um trabalho mais activo poderiam contribuir para melhor defender os interesses da região.

DORCB reúne plenário

Na sua reunião de 13 de Março, o Plenário da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco (DORCB) do PCP analisou a situação política-social no Distrito e as tarefas dos comunistas, apontando designadamente:

No Distrito de Castelo Branco reflectem-se as graves consequências da recessão e crise resultantes da política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva. Salientamos o despedimento colectivo na Mina da Panasqueira, reduzindo o número de trabalhadores de cerca de 600 para uns 250. Além disso, a agravar ainda mais esta situação social, os despedidos estão sujeitos a serem desalojados das casas da Empresa!

A SOTIMA (Proença), com 500 trabalhadores, está paralisada. No Distrito, existem diversas empresas com atrasos no pagamento de salários, empresas que estão a despedir os contratados a prazo. A crise traz a ameaça de novas falências e encerramentos no Distrito, com centenas de despedimentos.

Na agricultura, vive-se uma situação preocupante quanto ao futuro. O nosso mercado é invadido pelos produtos estrangeiros. A produção nacional não encontra escoamento nem preços justos. O aparelho produtivo da Nação está a ser destruído!

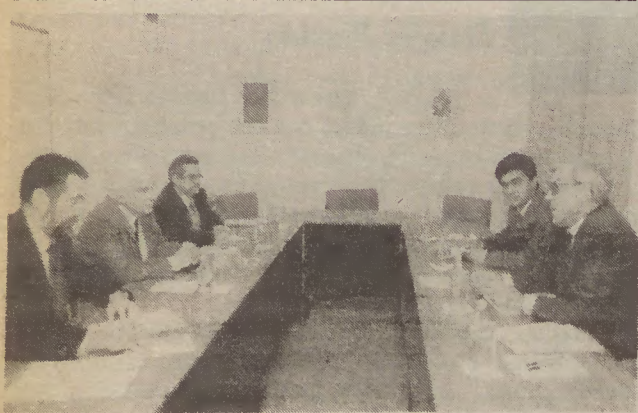
Os produtores de tomate e de tabaco da zona de Idanha-a-Nova estão ameaçados de este ano não fazerem as suas searas, por não terem garantias de escoamento e preços compensadores.

O comércio da região vê crescer as suas dificuldades, baixar as vendas, não há dinheiro, não se fazem pagamentos em cadeia.

A DORCB do PCP responsabiliza o Governo de Cavaco Silva. É necessário compreender que a crise que faz sofrer o País não é de modo nenhum uma fatalidade do exterior. A crise que afecta o nosso país é, essencialmente, o resultado de uma política de direita ao serviço dos grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros. É uma das facturas da integração cega de Portugal na CEE, da aceitação subserviente dos conditionalismos de Maastricht e da PAC (Política Agrícola Comum).

Não fazemos dramatismos, estamos a analisar uma realidade objectiva. Os trabalhadores e outros sectores da população do Distrito (e do País) têm e continuam a lutar em defesa dos seus direitos e reivindicações, contra a política antipopular e de exploração do Governo PSD. A verdadeira alternativa é o desenvolvimento da luta de massas, o caminho da unidade de acção. Fazer convergir todas as lutas e sectores que estão na firme oposição à direita para uma ampla frente social, com vista à derrota do Governo PSD/Cavaco Silva e encontrar uma alternativa democrática para Portugal.

A DORCB, que apelou aos trabalhadores para que participassem nas jornadas de luta do passado dia 20 e para a próxima jornada do dia 2 de Abril, saudou ainda as mulheres dos distrito pela comemoração do aniversário do Partido que, no distrito, abrangeram centenas de militantes que se juntaram em almoços e jantares comemorativos.



PCP recebe representantes das Adegas Cooperativas da Região do Douro

Uma delegação composta pelo Engenheiro Mesquita Montes, Presidente da Direcção da Casa do Douro, e pelo Dr. Abílio José Constâncio Pereira, Presidente da União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro, foi recebida na passada terça-feira, na Soeiro Pereira Gomes, pelo Partido Comunista Português, que se encontrava representado pelo Presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal, por Agostinho Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, e pelo camarada Carlos Amaro.

26 de Abril

Dia de Protesto Nacional da Agricultura

A contestação dos agricultores prossegue com novas acções reivindicativas em todo o País

Na sequência da onda de protestos dos Agricultores e da CNA, e correspondendo até a vários apelos dos seus associados, a Direcção da Confederação anunciou a realização, a 26 de Abril, de um «Dia de Protesto Nacional da Agricultura» contra a situação de crise que o sector atravessa e contra a falta de medidas eficazes por parte do Ministério da Agricultura e do Governo.

A Assembleia Geral da CNA, marcada para o próximo domingo, em Santarém, irá apreciar e definir a configuração da iniciativa, com vista a transformá-la numa grande jornada nacional de protesto e reclamação da lavoureira portuguesa. Em preparação estão ainda novas acções regionais de protesto e reclamação dos Agricultores com o apoio da CNA, para os distritos de Aveiro, Braga, Guarda, Faro, Vila Real, Santarém, entre outros.

Entretanto, a CNA assinala que «o forte movimento de protesto dos agricultores está a forçar o Governo a anunciar algumas medidas que, embora insuficientes, são há muito reclamadas».

Nomeadamente é referido o Plano de Emergência para a seca no Alentejo e pedido de novas ajudas à Comunidade para a seca/93, considerado «insuficiente porque não cobre capazmente os prejuízos e outras regiões também necessitadas; o subsídio de 4\$50/kg à produção de batata de Chaves e Bragança, também «insuficiente porque é necessário para outras regiões (Beiras) e tem de ser complementado com subsídios a fundo perdido onde não se fez o escoamento»; a intervenção oficial na procura de formas para garantir o escoamento dos hortofrutícolas nacionais; o anúncio da construção da Barragem do Alqueva.

Apesar destas medidas, a

CNA considera que «a situação de crise aguda exige muito mais para resolver problemas» e reclama um «plano de emergência verdadeiramente nacional» que garanta:

«Intervenções ou subsídios especiais para garantir o escoamento, a preços aceitáveis, de produtos como o vinho, gado bovino, ovino e suíno, batata, fruta, tomate para a indústria, resina.

«Um programa nacional de "sanidade animal", com apoio técnico-veterinário e pagamento das dívidas aos criadores de gado e às Associações de Defesa Sanitária (ADS).

«Linhas de crédito especiais para saneamento financeiro aos agricultores e às cooperativas. Bonificação significativa das taxas de juro do crédito agrícola.

«Estabelecimento urgente de moratórias para agricultores, particularmente jovens agricultores, e para

as cooperativas, com problemas de solvência financeira.

«Plano nacional de apoio aos prejuízos da seca/93, a definir também com a participação da CNA e filiadas.

«A contenção de importações desnecessárias e a imposição de taxas máximas de comercialização para impedir a especulação com os preços no consumidor.

«A participação da Lavoureira na definição da reestruturação em curso do Ministério da Agricultura».

Defender a Casa do Douro

A Confederação Nacional da Agricultura lançou novo apelo aos agricultores durienses e suas organizações no sentido de «cerrarem fileiras para melhor defenderem as actuais competências da Casa do Douro».

Segundo uma nota da direcção da CNA «o novo figurino para a Região Duriense, da autoria do Instituto do Vinho do Porto (IVP), mas de facto inspirado e forçado pelas Multinacionais/Casas Exportadoras do Vinho do Porto, e que tem, mesmo antes de qualquer audição aos viticultores durienses, às suas associações e à Casa do Douro, o apoio do secretário de Estado dos Mercados Agrícolas, é um punhal apontado à Região Demarcada do Douro e aos seus famosos vinhos.

A CNA afirma que «a mais velha Região Demarcada do Mundo não tem lições a receber de ninguém» e recorda que «em 1987 um idêntico projecto

do Governo foi recusado pela Assembleia da República que não ratificou o Decreto-Lei nº 313/86, sem os votos contra de qualquer partido».

Ainda sobre a questão do vinho, a CNA sublinha que «é frontalmente contra a imposição da destilação obrigatória de 210 mil hectolitros de vinho a preços de miséria de 16\$00/litro, a não ser que essa destilação fosse obrigatoriamente destinada aos muito grandes produtores».

A propósito da revisão em curso da Organização Comum de Mercado do Vinho na CEE, (OCM) a CNA reclama que sobre essa «questão estratégica para a agricultura nacional seja feita com audição dos viticultores portugueses, e não seja transformada num segredo dos deuses, o que, a acontecer, a tornará presa fácil da ditadura dos lobbies dos grandes produtores e comerciantes de vinho da Comunidade» e que «desde já o Estado Português exija o fim da adição de sacarose na fabricação de vinho pelas regiões víquicas do Norte da Europa».

Capacidade negocial comprometida

A CNA comentou igualmente as recentes declarações do ministro da Agricultura segundo as quais «não há crise na agricultura portuguesa» e que a culpa de alguns problemas é dos agricultores «que não seguiram os conselhos do Governo», salientando que «para além de não corresponderem à verdade, contribuem para uma evidente perda da nossa capacidade negocial junto da Comunidade, tendo em vista a reivindicação de

vários programas especiais de ajuda. O que acontecerá certamente já com a negociação de eventuais apoios para a seca/93».

Para esta organização de agricultores estão «em risco também os pacotes financeiros destinados às chamadas medidas de acompanhamento à PAC e outras negociações importantes».

A Confederação Nacional da Agricultura acusa ainda o Governo de discriminação afirmando que «no exacto momento em que a CNA mobiliza e orienta o protesto nacional dos agricultores, no exacto momento em que pesam sobre altos responsáveis da CAP graves indícios de fraudes e desvio de fundos, o Ministério da Agricultura e o Governo continuam a querer impor a *unicidade* e a discriminar a CNA e suas associadas».

Designadamente, são citados como exemplos «a não inclusão da CNA nos grupos de trabalho do Alqueva e do estudo das formas de escoamento dos hortofrutícolas; e a orientação formal aos agricultores, por parte do INGA, para se dirigirem apenas à CAP (e à CONFAGRI) para efeitos de inscrição nos prémios e subsídios das culturas arvenses», chegando-se mesmo ao ponto de «o INGA pretender impedir que a Associação dos Pastores Transmontanos, filiada na CNA, proceda às candidaturas dos seus sócios aos prémios aos ovinos e caprinos, que esta Associação já faz há anos, a não ser que o peça por intermédio da CAP».

A CNA reclama o fim desta discriminação «antidemocrática e anticonstitucional» e continua a aguardar «pacientemente» uma audiência do ministro da Agricultura.



Agricultores protestam em Aveiro

Delegações e grupos de agricultores de várias localidades do distrito de Aveiro estiveram concentrados junto, na passada sexta-feira, junto ao mercado de Aveiro para proceder à entrega das suas reclamações e protestos ao governador civil.

Esta acção, convocada pela Associação da Lavoureira do Distrito de Aveiro (ALDA) e contou com o apoio da CNA, reuniu no Largo do Mercado centenas de agricultores que empunhavam cartazes da Confederação e outros com protestos contra a degradação das suas condições de vida resultante da crise que atinge a agricultura. Os presentes contestaram, em particular, o aumento dos preços de produção e as importações indiscriminadas que criam grandes dificuldades à venda de produtos a preços compensadores, nomeadamente, a carne, leite, vinho e batata.

Vários oradores usaram da palavra, num palco improvisado em cima de um tractor, entre os quais Albino Silva, em nome da ALDA, e Joaquim Casemiro, da CNA. Após as intervenções os agricultores concentrados aprovaram uma carta

reivindicativa e foram em desfile até ao Governo Civil, onde uma delegação entregou o documento ao representante do Governo que se comprometeu a enviá-lo ao Ministério da Agricultura.

O texto da carta de protesto refere a falta de apoios no escoamento dos produtos agrícolas e a invasão de produtos importados como a batata, a carne de bovino e o vinho, que a par com as elevadas taxas de juro e o preço dos factores de produção, os mais caros da CEE, constituem factores determinantes para o azeite do estrangulamento da agricultura.

Os manifestantes apresentam várias exigências designadamente um «subsídio à produção da batata, à semelhança do já atribuído à zona de Chaves, de pelo menos 5\$50 escudos o quilo, o pagamento das dívidas à lavoureira, a manutenção do preço do leite e das quotas de produção, a bonificação das taxas de juro do Crédito Agrícola, a contenção das importações desnecessárias e garantias do escoamento dos produtos a preços compensadores», entre outras.

Abate de embarcações é escândalo em Peniche

As recentes decisões da Direcção-Geral das Pescas relativas à política de prémios de paragem definitiva, também chamados prémios de abate, estão a criar um clima de revolta entre os pescadores de Peniche, que culpam o Governo de incompetência num processo em que tudo cheira a ilegalidade, compadrio e corrupção política.

O descontentamento começa logo no processo de atribuição de prémios de abate a embarcações com condições para laborar mais 10 ou 15 anos, que atingem montantes várias vezes superiores ao seu valor real. Contudo, mais grave que isto são os casos em que são concedidos prémios para o abate de navios há muito incapacitados para navegar, e que nunca poderiam retomar a faina da pesca.

São vários os exemplos deste processo escandaloso. A traineira «Branca de Neve» efectuou a última venda em lota em 8 de Setembro de 1989, tendo-se sido atribuído pelos serviços de vistorias da Capitania do Porto de Peniche o valor de 2200 contos, constando no respectivo relatório que «a

embarcação está em mau estado de conservação». Apesar disso, a embarcação recebeu o subsídio de abate no montante 63 303 contos, quem sabe se por um dos seus proprietários ser o dr. António Leitão, familiar directo de um deputado do PSD.

A traineira «Relíquia» é outro exemplo. Efectuou a última venda em lota em 31 de Julho de 1990, tendo sido avaliada pela Capitania do Porto de Peniche em 2200 contos e registado no relatório o «mau estado da embarcação». Como no caso anterior, o subsídio de abate atingiu 44 087 contos. Um dos seus proprietários é militante activo do PSD e ex-candidato à Câmara Municipal de Peniche por aquele partido.

No mesmo valor, de 2300 contos, foi avaliada pelos mesmos serviços a traineira «Afrodite», cujo mau estado foi igualmente fixado no respectivo relatório. Como nos casos a cima citados, tal não obsteu a que os proprietários recebessem um subsídio de abate de 42 766 contos. Pelo menos um dos beneficiados é um incondicional e conhecido apoiante do partido do Governo.

SALVADOR

O presidente da Comissão da Câmara dos Representantes dos EUA para a América Latina pôs em causa o antigo presidente Ronald Reagan, por ter ocultado ao Congresso a verdade sobre a questão dos direitos humanos em El Salvador.

Reagindo à publicação do relatório da "Comissão sobre a verdade" respeitante às atrocidades cometidas pelo Exército salvadorenho durante a guerra que ao longo de anos devastou aquele país latino-americano, Robert Torricell considerou ser "perfeitamente claro que Ronald Reagan deu informações sem respeitar a verdade".

As informações dadas pela administração Reagan ao Congresso determinaram a ajuda militar e económica norte-americana ao regime de El Salvador.

O relatório da Comissão afirma, por outro lado, que os militares e diplomatas norte-americanos estavam ao corrente dos crimes cometidos pelo exército salvadorenho.

Um dos autores do relatório, o antigo presidente colombiano Belisário Betancour, disse aos membros do Congresso que a Comissão podia provar que os "esquadrões da morte" eram dirigidos por exilados salvadorenhos a partir de Miami, Florida.

Washington gastou seis mil milhões de dólares para equipar e treinar um exército agora acusado, nos próprios Estados Unidos, de ter cometido atrocidades e massacres.

PALESTINA

A OLP não vai abandonar o processo de Paz no Médio Oriente, mas pode suspender a participação palestina na 9ª sessão de negociações, prevista para 20 de Abril, se os EUA não responderem positivamente aos seus pedidos.

O chefe do Departamento Político da Organização de Libertação da Palestina, Faruk Kaddumi, afirmou recentemente, em declarações à France Presse, que se se verificar - como até à data - "a ausência de respostas norte-americanas positivas aos seis pontos (comunicados pelos palestinos ao secretário de Estado, Warren Christopher), os palestinos não participarão nas negociações" anunciadas para Washington.

A OLP não aceita que as negociações recomecem enquanto se mantiver a situação dos deportados palestinos no Líbano.

Entretanto, a situação na faixa de Gaza é particularmente tensa e a repressão tem vindo a acentuar-se.

Setenta palestinos e oito israelitas foram mortos em confrontos este mês. Quatro palestinos foram mortos segunda-feira na faixa de Gaza.

POLÓNIA

O Parlamento polaco rejeitou o plano governamental de privatizações maciças. O programa levou quase dois anos a ser preparado.

A sua derrota no Parlamento deixa a Polónia sem quadro legal para a transferência das empresas estatais para as mãos dos privados.

Por outro lado, a votação no Parlamento pôs em evidência a debilidade da coligação governamental de sete partidos, que não dispõe de maioria no Parlamento e depende, para a aprovação das grandes decisões, do apoio dos deputados independentes e da central Solidariedade.

EUA

A declaração de falência pessoal, a que perto de um milhão de famílias norte-americanas tiveram de recorrer em 1992, tornou-se um procedimento de rotina nos Estados Unidos.

No ano passado, o endividamento médio das famílias nos Estados Unidos ultrapassou o seu rendimento anual.

O número de declarações de falência pessoal (ou familiar), que permite às famílias, ou liquidar a totalidade das suas dívidas, ou beneficiar de um novo plano de pagamentos, praticamente duplicou em poucos anos, atingindo os 971 517 casos em 1992.

As dificuldades económicas, o desemprego e a incitação desmedida ao consumo nos últimos anos, são os principais responsáveis por esta situação. Simultaneamente regista-se uma alteração das mentalidades quanto à forma como são encaradas as falências pessoais, regidas por um código de falências que data de 1978. Ainda há pouco tempo uma declaração de falência pessoal não era socialmente aceitável. Hoje é bastante fácil e geralmente aceite pelos credores.

Segundo dados dos Tribunais dos Estados Unidos, a média das falências das famílias anda pelos 80 mil dólares (cerca de 12,3 mil contos) e o total de falências pessoais de 1992 deverá envolver um montante de 100 mil milhões de dólares (15 350 milhões de contos). Foi a divulgação de cartões de crédito de todos os tipos - e a desenfreada concorrência entre os estabelecimentos de crédito - que contribuiu para o aumento do endividamento das famílias.

Apesar do crescimento das falências pessoais ter desacelerado, de 20,6 por cento em 1991 para três por cento no ano passado, as previsões são de novo crescimento das falências pessoais em 1993, tanto mais que não se prevê uma efectiva recuperação económica nem a diminuição do nível de desemprego e que a política de fomento do consumo não se alterou.

Brasil

Camponeses exigem medidas de emergência

Mais de metade da população rural do nordeste brasileiro, quase nove milhões de pessoas, está a ser vítima da maior seca dos últimos 20 anos.

As consequências da carência de água são agravadas com o primeiro surto de cólera no Brasil em mais de um século, que nos últimos dois anos já matou mais de 400 pessoas em 14 dos 26 Estados do Brasil, a maioria das quais na região do nordeste.

Dois terços do território dos nove Estados do nordeste estão praticamente desertos e com reservas equivalentes a 30 por cento das necessidades dos seus habitantes, como consequência de uma estiagem que já dura há quatro anos, de acordo com dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), recentemente divulgados pela imprensa brasileira.

Desde o início do ano, a Coordenadora de Defesa Civil do Ceará, registou

saques a lojas de produtos alimentares, feiras livres e supermercados de sete cidades e concentrações de agricultores famintos noutros 40 municípios do Estado.

A revolta já se tornou rotina também noutros Estados da região, prevenindo-se um agravamento da crise social no nordeste, caso venham a confirmar-se as previsões do Centro de Estudos Climáticos do INPE de uma queda ainda maior do índice pluviométrico (cerca de 20 por cento) na região, no próximo inverno brasileiro.

A agudização da situação de miséria em que vive a maior parte da população levou 26 prefeitos (governadores) de cidades do interior de quatro Estados nordestinos a apoiar um movimento criado por sindicatos de agricultores, que ocupou as instalações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, Pernambuco.

Actuando em representação de 72 municípios com cerca de 350 mil famílias flageladas, os agricultores mantiveram como reféns vários directores daquele organismo e cinco deputados estaduais, tendo evacuado o edifício 10 horas depois, quando obtiveram a garantia de que um grupo de representantes seria recebido pelo presidente da República, Itamar Franco, em Brasília.

Os manifestantes acamparam em frente ao prédio da SUDENE, onde pretendem manter-se até concessão pelo governo de recursos para a implementação imediata de programas de emergência para as vítimas da seca.

As acções concretas de combate a seca e consequente erosão dos solos - segundo os especialistas, consequência de quase cinco séculos de queima e corte intensivo das florestas e exploração da monocultura da cana-de-açúcar - têm

vinho sempre a cair no sacro roto das promessas eleitorais.

O já penoso quadro das condições de vida da população nordestina tende a agravar-se mais ainda, na medida em que a escassez de água, acrescida da falta de saneamento básico, poderá provocar uma explosão de cólera na região. Desde o reaparecimento desta doença no Brasil, há dois anos, já se registaram 40 mil casos.

Em Fortaleza, onde 80 por cento da população vive sem saneamento básico, foram notificados 1 726 casos de cólera nos últimos 48 dias, o que aponta para uma incidência superior a 250 casos por cada grupo de 100 mil habitantes, o índice previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a definição de um quadro epidémico.

A falta de saneamento básico é um dos principais factores de alastramento do vibrião da cólera.

Relatório da CNUCED alerta para empobrecimento crescente

O empobrecimento crescente dos países menos desenvolvidos pode ter graves reflexos também no plano político e levar à suspensão ou mesmo inversão dos processos de reformas políticas em curso.

O alerta foi lançado este mês pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), no seu Relatório de balanço de 1992.

Os países menos avançados (PMA), 47 dos 180 membros da ONU, representam cerca de um décimo da população mundial e vivem desde 1990 uma grave quebra dos rendimentos *per capita*.

A situação deverá manter-se grave. Segundo a CNUCED "há poucas esperanças de que 1992 seja melhor e as perspectivas para 1993 também não são prometedoras".

O produto interno bruto (PIB) destes países está a baixar desde 1989 e tudo leva a crer que assim se manterá, quanto mais não seja porque o crescimento demográfico ultrapassa as margens de desenvolvimento entretanto eventualmente obtidas.

Os PMA têm um défice global de dez mil milhões de dólares nas suas balanças de contas correntes. As necessidades previsíveis de enormes importações de alimentos, por exemplo, criam-lhes uma situação dramática. Segundo a CNUCED, terão "hipotecado investimentos e o crescimento do futuro".

A guerra, a estagnação económica, as catástrofes naturais e suas consequências no volume de refugiados nos países mais pobres, são ainda agravados pela recessão mundial.

Segundo a CNUCED, os PMA sofrem ainda mais pelo abaixamento das remessas de divisas dos seus emigrantes, "por causa da rarefacção das possibilidades de emprego" dos migrantes no resto do mundo, também em crise.

A dívida externa dos PMA estabilizou em 1991 nos 113 000 milhões de dólares, na esmagadora maioria a longo prazo. Por outro lado, as suas poupanças internas diminuíram sensivelmente, em parte por causa da incidência dos impostos sobre as exportações, que foram afectadas também pela liberalização das taxas aduaneiras.

A CNUCED considera que os PMA não poderão dinamizar o seu comércio sem ajuda internacional e precisam de medidas favoráveis no âmbito da ronda do Uruguai, nomeadamente a flexibilização das suas obrigações quanto a investimentos e direitos de propriedade intelectual,

para "permitir a criação e o desenvolvimento da sua base industrial e tecnológica".

O pagamento do serviço da dívida representou 22 por cento das receitas de exportação dos PMA em 1991 e muitos deles não puderam satisfazê-lo.

Este ano, a situação tenderá a agravar-se e o serviço da dívida deverá subir para 25 por cento das exportações, excluindo aqui os reembolsos devidos ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A CNUCED mantém-se a favor da anulação das dívidas bilaterais no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento, mas crê que serão necessárias "medidas mais vigorosas" para resolver o problema, incluindo a completa anulação da dívida bilateral pública de muitos dos países mais pobres.

Dezoito dos 47 países considerados foram ainda afectados pelo congelamento ou baixa de preços das matérias-primas que exportam, muitas das quais valem hoje menos do que em 1980 em custo real.

Por outro lado, a política de aumento de exportações para compensar as baixas de preços levaram nalguns casos a uma maior desvalorização das suas cotações no mercado.

O panorama da pobreza foi agravado, nos últimos dois anos, com a redução da ajuda internacional, que se manteve centralizada na Comissão de ajuda ao desenvolvimento (CAD) da Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE), refere o Relatório anual da CNUCED.

Empobrecidos nas várias vertentes consideradas nos índices de desenvolvimento, os PMA deverão ainda ver duplicada a sua população nos próximos 25 anos. As projecções apontam para que em 2025 a sua população seja de 1200 milhões de pessoas, um sétimo da população mundial.

Dos 47 países incluídos na listagem dos menos avançados (PMA), 32 são africanos, 14 asiáticos ou do Pacífico e um das Caraíbas.

O rendimento *per capita* é de cerca de 300 dólares e a taxa de analfabetismo de 59 por cento dos adultos.

Em média, têm cerca de 25 anos de atraso em relação aos países em desenvolvimento. À excepção de Angola, todos os países africanos de língua portuguesa estão incluídos no grupo.

O empobrecimento crescente dos países menos desenvolvidos pode ter graves reflexos também no plano político.

INTERNACIONAL



O desemprego é um dos grandes problemas sociais

França Eleições dão vitória à direita

Os resultados da primeira volta das eleições legislativas em França reflectem - confirmando anteriores previsões - a clara rejeição popular da política que tem vindo a ser seguida pelos socialistas franceses. Uma política marcada por reconhecidas opções de direita, nomeadamente no plano socioeconómico.

Os números falam por si. Com menos de 19 por cento dos votos (17,7 para o PS e 0,47 para os radicais de esquerda) e nenhum deputado eleito na primeira volta, o governo socialista sai inequivocamente derrotado.

Nestas eleições, o PS perdeu (junto com os radicais de esquerda), relativamente às eleições de 1988, cerca de 4 milhões de votos, o que corresponde a cerca de metade do seu eleitorado. Perdeu igualmente em todos os seus tradicionais bastiões - da zona industrial e operária de Lille-Pas-de-Callais, a Marselha, cintura de Paris ou região de Toulouse.

O PS corre mesmo o risco de não ultrapassar os 64 deputados, embora se admita ainda a possibilidade de obter 75 a 80 lugares na Assembleia Nacional.

A vitória da direita é relativa - 39,47 por cento dos votos. O que significa que, não só não conseguiu ultrapassar a barreira dos 40 por cento, como ainda conquistou menos votos do que em 1981, ano da derrota histórica dos conservadores.

Entretanto, e por força da lógica - antidemocrática - do escrutínio maioritário a duas voltas, pode vir a contar com 75 a 80 por cento dos lugares

no Parlamento. Ou seja 440 a 460 dos deputados num total de 577.

De referir os resultados obtidos pelo Partido Comunista Francês - 9,18 por cento - o que corresponde a uma ligeira subida. Os comunistas franceses, que têm hipótese de formar um grupo parlamentar com 20 a 25 deputados, lançaram entretanto um apelo ao seu eleitorado para votar, na segunda volta, em qualquer candidato em posição de barrar o caminho à direita.

Os dois grupos ecologistas (Geração Ecológica e Verdes) sofreram uma relativa derrota (7,6 por cento dos votos e nenhum deputado na Assembleia), a que não terá sido alheia a sua colagem a posições do PS.

A extrema-direita - Frente Nacional de Le Pen - regista o preocupante resultado de 12,41 por cento dos votos.

Ainda em termos numéricos, é de assinalar a elevada percentagem de abstenção - 31,07 por cento do eleitorado. O que por si só reflecte um grande desencanto quanto às possibilidades reais de intervenção política através do voto.

Estas eleições realizaram-se num período de clara degradação da situação socioeconómica, com particulares reflexos ao nível do emprego. Segundo números divulgados pelo Instituto de Estatística (INSEE), em Fevereiro passado, a economia francesa perdeu, no ano de 1992, 132 900 postos de trabalho assalariados (-0,9%) nos sectores de actividade produtiva não agrícola.

Tudo indica que, com a direita no poder, a tendência será de agravar ainda a factura paga pelos trabalhadores. O programa da direita conservadora RPR-UDF inclui uma transferência das quotizações pagas pelo patronato à assistência social para o orçamento de Estado. Na campanha eleitoral, os dirigentes da direita deixaram claro que, na sua óptica, a luta contra o desemprego passa pelo desagravamento das cargas sociais das empresas. Medida uma vez mais apresentada como a "solução para reatar o ciclo do crescimento, relançar o investimento, favorecer o espírito de iniciativa". O tipo de promessas eleitorais que, em geral, são para cumprir.

Alemanha

Discriminação social

"Um turco que vive há 30 anos na Alemanha não poderá votar em eleições autárquicas, enquanto o seu vizinho espanhol ou português tem esse direito" - foi um alerta surgido numa Conferência neste dias realizada em Weimar, centrada sobre a questão dos imigrantes.

Os turcos representam mais de 30 por cento do total de estrangeiros na Alemanha e contribuíram em muito para os progressos registados na economia alemã nas últimas décadas.

Uma outra situação particularmente chocante, e também referida na Conferência de Weimar, é a dos angolanos e moçambicanos que emigraram para a ex-RDA, ao abrigo de acordos bilaterais, e que agora correm o risco de expulsão.

Um quadro em geral agravado com a aprovação de novas leis restritivas - e ambíguas - relativamente aos estrangeiros que pedem asilo. Asilo que o governo alemão pretende só conceder a quem tenha sido perseguido em Estados antidemocráticos... a definir.

O dia internacional contra a discriminação racial, celebrado no passado domingo, fez este ano recordar a escalada de violência racista na Alemanha.

A Alemanha é um dos países da Europa onde a discriminação racial atingiu até agora maiores proporções. Em 1992, o Ministério federal do Interior registou 2285 actos de violência xenófoba, mais 54% do que em 1991.

Rússia Novo e grave golpe de Ieltsine

No passado sábado, dia 20, Ieltsine, Presidente da Rússia, vai à TV e proclama: "Assinei um decreto que instaura uma administração especial até à resolução da crise do Poder. (...) Um voto de confiança está agendado para o próximo dia 25 de Abril." Assim, fazendo tábua rasa da Constituição, Ieltsine desobedece ao que ainda uma semana antes fora decidido pelo Congresso dos Deputados da Rússia. Este negou conceder os poderes extraordinários reclamados por Ieltsine, reforçou os poderes próprios do Governo, recusou (após consulta aos dirigentes das Repúblicas que integram a Federação Russa) o "referendo" ou "sondagem" pedido por Ieltsine (por 643 votos contra 141) e, na sua resolução final (aprovada por 574 deputados contra 104), acusou o Presidente de aventureirismo: "O Congresso não ignora a opinião do povo. O Congresso tenta protegê-lo do aventureirismo político, do caos, da tragédia e da desintegração".

Ao tomar agora estas medidas de claro confronto com o Parlamento e de cariz ditatorial pessoal, "Ieltsine passa o Rubicão", titula o Público, "Ieltsine dá golpe", titula o Diário de Notícias (21-3-93). Em Moscovo, o vice-Presidente da Rússia, Rutskoï, o presidente do Tribunal Constitucional, Valeri Zorkin, e o procurador geral da República, Valeri Stepankov, qualificam em conjunto de "anticonstitucional" a iniciativa presidencial. Zorkin fala mesmo em "golpe de Estado" e Stepankov de "usurpação de poderes". O Soviete Supremo (parlamento permanente) reúne de emergência e reclama do Tribunal Constitucional a apreciação do decreto de Ieltsine. O Tribunal Constitucional aprecia-o e declara-o ferido de numerosas "violações da Constituição".

Note-se que Ieltsine não informou antes nem sequer as principais figuras do Estado - apesar de a imprensa dar conta de Ieltsine na véspera ter informado os embaixadores do G-7 e, possivelmente, sobre o assunto se ter aconselhado com Kohl e Mitterrand de visita a Moscovo por esses dias. O Primei-

ro-ministro e o vice-primeiro-ministro do Governo já declararam não terem sido consultados, e o ministro da Justiça já se demitiu em protesto contra este acto de Ieltsine. Com que forças contará então Ieltsine? Ao que parece, com a obediência das hierarquias das Forças Militares por si nomeadas (decretou aos Ministros do Interior, da Segurança e da Defesa que façam cumprir as suas ordens), com uma guarda pretoriana pessoal (decretou a passagem imediata ao seu comando directo do regimento de elite do Kremlin), com o domínio pessoal sobre a comunicação social (decretou o seu controlo directo sobre a TV, a rádio e jornais), com a obediência dos governadores e prefeitos por si nomeados pelo país (e já em aberto confronto com os respectivos Sovietes locais). Sobretudo pôde contar com o imediato apoio do estrangeiro: todos os seus grandes mentores imperialistas logo o incentivaram e prometem rápido apoio financeiro. Conterá também talvez com a fluidez das forças políticas russas actuais e eventuais compromissos com o chamado "pântano" parlamentar.

Esta nova crise de poder na Rússia desenrola-se perante o estrondoso fracasso das "reformas radicais" que há mais de um ano têm afundado a actividade produtiva, degradando intoleravelmente a situação social das mais largas massas, desencadeando um frenético processo de pilhagem, corrupção, saque e enriquecimento de uma nova classe capitalista, com a multiplicação da criminalidade organizada e descarada, uma situação que a revista norte-americana "Newsweek" justamente caracteriza como a de Chicago dos anos 30.

O Parlamento da "Casa Branca" de Moscovo, que há ano e meio, com Ieltsine, era o expoente dos "democratas" contra os "golpistas" de Agosto - é agora acusado de "comunista", "conservador", "força de bloqueio", etc. - a encarnação do mal perante o intrépido anjo do bem que seria Ieltsine... A memória é curta e a ingratidão é muita!

Esta onda de violência causou a morte de 17 pessoas, entre as quais sete de nacionalidade estrangeira. Em 1991, as agressões protagonizadas por militantes da extrema-direita tinham causado três vítimas mortais.

Cerca de 90 por cento dos ataques racistas praticados em 1992 foram dirigidos a estrangeiros requerentes de asilo político na Alemanha, e contra os respectivos centros de acolhimento.

O assalto de centenas de racistas ao centro de acolhimento de refugiados de Rostock-Lichtenhagen, em Agosto, e o fogo posto num prédio de habitação de Moelln, em Novembro, na sequência do qual morreram duas crianças e uma mulher turcas, foram dois dos casos mais chocantes.

Factos já confirmados demonstram - e os acontecimentos de Rostock são disso um exemplo - não apenas a passividade, mas mesmo a activa colaboração da polícia com os agressores.

Em Rostock, a polícia ter-se-ia retirado, por algumas horas, após pactuar com dirigentes dos agressores, que utilizaram as "tréguas" acordadas para deitar fogo ao edifício do centro de acolhimento, encurralando centenas de vietnamitas. Uma clara participação das forças repressivas num acto brutal e criminoso.



Skin britânico numa reunião neonazi europeia

PARTIDOS	VOTOS	%	DEP.	ELEI.
PCF	2 336 254	9,18	26	0
PSF	4 476 716	17,59	252	0
Ger Ecologia	921 925	3,62	0	0
Verdes	1 022 749	4,01	0	0
RPR	5 188 196	30,39	126	42
UDF	4 855 274	19,08	131	36
Diversos direita	1 199 887	4,71	11	2
Frente Nacional	3 159 477	12,41	1	0

Os votos que faltam para chegar a 100 por cento representam os votos obtidos com os candidatos marginais

CDU apresenta candidaturas

No distrito de Setúbal

Mãos à obra para novo mandato ao serviço das populações

Consolidar e reforçar as posições autárquicas da CDU no distrito de Setúbal foi o objectivo do Encontro Distrital daquela Coligação, realizado no passado domingo no Montijo. Uma iniciativa que juntou nas instalações dos Bombeiros Voluntários cerca de quatrocentos activistas da CDU, para o pontapé de saída na preparação das eleições autárquicas.

A presidir aos trabalhos esteve a camarada Jacinta Ricardo, actual presidente da Câmara do Montijo, cuja candidatura a novo mandato, anunciada durante o encontro, foi entusiasticamente saudada pela assistência. Numa breve intervenção, Jacinta Ricardo disse considerar a sua candidatura como consequência do trabalho iniciado no actual mandato e afirmou-se disposta a lutar pela maioria absoluta nas próximas eleições.

Nos trabalhos participaram ainda Joana Azevedo, da JCP; Guiomar, independente, de Alcácer do Sal; Hélio Bexiga, da ID; Carlos Humberto, da DORS do PCP; Fernando Pezinho, dos Verdes, de Palmela; José Luís, presidente da Assembleia Municipal da Moita; Balona, vereador da C.M. Alcácer; Helder Madeira, presidente da Área Metropolitana de Lisboa e do CC do PCP; Manuel Sobral, da Comissão Política do PCP, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Nesta fase preparatória das eleições autárquicas, em que a preparação de listas e programas assume natural importância, nunca é de mais sublinhar a necessária prestação de contas do trabalho efectuado, característica de há muito património dos eleitos comunistas e seus aliados.

Isso mesmo foi lembrado no Montijo, salientando-se o facto de a CDU ser a força maioritária no distrito: detém presidências em 12 das 13 Câmaras, 11 das 13 Assembleias Municipais e 63 das 79 Freguesias. Uma posição, como viria a ser destacado na Resolução final, que deriva "fundamentalmente da confiança e do reconhecimento conquistados pelo importante trabalho realizado ao serviço das populações".

Prosseguir e aprofundar esse trabalho, no respeito pelos interesses e vontade das populações, é o desafio que se coloca aos candidatos da CDU, como começou por referir Manuel Sobral, na intervenção de abertura. Para aquele dirigente do PCP, tal implica prosseguir a luta contra a "política centralista e hostil do Governo face ao Poder Local", a luta contra uma política que "atenta contra a sua autonomia, que corta recursos financeiros às autarquias, que tenta submergir os municípios com novos encargos enquanto sonega recursos, que elogia o papel das freguesias enquanto persiste na tentativa de reduzi-las a funções meramente burocráticas". É e ainda a luta contra o PS, que "em questões essenciais de política nacional" não diverge do PSD, antes pauta a sua acção, como sucede no município de Setúbal onde tem a maioria, "pelo sectarismo (de que é exemplo a recusa de atribuição de pelouros aos vereadores da CDU), pela falta de planeamento e pelo progressivo endividamento da autarquia, trilhando com irresponsabilidade

Medidas

- Dinamização da CDU e das suas estruturas locais
- Prestação de contas à população sobre o cumprimento dos Programas Eleitorais de 1989
- Ampla recolha de propostas, opiniões e sugestões para os novos Programas
- Formação de listas tendo em conta uma política aberta e unitária, conjugando a experiência dos eleitos com a indispensável renovação dos órgãos autárquicos
- Alargar a participação de jovens e mulheres nas listas CDU
- Reforçar a capacidade de intervenção da CDU nas Assembleias Municipais e de Freguesia
- Defender uma política de unidade dos eleitos e unidade das populações na resolução de problemas concretos
- Política de informação e contacto estreito com as populações
- Defender a cooperação com todas as forças políticas e sociais na defesa dos interesses populares
- Defender uma política de isenção partidária, entendida como defesa das classes e camadas mais desfavorecidas e das opções que mais beneficiam o interesse colectivo
- Inteira dedicação dos eleitos ao trabalho autárquico, com recusa de obtenção de privilégios ou benefícios pessoais pelo cargo que exercem
- Política justa nas relações e diálogo entre eleitos e trabalhadores das autarquias, na observação correcta dos seus deveres e direitos e considerando que será tanto mais eficiente a gestão autárquica quanto maior a colaboração consciente e empenhada dos seus trabalhadores.

o perigoso caminho que levou a presidência socialista do anterior mandato no Montijo a deixar à CDU a herança de uma Câmara atolada em mais de um milhão de contos de dívidas".

Mais unidade, mais trabalho

Pelo contrário, o orgulho da obra realizada pela CDU, como seria repetidamente lembrado pelas várias intervenções, não deve fazer esquecer que muito há ainda por fazer e que, como diria Carlos Humberto, da DORS, o trabalho futuro exige mais unidade, mais trabalho, maior dedicação, mais diálogo e mais cooperação política.

Conceição Moraes, de Sesimbra, pôs a tónica na importância da informação e propaganda, lembrando que as "bandeiras só são vistas quando hasteadas", o que implica saber valorizar e divulgar publicamente o trabalho realizado, bem como estar permanentemente disponível para ouvir sugestões e críticas da população.

Não menos importante é saber manter os pés bem assentes na terra, como lembrou Joaquim Gamito de Alvalade do

Sado, onde apesar da maioria absoluta detida pelos comunistas e seus aliados desde 1975 nem tudo está bem e muito continua por fazer. É que, como disse, as dificuldades criadas pelo

Governo, e em especial com a não aplicação da Lei das Finanças Locais, não devem ser esquecidas, sobretudo quando se trata de apresentar programas de actividade ao eleitorado. Realismo nas propostas a apresentar, para ter a garantia de que podem ser cumpridas, foi o recado que deixou.

Exemplo dessas dificuldades deu-o Carlos Sousa, de Palmela, ao lembrar as recentes jornadas CDU para o desenvolvimento económico do concelho. A análise da situação criada pela instalação da nova fábrica da Ford/Volkswagen, que o Governo isentou de sisa até ao ano 2001, bem como a construção da nova ponte sobre o Tejo, que levou já o executivo a reatuar a competência às autarquias envolvidas no projecto no respeitante à utilização de terrenos, ilustram o acréscimo de res-

EM FOCO

CDU
um bom trabalho
melhores
soluções



À esquerda, encontro no Montijo

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

(...)

Confrontado com os factos e não podendo negar a crise e as graves situações sociais que atingem a sociedade portuguesa o Primeiro-Ministro procura agora intervir em dois sentidos.

Por um lado anuncia realizações, faz novas promessas e acena com miríficos milhões, tentando amortecer o crescente descontentamento popular; por outro, invoca a difícil conjuntura económica internacional e os dramas sociais que se verificam nos outros países da CEE.

Estas linhas de mistificação justificam algumas observações:

A primeira é que este Governo tem conduzido uma política de concentração de riqueza e de penalização da actividade produtiva e que não é com medidas pontuais e avulsas, muitas das quais para consumo da imprensa, para efeitos mediáticos e de propaganda que se inverte esta situação.

A segunda é, para mais uma vez salientar que este Primeiro-Ministro, que agora atribui exclusivamente a crise da economia portuguesa à difícil conjuntura externa, é o mesmo Primeiro-Ministro que passou anos e anos de uma conjuntura externa extremamente favorável a negar sistematicamente que fosse ela, que, em parte essencial, explicava os alegados êxitos da política do Governo.

A terceira, é para lembrar e nomeadamente em vésperas das eleições francesas, que muitos dos aspectos da situação económica e social mais gravosos que actualmente se verificam nos países da CEE são consequência directa das comuns opções, critérios e objectivos de classe e da política de direita seguida nesses países, tanto por governos de partidos de direita, como por partidos socialistas ou social-democratas. Com a capa de direita ou com a capa socialista ou social-democrata, as políticas levadas à prática nestes países têm sido no essencial políticas neoliberais, políticas ao serviço do grande capital com todo o cortejo de chagas sociais e com todos os fenómenos de corrupção alimentados por tais políticas.

A quarta, é para sublinhar que, sem escamotear os efeitos que a evolução negativa da economia internacional tem sobre a economia portuguesa, cada vez mais dependente e afunilada, as causas essenciais e determinantes da crise que hoje se vive em Portugal são de clara responsabilidade da política do governo do PSD e de Cavaco Silva.

As políticas de direita, quer sejam levadas à prática por governos de direita, quer sejam por governos socialistas ou sociais-democratas têm mostrado a sua falência e o agravamento da situação social em todas as esferas da sociedade.

É importante recordar, por exemplo, que há cinco anos a Comissão Europeia anunciou que com o Mercado Único de 1993 teríamos o aumento de postos de trabalho, e a racionalização na afectação de recursos. Em Março de 1988, a Comissão da CEE fez uma grande campanha de publicidade sobre os custos da "não-Europa", sobre o crescimento e os ganhos financeiros - 200 milhões de Ecu - isto é, quase o P.I.B. espanhol. Hoje, com as práticas políticas da direita vemos os resultados. Marasmo económico, desemprego massivo, milhões de pobres oficialmente contabilizados na Comunidade. O Mercado Único aí está. Que o digam os nossos agricultores e trabalhadores, que o digam os pequenos e médios empresários. (...)

Que ética face à governamentalização do Estado?

O Primeiro-Ministro, não podendo ignorar a sucessão de escândalos de corrupção, compareceu esta semana na Assembleia da República para declarar designadamente num tom exaltado e fingidamente indignado, que "Portugal não é um país de corruptos" e para acusar os que denunciam as fraudes e a corrupção em torno dos Fundos Comunitários de estarem a prejudicar a imagem externa do País e os interesses nacionais, o que é um argumento intolerável pois apresenta a crítica e a denúncia a aspectos da vida nacional como se fossem uma espécie de "traição à Pátria".

A este respeito, é preciso dizer que o Primeiro-Ministro esgrime contra fantasmas e insiste no seu permanente vício de torcer as questões e de falsificar e deturpar as afirmações dos que se lhe opõem.

Porque, evidentemente, que Portugal não é um país de corruptos, nem conhecemos ninguém que o tenha dito.

Pelo contrário, sabemos certamente melhor que o Primeiro-Ministro que a imensa maioria dos portugueses vive do seu trabalho, árduo e sacrificado, ou de rendimentos legitimamente adquiridos, que a imensa maioria dos portugueses não só luta honestamente pela vida como é o principal artífice da criação de riqueza nacional.

O que temos dito, e plenamente mantemos, é que exactamente por ser essa a situação e atitude da imensa maioria da população, mais escandaloso e ofensivo se torna ainda, que, estimuladas e abençoadas pela política governamental, as clientelas do PSD façam "mão baixa" sobre os dinheiros e o património do Estado. E não venha o Primeiro-Ministro exhibir a sua indignação e alijar as suas responsabilidades como se nada tivesse a ver com a política do Governo e com a postura do PSD.

A história está cheia de casos de destacados governantes que não meteram indevidamente no seu bolso um tostão e nem por isso deixaram de poder ser justamente responsabilizados pelo avanço impetuoso de fenómenos de corrupção

por força das orientações políticas, económicas e sociais que definiram, pelos elevados valores que propagandearam, pelas protecções que concederam, pelas complicitades que asseguraram.

Portugal não está condenado à "vil tristeza" de ter uma imagem de país em que a corrupção gangrenou as instituições.

Mas quando um Primeiro-Ministro e um Governo se fingem muito indignados com a história de uma virgula que teria rendido 120 mil contos a um Ministro, e logo prontamente o PSD chumba o inquérito parla-

mentar, reclamado pelo PCP aos numerosos factos escandalosos e do domínio público, designadamente sobre as subavaliações do património das Empresas Públicas privatizadas, então é o próprio Governo que está em causa no alastramento do clima de corrupção.

Quando um Governo foge ao controlo democrático e à fiscalização através da sua maioria na Assembleia da República e ataca e pressiona o Tribunal Constitucional, o Procurador Geral da República e o Tribunal de Contas, sempre que estes no uso legítimo das suas funções criticam os actos do Executivo, então é o próprio Governo que está a fomentar a opacidade da Administração Pública.

Quando um Governo promove as actividades especulativas e parasitárias e penaliza as actividades produtivas, quando nomeia comissários políticos para as Empresas Públicas, hospitais, lugares-chave do Sector Público e quando se desresponsabiliza das suas funções sociais e introduz o negocismo na saúde, no ensino e na habitação social, o que é que há a esperar?

Quando um Partido Político, conhecido pelo partido dos "Bardões", no essencial não é mais do que uma soma de ambições individuais, de interesses privados e um conglomerado de clientelas, torna-se, ele próprio, num elemento que não favorece nem promove a transparência dos actos públicos.

São muitos os factos que mostram que o Estado laranja é, cada vez mais, um Estado em vias de privatização, um Estado que cessou de ser transparente, que cessou de ser público. E deixando de o ser ele é também um instrumento do sistema de corrupção, pois recolhe a riqueza da nação para a distribuir, com diminuto controlo, a grupos privilegiados.

Por isso, se julgarmos este decénio de governos do PSD do ponto de vista do negocismo, da criação de rápidas e grandes fortunas, do interesse do grande capital, dos grandes senhores do 24 de Abril, dos banqueiros, aí encontraremos de certeza a tal "democracia do sucesso".

(...)

À direita, sessão na Amadora, onde Carlos Carvalhas também discursou

AUTARQUIAS 93

Amadora

Uma cidade para viver

Nós queremos uma cidade humanizada, propiciadora de felicidade e afectividade, geradora de energias positivas, e não apenas um amontoado de cimento armado, não apenas um conjunto de casas para dormir. As palavras são do camarada Orlando de Almeida, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, na sessão pública da CDU realizada na passada sexta-feira naquela cidade, onde foi anunciada a sua recandidatura ao município a que preside desde 1980, data da sua constituição.

A iniciativa da CDU, em que participaram cerca de 200 pessoas, contou com a presença de diversos independentes e activistas da Coligação, apostados uma vez mais em conjugar esforços para a batalha eleitoral que se avizinha.

A mesa que presidiu a sessão contou com as presenças de Júlio Filipe, do CC do PCP; João Nascimento, da DORL do PCP; Orlando de Almeida, da DORL e presidente da CMA; José Casanova, da Comissão Política do PCP; Isabel Guimarães, da Comissão Concelhia da Amadora; Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP; Gilberto Ramos, da direcção da Intervenção Democrática; Heloísa Apolónia, do Conselho Nacional dos "Verdes"; Vasco Marques, independente, presidente da Assembleia Municipal da Amadora; e António Nunes, independente, presidente da Junta de Freguesia da Venteira. Uma composição reveladora do carácter unitário da CDU e um indicador do empenhamento em prosseguir o seu reforço para uma cada vez mais participada gestão autárquica ao serviço da população.

Iniciados os trabalhos com uma breve intervenção de João Nascimento, seguiu-se o anúncio, por José Casanova, da recandidatura de Orlando de Almeida. Uma escolha natural e esperada, reconhecido que é o seu trabalho de treze anos à frente dos destinos de uma dos mais importantes municípios do país.

Uma escolha reiterada pela população, como diria Orlando de Almeida, que confia na CDU pelas provas dadas, pelo "trabalho profundo, integrado e continuado, no sentido de transformar a Amadora numa cidade onde dê cada vez mais gosto viver e trabalhar".

Que não é tarefa fácil ninguém duvida. Os planos da Câmara para acabar com um dos mais graves problemas sociais - as barracas -, não têm tido da parte do Governo o necessário apoio. Recordou-o o Presidente, citando como exemplo os projectos suspensos há cinco anos, como é o caso da Falagueira. O que nunca foi motivo para baixar os braços, como o Plano Directo Municipal, em fase de aprovação, testemunha. Nele se traçam as orientações para o futuro, que permitam a construção de "uma cidade com qualidade urbanística onde o crescimento não signifique desordenamento".

Os resultados da gestão começam a dar frutos: "zonas novas já com assinalável qualidade, equipamentos e serviços públicos indispensáveis à cidade, como a nova estação, o hospital, o tribunal, a escola superior de teatro e cinema...".

Outros problemas continuam por resolver, mas a CDU continua a desenvolver todos os esforços para lhe fazer frente, com as armas que a população bem conhece: a honestidade, a competência, o trabalho.

Para que a Amadora seja cada vez mais "uma cidade humanizada" onde apeteça viver.

A sessão terminou com um convívio, após uma intervenção de Carlos Carvalhas.



Palmela

Com a presença de mais de 150 pessoas, realizou-se na passada semana, no restaurante «Retiro Azul», em Palmela, a apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Assembleia e Câmara Municipais de Palmela, respectivamente Vítor Borrego e Carlos de Sousa, membros do PCP. A iniciativa contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP. Entre a assistência encontravam-se todos os eleitos da CDU na Câmara Municipal, todos os presidentes das Juntas de Freguesia e muitos eleitos na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, bem como diversos agentes económicos, culturais, sociais, desportivos e recreativos do Concelho. Usaram da palavra, além dos dois candidatos, o dirigente, do PCP, Luís Sá e Carlos Pésinho, actual presidente da Câmara e membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP, que, nesta última qualidade, apresentou os candidatos e dirigiu a sessão.

Amadora

Orlando Gaspar Guerreiro de Almeida, presidente da Câmara Municipal da Amadora desde 1980, data da constituição do município, é de novo candidato da CDU à presidência da CMA nas próximas eleições autárquicas.

Membro da Comissão Concelhia da Amadora e da DORL - Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP - partido onde milita desde 1975, Orlando de Almeida foi fundador da Associação de Municípios para o Estudo e Tratamento de Resíduos Sólidos, exerceu a função de presidente da Associação durante dois mandatos (1988 e 1989). Em 1990 foi eleito presidente da AMASCULTURA (Associação de Municípios para a Área Sociocultural); presidente da Associação de Municípios para o Saneamento da Costa do Estoril e actualmente presidente do Conselho da Região de Lisboa e Vale do Tejo, membro do Conselho Económico e Social e da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa (AML), entre outras atribuições e competências.

Abrantes

Luís Carlos Martins Peixoto, médico, actualmente deputado do PCP na Assembleia da República, membro da DORSA e da Comissão Concelhia do PCP de Abrantes, encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal desta cidade nas próximas eleições autárquicas.

Na conferência de imprensa onde foi apresentada a candidatura, a CDU sublinhou: «Como linhas prioritárias do nosso Programa iremos contemplar o ambiente, o desenvolvimento industrial e turístico, a cultura e o desporto, sem deixar de dar um relevo muito especial à gestão dos recursos humanos e técnicos dos serviços camarários e ao reforço do apoio que é necessário dar às Freguesias.»

Barrancos

Realizou-se em Barrancos, no passado dia 20, a apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal, nas próximas eleições autárquicas neste concelho.

A apresentação teve lugar durante o almoço-convívio, ao ar livre, junto à fronteira, com a participação de simpatizantes e activistas da CDU que vão participar na equipa de trabalho eleitoral.

António Tereno, actual vereador do executivo camarário, recebeu o testemunho de António Guerra, actual presidente da Câmara Municipal de Barrancos, de maioria CDU.

O candidato figura na lista como independente, é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, tem 44 anos, foi dirigente em Lisboa durante vários anos do «Núcleo de Amigos do Concelho de Barrancos» e é membro do Conselho Geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto. Exerce actualmente o lugar de vereador, responsável pelos pelouros ligados à Cultura, Desporto, Educação e Ensino, Infância, ligação Escolas-Comunidade, Arquivos e Espaços Verdes.

Ferreira do Alentejo

Realizou-se em Ferreira do Alentejo, no passado dia 20, em sessão pública da CDU, a apresentação do cabeça de lista desta força política, à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia de Canhestros, Figueira de Cavaleiros e Odivelas nas próximas eleições autárquicas neste concelho. A iniciativa contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pelo trabalho autárquico, e José João Guerreiro, actual presidente de Câmara.

Para encabeçar a lista à Câmara Municipal foi apresentado o nome de Maria de Lourdes Dias Fernandes Espanhol, deputada do PCP na V e VI Legislativas e actualmente vereadora no município de Ferreira do Alentejo. António José Pinelas Silvestre, do PCP, é o candidato à Junta de Freguesia de Odivelas, Joaquim Hilário Martins, independente, encabeça a lista para a Junta de Freguesia de Canhestros, e Manuel Francisco Pereira Pombinho, do PCP, é o candidato para Junta de Freguesia de Cavaleiros.

Habitação, barracas e espectáculo político

Acochado pelo descontentamento popular, o Governo do PSD tenta, de vez em quando, tirar coelhos da cartola. Tanto assim é que não anuncia as medidas que julga importantes para alterar a sua imagem degradada à porta das reuniões do Conselho de Ministros ou na Assembleia da República. Prefere sistematicamente o *show* mediático, esperando que as perguntas não sejam muitas e que a necessidade de clarificar o que pretende seja pequena ou nula. A participação e reunião prévia com os interessados é questão que não lhe passa pela cabeça. Depois, aos poucos, vão sendo conhecidos diplomas legais, verbas disponíveis (ou não), incoerências e prepotências. O que o PSD pretende que fique no espírito para grande parte dos cidadãos, é que o Governo se preocupa com problemas sociais e económicos e até que os resolveu ou vai muito em breve resolver. Se tudo ficar na mesma, se forem muitos os problemas que ficam por solucionar, parece que isso é secundário...

O caso do recente anúncio do «Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto», e do «Programa de Construção de Habitações Económicas», apresentados como destinados a acabar «definitivamente» com as «barracas» na Grande Lisboa e no Grande Porto constitui um dos exemplos mais recentes desta orientação. Durante anos o PSD nada fez em matéria de habitação social. Só aparentemente se verifica agora uma rectificação com o mínimo de consistência desta orientação demissionista.

Os compromissos eleitorais do PSD, designadamente em matéria de «barracas», não são de hoje. As promessas nessa matéria sucederam-se. O último Programa Eleitoral de Governo que o PSD apresentou, por exemplo, prometeu «a eliminação dos bairros de barracas, promovendo o realojamento das famílias carenciadas» (*Povo Livre*, 11-9-91). No debate da Lei do Orçamento de Estado de 1992 e 1993, porém, o Governo tentou lavar as mãos e dizer que o problema da habitação deveria ser solucionado pelos mecanismos normais do mercado. Ao mesmo tempo que proclamava as responsabilidades dos municípios, o PSD esbulhava as autarquias de 53 milhões de contos em 1992 e de 64 milhões em 1993, além de milhões de contos de isenções fiscais de que, ilegalmente, não indemnizou as autarquias. Tal significa que, mesmo que a promoção directa de habitação coubesse legalmente às autarquias, o que não é verdade, não haveria base financeira que tornasse minimamente viável assumir um tal encargo sem a ruína dos municípios e o sacrifício de outras actividades, incluindo a captação de fundos comunitários.

Ao anunciar a disponibilização de uma verba da ordem dos 300 milhões de contos para realojar habitantes de barracas o Governo veio reconhecer aparentemente duas verdades: 1) que não era legítimo o Governo lavar as mãos do problema da habitação como vinha a fazer e que lhe cabiam responsabilidades essenciais; 2) que as autarquias não têm capacidade financeira para suportar os encargos que o Governo lhes pretendia ilegitimamente imputar.

Parece, assim, que o anúncio de medidas para a habitação corresponde a uma abdicação aparente da orientação ideológica neoliberal, cara ao PSD, e à assunção da ideia de que o Estado tem responsabilidades e pode e deve intervir na resolução de problemas sociais.

Mas nem por isso deixam de se verificar problemas sérios que põem em causa as aparências e mostram as contradições, limites, problemas e o significado real dos «Programas».

Vale a pena referir algumas das principais questões que se colocam:

1) O Programa das barracas pode surgir, para quem estiver desprevenido, como um programa de financiamento do Governo às autarquias; mas é, na realidade, um programa de financiamento dos municípios ao que deveria ser um encargo do Governo.

2) É certo que os municípios disporão de linhas de crédito para satisfazer a sua parte do financiamento do programa; mas também é verdade que os empréstimos terão que ser pagos, pelo que é inquestionável o prejuízo para outras acções e investimentos que as autarquias necessitam de fazer em benefício das populações.

3) Este facto é particularmente relevante, quando se sabe que, mesmo contando este tipo de empréstimos apenas 50% para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento, a maioria dos municípios já esgotaram ou estão próximos de esgotar essa capacidade de endividamento. Tiveram que o fazer não só para garantir realizações para as populações num quadro financeiro difícil, mas também

como única forma de poderem concorrer a financiamentos comunitários.

4) A verba de 300 milhões de contos anunciada pelo Governo não tem qualquer consistência. Não existem quaisquer prazos ou programação financeira, estando tudo dependente da data incerta dos «Acordos Gerais de Adesão» a estabelecer entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), Instituto Nacional de Habitação (INH) por um lado e os municípios por outro. De resto, o Governo não vai investir 300 milhões em habitação, ao contrário do que se poderia supor: 120 milhões serão um eventual investimento de empresas privadas no quadro do «Programa de Habitação Económica», 40 milhões serão o valor das casas do IGAPHE a transferir para as autarquias, se estas aceitarem. Mesmo em relação aos 140 milhões restantes, ninguém sabe se e quando o Governo tenciona investir tal verba e se ela inclui a parte que caberia às autarquias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

5) Essa verba arbitrária de 300 milhões de contos inclui, como se disse, a eventual transferência das casas que constituem parte do património do IGAPHE para as autarquias. Estas casas estão extremamente degradadas, pelo que falar num património de 40 milhões é omitir o fundamental: se os municípios aceitassem essa transferência para «enriquecer» o seu património, ficariam com encargos insuportáveis com a recuperação e conservação.

6) O recente Recenseamento da Habitação caracteriza-se pelo seu desajustamento e fracasso. Ora, a lei a aprovar estabelece, entre outras, a obrigação de os municípios apresentarem um «levantamento exaustivo e rigoroso» dos

núcleos de barracas existentes na respectiva área, com a respectiva caracterização, que deve incluir a sua localização, o número de construções existentes, os agregados familiares a realojar, sua identificação, composição e respectivos rendimentos anuais brutos. Daqui decorre que a preparação do Programa implica, ao impor este pormenorizado levantamento, um pesado encargo para as autarquias, praticamente de raiz, já que o Recenseamento da Habitação é inutilizável (por exemplo, só contém cerca de metade das barracas efectivamente existentes).

7) O Programa das Barracas caracteriza-se por uma grande e inadmissível

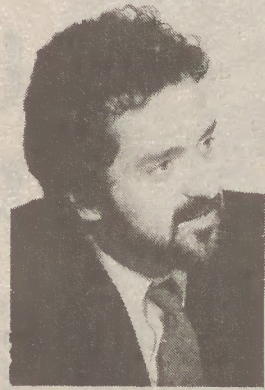
rigidez, não contemplando caminhos como a auto-construção apoiada, que já deram frutos em muitas autarquias, ou a aquisição de fogos a cooperativas de habitação económica.

8) Apesar de muitos habitantes das barracas serem estrangeiros, a legislação portuguesa continua a discriminar os imigrantes no acesso à habitação social. Ora, não é possível extinguir as barracas sem contemplar os imigrantes!

9) De resto, a «Lei de Estrangeiros» e o termo do prazo para a legalização da sua permanência em Portugal coloca o problema de os municípios poderem ser instrumentalizados para a sua perseguição. Com efeito, ao recensearem as barracas, as autarquias vão deparar com imigrantes em situação ilegal que teriam que denunciar. É de esperar que se recusem a prestar-se a um tal papel.

10) O património do IGAPHE em terrenos (ao contrário do que acontece com as casas degradadas) não foi disponibilizado para os municípios, ficando antes afecto a entidades privadas que nele construiriam «habitações a baixos custos». Mas a realidade pode demonstrar com grande probabilidade que os custos podem ser relativamente elevados e não serem acessíveis às camadas mais carenciadas.

11) É intolerável que se pretenda que as habitações a construir por empresas privadas em terrenos do IGAPHE (e que por vezes ocupam extensas áreas) estejam dispensadas de licenciamento municipal (havendo quando muito um mero parecer a emitir em prazo curtíssimo), criando condições para romper com Planos Directores Municipais



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

Cavaco Silva anunciou 300 milhões de contos para a habitação, mas já é certo que sacudiu responsabilidades e que o montante a investir ficará muito longe de tal montante. Por detrás da política transformada em espectáculo continuarão os problemas concretos das populações, sobretudo das mais carenciadas. Esquecidas, mesmo quando o discurso do PSD parece lembrá-las.

e, em geral, com o esforço de racionalização da ocupação do território e preservação do património e recursos naturais e atentando contra as competências e autonomia autárquica.

12) Os municípios que aderirem ao Programa obrigam-se, nos termos da lei, a aprovar a «fiscalização rigorosa da ocupação do solo na respectiva área, por forma a neutralizar de imediato a eventual tentativa de construção de qualquer nova barraca, garantindo a sua pronta demolição»; é fácil verificar o que significa esta obrigação no plano dos encargos para os municípios e no plano social. Não é a PSP e a GNR que a assumirá. Exercê-la implica, sobretudo em grandes concelhos, um pesado aparelho de natureza parapolicial, com elevadíssimos custos que deveria ser o Governo a suportar. Mas o que esta imposição revela é uma concepção repressiva face ao problema, que parte do princípio que as barracas têm que ser as actuais e que não tem em conta que surgem de repente, como cogumelos, quase de um dia para o outro.

13) É inadmissível que o Governo tenha substituído a negociação com os municípios por reuniões «a posteriori», além de assumir uma postura autoritária, bem expressa na ameaça de «penalidades» tais como a recusa de celebração de quaisquer acordos de colaboração, contratos-programa e «perda de prioridade na atribuição de quaisquer fundos comunitários», além de outras sanções para os municípios que não assegurarem a demolição das «novas barracas».

14) De resto, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto não têm o exclusivo dos problemas de habitação; ora, verifica-se uma manifesta carência de medidas para outras áreas do País que são completamente esquecidas por este «Programa».

O fenómeno das «barracas», e o problema da habitação de que é parte, não pode ser visto fora do conjunto de questões levantadas pelas profundas assimetrias regionais que se mantêm e agravam e pela desertificação do interior do País que prosseguiu na última década. Para quando uma política de desenvolvimento regional, de regionalização, de reequilíbrio do País que somos?

De resto, o problema das barracas é apenas uma pequena parte do problema da habitação. Caberia perguntar, por exemplo, onde estão as medidas para viabilizar as cooperativas de habitação económica (que hoje, apesar dos apoios das autarquias, apenas conseguem construir para as classes médias); para recuperar o parque habitacional extremamente degradado, sabendo-se que as medidas e recursos actuais são claramente insuficientes; para dar solução ao problema da superlotação de muitas habitações; para apoiar mais a aquisição de casa própria.

O Governo e o PSD, aflitos e em dificuldades, anunciaram medidas que os municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto só poderão ter em conta com prejuízo para outras áreas e investimentos. Continuam, assim, a sofrer uma política de imposição de encargos sem meios, ou com meios insuficientes, e que se estende a outras áreas, como a rede viária, a saúde, as escolas C+S e a educação em geral.

Apesar das eventuais aparências, não foi desta vez que o Governo rectificou a sua política de habitação. O anúncio destas medidas mostra a consciência de que, entre a opinião pública, recuou a aceitação de orientações neoliberais e aumentou a exigência de políticas sociais, de solidariedade, que garantam os direitos conferidos na Constituição.

Seria manifesta ingenuidade chamar política de habitação social a um conjunto de medidas dispersas e incoerentes, penalizadoras dos municípios e que só abrangeriam uma pequena parte das carências habitacionais acumuladas. Cavaco Silva anunciou 300 milhões de contos para a habitação, mas já é certo que sacudiu responsabilidades e que o montante a investir ficará muito longe de tal montante. Por detrás da política transformada em espectáculo continuarão os problemas concretos das populações, sobretudo das mais carenciadas. Esquecidas, mesmo quando o discurso do PSD parece lembrá-las.

Os velhos e os novos problemas da emigração

A política do governo para a emigração e a situação real dos emigrantes foi tema de debate na Direcção da Organização na Emigração do PCP. Reunido no dia 18 de Março, aquele organismo concluiu que os portugueses não só continuam a emigrar como diminuem as suas perspectivas de regresso, ao mesmo tempo que se verifica que os tradicionais problemas que se colocam aos emigrantes não foram resolvidos pela apregoada 'livre circulação' na Comunidade. O encontro, cujas conclusões publicamos de seguida, sublinhou uma vez mais as propostas do PCP nesta matéria e reafirmou a disponibilidade dos comunistas para a realização de um debate na Assembleia da República sobre política de emigração.

Os portugueses continuam a emigrar

As insistentes afirmações, propagandeadas pelo governo até à exaustão de que Portugal já não é um país de emigração, nem os portugueses precisam de emigrar, mais não é que uma afirmação demagógica que procura escamotear a realidade social que vitima, cada dia que passa, milhares de trabalhadores portugueses que são obrigados a procurar no estrangeiro melhores condições de vida.

O crescimento económico verificado em Portugal nos últimos anos e que levou o governo do PSD a propagandear a sua "democracia de sucesso" não só se revelou inconsistente, como não impediu o aumento da emigração nem ganhou a confiança dos emigrantes para o seu regresso.

Dados recentes do INE revelam que, na região norte do País por exemplo, a população diminuiu de 5,4% na década de 80; a queda da natalidade, as migrações para o litoral e principalmente a emigração para a Europa são as causas deste fenómeno.

Em França, os portugueses que estão a chegar são em número tão elevado que as autoridades deste país começaram a dificultar os processos de autorização de estadia; no Luxemburgo, entre Junho de 1990 e Junho de 1991, aumentaram em mais de 10%.

O exemplo mais marcante será entretanto a Suíça: entre Agosto de 1989 e Agosto de 1992 o número de portugueses que aí trabalham cresceu mais de 41%. As estatísticas oficiais da Suíça não incluem os 40 a 60 mil portugueses que estão a trabalhar clandestinamente.

A livre circulação não resolveu os problemas

Em vários países da Europa Comunitária encontram-se milhares de portugueses a trabalhar em situação precária, que o patronato recruta a coberto de lacunas na legislação comunitária.



Manifestação recente na Suíça

A livre circulação de trabalhadores, num quadro de recessão económica, com mais de 14 milhões de desempregados nos países da CE, não criou obviamente mais facilidades de emprego.

Assim, os portugueses têm vindo a recorrer à emigração clandestina, entregando-se nas mãos de detentores de redes de tráfico de mão-de-obra e sujeitando-se às mais precárias condições de trabalho. O patronato, utilizando a "livre circulação" a seu favor, aplica salários abaixo das tabelas em vigor e reduz os direitos sociais.

Diminuem as perspectivas de regresso

Contrariamente às afirmações feitas pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o número de portugueses que regressam é cada vez menor.

A recessão económica em Portugal, o subdesenvolvimento e a consequente desertificação que se verificam no interior do País, levam os portugueses a procurar soluções para o seu futuro nos países de emigração.

A aplicação de poupanças e a realização de investimentos nos países de residência são disso testemunho. A propaganda feita pelo governo PSD à volta dos "portugueses de sucesso" (no estrangeiro) esconde esta realidade: a falta de condições para regressar a Portugal.

Entretanto, as comunidades portuguesas vão encontrando formas de intervenção em defesa dos seus direitos, em resposta à política de abandono dos sucessivos governos portugueses: no Canadá foi recentemente criado o Congresso Nacional Português; em França realizou-se em Abril as "Assises" da comunidade portuguesa, sem dúvida um importante acontecimento.

As propostas e a intervenção do PCP

Defendendo uma alternativa democrática ao actual governo e à sua política, o PCP inscreve nessa luta geral a luta específica pelos interesses dos emigrantes, defendendo a regionalização como um dos factores necessários ao desenvolvimento do interior do País.

Propondo a regionalização, o PCP considera entretanto que os órgãos do poder local, particularmente as câmaras municipais, devem continuar a desenvolver acções - como a organização de gabinetes de apoio ao investimento e às actividades económicas - que permitam a aplicação das remessas dos emigrantes no desenvolvimento das suas regiões de origem e criem as condições necessárias ao seu regresso e à fixação das populações.

O PCP exige ainda que o governo assuma as suas responsabilidades na defesa dos interesses e direitos dos emigrantes dotando as representações consulares e diplomáticas de meios eficientes para o apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro, o que passa obrigatoriamente pela reestruturação e melhoramento dos seus serviços e nunca pelo encerramento de postos consulares.

O PCP solidariza-se com as reivindicações dos emigrantes expressas no "abaixo - assinado" posto a circular por uma comissão de emigrantes portugueses em vários países europeus e manifesta desde já a sua disponibilidade para participar no debate que essa comissão propõe que se realize na Assembleia da República sobre política da emigração.

O PCP solidariza-se com as reivindicações dos emigrantes expressas no "abaixo - assinado" posto a circular por uma comissão de emigrantes portugueses em vários países europeus e manifesta desde já a sua disponibilidade para participar no debate que essa comissão propõe que se realize na Assembleia da República sobre política da emigração.

Na sequência do estudo da intervenção do PCP, realiza-se na Holanda, nos dias 27 e 28 de Março, a IV Reunião de Quadros do PCP na Europa que terá como objectivos o reforço da organização do Partido e o aprofundamento das suas orientações em defesa dos emigrantes.

VIII Assembleia de militantes do PCP na região parisiense

Algumas dezenas de quadros da Organização do PCP na Emigração (Região de Paris) reuniram-se durante todo o dia 7 de Março para proceder ao balanço e ao exame do trabalho partidário, analisar os problemas actuais da emigração portuguesa em França, traçar prioridades e orientações para a acção e o reforço do Partido e para a sua contribuição própria para o desenvolvimento do movimento associativo e para a dinamização da actividade democrática e unitária no seio da emigração portuguesa.

Num debate participado e vivo, foi feito o balanço do valioso trabalho realizado e relatada a actividade das várias células, mas também feita a análise crítica das insuficiências e dos problemas de organização a superar: a existência ainda de um número significativo de camaradas sem ligação regular ou enquadramento orgânico; o regresso a Portugal de um conjunto significativo de camaradas e a insuficiente compensação (e renovação) pelo recrutamento das fileiras da Organização; a necessidade de encontrar soluções que possibilitem uma maior difusão do "Avante!" e do "Militante", face ao custo elevado dos portes, a par do prosseguimento da valorização da difusão do boletim "Emigração"; a necessidade de promover uma maior alargada responsabilização de camaradas, tendo presente que esta Organização funciona já hoje, o que é de sublinhar, sem apoio directo de funcionários e na base da disponibilidade e militância de camaradas profissionalmente ocupados.

Nos trabalhos da Assembleia, estiveram naturalmente presentes os problemas actuais dos emigrantes portugueses em França, também sofrendo os efeitos da política

anti-social do Governo "socialista" e do desemprego crescente e o papel prestigiado e influente, e que é necessário reforçar, dos comunistas portugueses na emigração; do seu contributo para o movimento associativo dos emigrantes; nos sindicatos; na colaboração fraterna e estreita com os comunistas franceses na defesa comum dos trabalhadores e dos interesses populares.

A Assembleia aprovou um calendário de iniciativas e um valioso e exigente programa de trabalho, cuja realização bem sucedida se traduzirá no reforço do Partido e da sua influência e de que destacamos as seguintes iniciativas e acções:

- a celebração do 25 Abril, a realização em Junho da Festa da Amizade, a participação na Festa do "Humanité" (a somar à também habitual presença do Pavilhão da Emigração na Festa do "Avante!");

- a tomada de medidas práticas, que logo começaram na própria Assembleia, para revitalizar a APA (Associação Portugal de Abril) e a sua Sede, sendo ali constituído um grupo de trabalho e um responsável para propor um programa de trabalho que supere problemas verificados e garanta o funcionamento e animação da APA como um importante elo de contacto e diálogo democráticos entre os emigrantes portugueses;

- a dinamização do trabalho da CDU e da sua Comissão na emigração portuguesa em França, tendo em conta a necessidade também de organizar o contributo activo dos emigrantes portugueses no período de férias de Verão para apoiarem a elaboração das listas CDU nas suas zonas de origem, a preparação de eleições para o Parlamento Europeu e a necessidade de garantir um empenhamento

activo no trabalho de recenseamento eleitoral no período de Maio/Junho próximos;

- a contribuição activa para o reforço do movimento associativo dos emigrantes portugueses, a participação empenhada dos comunistas nas "Assises" (que se desenharam como um importante acontecimento e fórum de debate dos emigrantes portugueses em França) e a necessidade de contribuir para o fortalecimento da capacidade de intervenção do Conselho da Comunidade Portuguesa em França (CCPF) em defesa dos emigrantes;

- trabalhar para novas adesões ao PCP, designadamente entre as mais recentes gerações de emigrantes portugueses em França, como condição indispensável para garantir a necessária continuidade e renovação do trabalho do PCP na emigração, compensando os continuados regressos a Portugal.

A Assembleia elegeu um novo **Organismo de Direcção**, cujo número passou de **11 para 20** camaradas, o Orçamento e os objectivos de realização de receitas para 1993.

Nos trabalhos da Assembleia participou Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, que no final produziu uma intervenção em que, além de fazer a análise da situação política portuguesa, produziu um breve balanço dos trabalhos e das conclusões da Assembleia, sublinhando que as resoluções ali aprovadas constituem um valioso programa de trabalho cuja concretização permitirá progredir no reforço do papel e da influência de que o PCP justamente goza na emigração portuguesa e confirmará o PCP como o Partido que melhor e mais coerentemente defende e representa os seus interesses.

A crise e a luta no Vale do Ave

Têxtil

No reino do arbitrário o futuro é incerto e sombrio

No decurso de uma reportagem dedicada à inauguração de um novo Centro de Trabalho em Famalicão e da campanha de fundos para o novo Centro em Guimarães, publicada na passada semana, tivemos oportunidade, no curto tempo de que dispusemos, de falar com trabalhadores da região do Vale do Ave, sindicalistas conhecedores dos problemas que a região atravessa. Situação de crise, falências, encerramento de empresas, despedimentos, salários em atraso, foi o que nos foi dado observar e ouvir. E também ouvimos falar de lutas, de empenhamento dos trabalhadores em salvar postos de trabalho, em contribuir com a sua experiência e capacidade para encontrar soluções. E ouvimos as críticas à política de Cavaco Silva e à atitude de um patronato retrógrado que procura viver à sombra de subsídios fazendo os trabalhadores pagar a factura. Destas conversas que então registámos, aqui deixamos algumas palavras significativas. Se a viagem tivesse acontecido dias mais tarde, certamente que ouviríamos também as críticas à visita de António Guterres, que foi ao Ave descobrir uma vez mais como coincidem os seus pontos de vista com os do Governo do PSD. Como a nota da DORBraga do PCP, que também publicamos, bem exemplifica...

«Grundig» Dividir para despedir

Em lugar de ser um pólo fomentador de emprego, a «Grundig» apresenta-se hoje, em Braga, como mais uma fonte desestabilizadora e geradora de mais desemprego no distrito. De despedimentos se fala há muito na empresa. Por isso fomos falar com Amélia Lopes, eleita neste Congresso da CGTP para o seu Conselho Nacional, trabalhadora na «Grundig» desde 1974.

«Já há tempos que se começou a falar na dispensa de pessoal na empresa», disse-nos a dirigente sindical, «sobretudo a partir da segunda vitória de Cavaco nas eleições de 1991. Então, dizia-se que o despedimento era necessário por causa da derrocada do Leste, procurando as empresas produzir lá. Chegou a avançar-se o número de 500 trabalhadores a despedir...

«Mas é em 1992 que a empresa entra no processo de desmembramento para constituir quatro empresas diferentes — a «Grundig», a «ARP», a «GARP», a «BPO», ligadas ao consórcio «Grundig/Blaupunkt», que foram baptizadas de «Complexo». Após o desmembramento, e divididos os trabalhadores, o número geral destes cresceu de 2500 para 4200.

«Foi um processo difícil», recorda Amélia Lopes, «porque os trabalhadores recusaram a transferência para as outras empresas novamente criadas. As ORT's trabalharam no sentido de vir a ser aprovado um protocolo que defendesse os trabalhadores, tendo em conta que o desmembramento facilitaria a divisão e o enfraquecimento das ORT's. Na altura, os representantes dos trabalhadores ficaram todos na «Grundig» — as outras empresas não empregaram os seus membros na sua actividade específica. Durante alguns dias, as novas empresas ficariam sem representantes dos trabalhadores. O protocolo referia expressamente que as ORT's deveriam representar todos os trabalhadores das quatro empresas. Foi aceite. Referia ainda o documento que, se numa das empresas se verificasse haver pessoal excedentário, as outras empresas do «complexo» recebê-los-iam, com os direitos entretanto adquiridos.

«Fez-se ainda nesse ano eleições para as respectivas CT's das empresas e foi considerado então pelas gerências do complexo que o protocolo caducava nesse aspecto. Mas elegeram-se uma comissão sindical por cada



Amélia Lopes

«As gerências, que pensavam terem-se visto livres dos representantes dos trabalhadores, começaram a tentar impedir a actividade sindical, no que teve a ajuda do SIMA, da UGT», recorda Amélia Lopes.

«Os nossos delegados foram processados disciplinarmente, a fim de serem despedidos por terem realizado um plenário. A Inspeção do Trabalho foi chamada por nós e autuou a empresa por entender que as razões desta não eram válidas. No entanto, depois de não ter pago a multa, a empresa ganhou o processo à Inspeção do Trabalho, alegando o Tribunal que qualquer trabalhador pode reivindicar o direito a realizar um plenário!»

Perante uma decisão tão incompreensível, Amélia Lopes não a consegue explicar. Mas diz-nos que tal decisão judicial afectou os trabalhadores, dando à empresa «razão» para impedir plenários, que passaram entretanto a ser realizados fora dos locais de trabalho.

E continua a historiar a situação: «Em meados do ano, a gerência da «Grundig» começa a dizer que tem gente a mais e que precisa de reduzir o pessoal. Pressiona os trabalhadores à rescisão por mútuo acordo, pagando para isso 2500 contos. Muitos foram os que abandonaram. Os que recusaram só tinham a alternativa do despedimento colectivo. Ripostámos com o protocolo! Os trabalhadores podiam e deviam ser aceites nas outras empresas

empresa, organizámos as nossas estruturas dentro de cada uma delas e recomencámos a actividade sindical normal».

O agudizar da luta

do complexo, até porque, neste, já havia cerca de um milhar de contratados a prazo!

«Durante todo este processo, houve algum recuo por parte da gerência, que veio a elaborar um processo de despedimento de 69 trabalhadores. Durante as negociações previstas na lei, alguns foram saindo... e o processo concluiu-se com 24 trabalhadores despedidos. Desses, após a conclusão do despedimento, 14 conseguiram uma indemnização maior. Neste momento o processo conta com 10 trabalhadores e aguardamos os trâmites legais.

«Nós pensamos que, através da luta que movemos em torno do processo e da chamada de atenção da opinião pública, o Tribunal não se considerou capaz de julgar a frio. Pediu uma auditoria à Universidade do Minho para fazer um estudo económico do processo (pois alegámos que 10 pessoas não representavam nada no número de negócios da «Grundig»)...

«Há quem diga hoje que a empresa não quer ir até às últimas consequências, pois pretende não ser manchada com despedimentos numa altura em que precisa de subsídios do PEDIP para investimentos tecnológicos. Mas recentemente começaram a falar em pessoal a mais e a pretender aplicar o «lay-off», com a atribuição dos 66,6 por cento do salário. No entanto, a empresa mostra querer «dar a volta» ao «lay-off», fazendo um acordo directo com os trabalhadores, que receberiam 70 por cento, passando por cima das estruturas representativas... Era furta-se, assim, a pôr em questão os fundos do PEDIP!

«Esta fórmula não tem nenhuma figura jurídica, e as ORT's estão frontalmente contra esta situação. Pensamos que a «Grundig» tem possibilidade de cumprir o protocolo assinado, sem recurso ao «lay-off» que pretende atingir 616 dos 1269 trabalhadores que actualmente emprega».

Amélia Lopes, que nos dá conta de que a situação criada tenta minar a unidade e o espírito de luta dos trabalhadores, manifesta, no entanto, confiança de que essa unidade será preservada e de que é possível lutar pelos postos de trabalho.

«O nosso drama é este: que futuro?»

Foi assim que Manuel de Sousa resumiu, para a nossa entrevista, a situação no sector têxtil no Vale do Ave. A conversa tivemo-la em Guimarães, na sede do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, de que Manuel de Sousa é coordenador. Mas falou-nos sobretudo do presente, um quadro negro de crise. Aliás, enquanto o esperávamos, decorria uma reunião com dez trabalhadoras despedidas por uma pequena empresa que na véspera decidira encerrar. Pura e simplesmente, sem aviso.

«A diminuição do emprego é da ordem dos 15 por cento actualmente, na região, se contarmos com os trabalhadores com baixa e com suspensão de contrato. Só nos dois últimos anos, as falências levaram ao desemprego cerca de 2500 trabalhadores», diz-nos, mostrando-nos um longo rol de empresas que faliram em 91 e 92, atingindo 2471 trabalhadores. A estes números vêm somar-se, no que respeita a esses anos, centenas de outros trabalhadores em empresas que reduziram o pessoal. Entretanto, no que toca aos salários em atraso, em Setembro do ano passado o número de trabalhadores

atingidos já excedia os 15 mil, com maior incidência em Guimarães e em Fafe.

Tudo isto num sector com os mais baixos salários do país, em contraste com a opulência e o novo riquismo do patronato, como nos chama a atenção Manuel de Sousa.

Já tínhamos reparado. Abundam nas redondezas as vivendas luxuosas, há juvenzinhos que vão para a escola em «Mercedes».

No entanto, como nos afirma o nosso interlocutor, 80 por cento dos trabalhadores auferem 42 800 escudos de salário líquido. O que é inferior ao que os desempregados recebem — 44 520 escudos!

Como é isso possível? É verdade que a situação já nos fora relatada. Manuel de Sousa explicou que tal se ficou a dever à criação de condições para que o Governo, através do CODAV, tomasse medidas de «protecção social» na região, fazendo com que os trabalhadores auferissem o salário mínimo nacional (44 520) mais um abono majorado aos abrangidos pelo desemprego. Assim, embora os desempregados não recebam subsídio de férias nem 13º mês, recebem mais mensalmente que os que estão no activo.

É uma situação que não incentiva quem trabalha, disse-nos o dirigente sindical, que chamou por outro lado a atenção para o facto de, em caso de desemprego, os trabalhadores não terem gastos nos transportes, nem nas amas no caso de terem crianças pequenas.

Usando assim os fundos públicos, o patronato pressiona os trabalhadores para o desemprego. Daqui resultam também dificuldades em termos de luta, com a Segurança Social a substituir-se à entidade patronal.

Entretanto, no distrito de Braga, há uma dívida do patronato à Segurança Social de cerca de 30 milhões de contos, 24 dos quais provêm do sector têxtil. É uma dívida com tendência a aumentar.

O futuro é pior

Mas os subsídios não duram sempre. Trinta meses, mais quinze, é a fórmula «tipo almofada» para absorver o descontentamento. A partir daí, o emprego acaba mesmo. Ora, a maioria dos trabalhadores — 80 por cento de mulheres no sector — tem cerca de 35/45 anos de idade. No final, após a absorção destes subsídios, o futuro nem sequer é incerto: não existe mesmo. Os próprios centros de emprego, como nos contou Manuel de Sousa, dizem que o patronato não emprega gente com mais de quarenta anos.

«Não existem alternativas», diz o dirigente sindical. «No entanto, os patrões estão riquíssimos. É aqui que se encontra o maior número de «Ferraris», há mansões de sonho, algumas de custo superior ao milhão de contos. Em contraste, estamos com os salários mais baratos, com maiores números no que respeita ao trabalho infantil e ao trabalho precário. No Vale do Ave há trabalhadores. Mas não há emprego seguro e certo.»

Como podem os patrões enriquecer, se as empresas fecham?

«O patronato leva as empresas à falência, despede sem indemnizações e os patrões abrem novas empresas fora dos centros», explica Manuel de Sousa. «Há empresas assim abertas em Cabeceiras de Basto, em Celorico, em Mondim, com patrões de Guimarães, Fafe, Famalicão... Aí, quando há despedimentos, os trabalhadores descobrem que não têm indemnização!»

E o dirigente dá alguns exemplos de empresas cujos patrões não têm em conta os direitos dos trabalhadores. Uma delas, em Fafe, de Valentim Loureiro, que já teve 1200 trabalhadores, foi viabilizada, com acordo firmado em Tribunal, comprometendo-se a manter 750 postos de trabalho e a pagar em dez anos os 170 mil contos de dívidas. «Três anos depois nem um tostão foi pago. Não paga subsídio de férias nem 13º mês. Os salários são pagos com 15 a 20 dias de atraso. E ainda está em vigor o salário de 1992 (há 15 meses!). Há despedimentos arbitrários, e Valentim Loureiro não acata as decisões do Tribunal de Fafe. Neste momento, a empresa tem apenas cerca de 200 trabalhadores e, quando estes regressam de baixa, são sistematicamente pressionados para recorrerem ao desemprego. O patrão já disse aos trabalhadores que vai continuar com esta política de despedimentos. Trabalhadores com 20 e 30 anos de casa saem sem indemnização, e a empresa deve ao sindicato 5 mil contos que retirou para o pagamento de quotizações!»

O reino do arbitrário é uma constante. E somos na altura

informados que as dez trabalhadoras que vimos recorrerem ao Sindicato tinham sido despedidas na véspera. A patroa da «Martinguel» dissera-lhes na véspera que a empresa fechava e dera a cada uma doze contos! No dia anterior, a «Fiação Vimaranes», com cerca de 120 trabalhadores, anunciara o despedimento de 80. Sem indemnização. A maior parte com 30 a 40 anos de trabalho.

Patrões mais ricos, trabalhadores mais pobres

«Há uma série de empresas que estão a ser recuperadas, a balões de oxigénio», diz Manuel de Sousa. Mas, apesar disso, «há cerca de 40 mil postos de trabalho ameaçados nos próximos tempos. Essas empresas são para fechar, e o Governo não se dispõe a disponibilizar qualquer verba.»

Depois de nos dar vários exemplos de empresas condenadas a pagar indemnizações e que não as pagam, Manuel de Sousa coloca a questão: «O nosso drama é este: que futuro?»

E traça uma perspectiva sombria: «A alternativa não é o turismo de habitação nem a agricultura, que não vão absorver a mão-de-obra da região. Mão-de-obra pouco qualificada, cerca de 90 por cento não têm mais do que a antiga quarta classe.

«Defendemos que deve haver uma rápida modernização e reestruturação das empresas, criando condições para absorção desta mão-de-obra. Só assim os trabalhadores poderão vir a ter trabalho.

«As alternativas ao têxtil, de que se fala, não chegam. Nem as promessas, como as de Mira Amaral, de vir a instalar-se a «Samsung» na região. Isto foi falado há um ano, houve a promessa de criação de mil postos de trabalho e não se chegou a nada.



A luta não pára. Plenário recente realizado fora das instalações da «Grundig»

«E vergonhoso», repete o dirigente sindical, «que os patrões enriqueçam enquanto os trabalhadores estão cada vez mais pobres. Há 15 mil trabalhadores sem actualização de salários. No início de Janeiro, nem sequer os 6 por cento obtiveram. Isto não diz respeito apenas a empresas em dificuldades, mas, por exemplo, à «Têxtil Manuel Gonçalves», à «Riopel» e a outras, que facturam milhões! As associações patronais enviaram mesmo uma circular às empresas a dizer que não deveriam pagar mais de 5,8 por cento de aumento e mais 30 escudos de subsídio alimentar. Mas nem estas «recomendações foram acatadas!».

E Manuel de Sousa sublinha que essas «recomendações» emanavam directamente de Cavaco Silva, que ameaçara os empresários que pagassem aumentos acima da tabela de ficarem sem acesso aos fundos comunitários.

Trata-se de um patronato retrógrado, que não quer realizar investimentos, que nem sequer tem formação adequada, e que espera continuar a enriquecer à sombra dos fundos. Com empresas falidas enquanto os seus proprietários continuam a enriquecer.

São os trabalhadores a pagar a factura. Até quando?

Metalurgia Agravam-se os problemas

«A crise está instalada», admitiu Celestino Gonçalves, coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga, que visitámos na sede, e que aceitou comentar para o «Avante!» a situação dos trabalhadores metalúrgicos no distrito. Mas avisou: «Nós não gostamos muito da palavra "crise", porque dá pretexto ao patronato para «explicar» a situação actual. Preferimos referir os problemas e as dificuldades que os trabalhadores atravessam e que, de há um ano a esta parte, se têm vindo a acentuar».

Celestino Gonçalves dá vários exemplos de empresas encerradas e em dificuldades, com trabalhadores despedidos ou com salários em atraso: As «Oficinas Metalúrgicas Peixoto» acabavam de ver votado no Tribunal uma concordata para a sua viabilização, em resultado de um processo de recuperação proposto pelos trabalhadores da empresa. Entre estes, 64 encontram-se com o contrato suspenso ao abrigo do célebre 17/86 (salários em atraso); a empresa deve aos trabalhadores 60 por cento dos salários de Outubro de 91; 100 por cento de Novembro do mesmo ano, 70 por cento do subsídio de férias e 100 por cento do subsídio de Natal.

Há mais: a «Metais Prumo», com 64 trabalhadores, está encerrada desde Abril passado; a «Heinrich Fluck» suspendeu o contrato aos seus 42 trabalhadores em Janeiro. Ambas com atrasos no pagamento de salários e subsídios. Mais outras devedoras e em situação difícil — a Fábrica Portuguesa de Segmentos, a Manuel Fernandes Franqueira, a Onça-Produtos Metalúrgicos, a Adérito Guimarães, a ETT, a CEIA. E, segundo a Federação do Sector e o Sindicato, a previsão é a de que outras empresas venham, a curto prazo, a cair na situação das referidas.

«Verifica-se uma redução significativa dos postos de trabalho na generalidade das empresas do sector», diz-nos o dirigente sindical.

Desta situação, Celestino Gonçalves atribui responsabilidades à integração de Portugal na CEE: E explica:

«A maioria destas empresas dedicam-se a material sanitário — torneiras, etc. — e estão a entrar no país artigos com preços mais acessíveis e de melhor qualidade. Isto verifica-se não apenas nos outros sectores da produção, mas também na metalurgia.

«Ora, ao longo dos anos, as empresas não investiram em novas tecnologias. As máquinas degradaram-se. A produção ressurte-se. E hoje não é possível fazer face à competição com os outros países. Nomeadamente no distrito de Braga, o parque de máquinas está completamente obsoleto».

O dirigente sindical adianta ainda alguns elementos para a compreensão do problema: «Ao longo de dezenas de anos, a figura do patrão orgulhoso da sua empresa foi desaparecendo.

do. Esse patronato envelheceu e os filhos, que tomaram conta das empresas, delapidaram o património, em luxos e em carros. Não houve o interesse de tornar as empresas viáveis.»

Perspectivas escuras

«As lutas dos trabalhadores são entretanto difíceis», diz ainda Celestino Gonçalves, aludindo não apenas à repressão mas também aos «prémios para impedir o exercício de direitos, tais como os prémios de assiduidade e de produtividade, que impedem ou dificultam muitas vezes a realização de uma greve».

Mas algumas empresas no distrito são ainda um baluarte da luta, por via de uma boa organização sindical. As perspectivas não são animadoras, entretanto, para o sector. Embora sem atingir a gravidade verificada no têxtil, o futuro não se apresenta brilhante. Por isso a necessidade de continuar a lutar.

«Temos a ideia de que, mesmo atravessando dificuldades, isto tem de dar uma volta. Se não, não vi haver mais metalúrgicos em Braga!», diz o dirigente sindical.

E, apesar de tudo, há esperanças e razões para elas. No fundamental, os trabalhadores têm correspondido nas lutas. No 18 de Fevereiro, em Braga, foi positiva a acção desenvolvida, o mesmo se esperava para 19 deste mês.



Metalúrgicos em luta

Uma «jornada infeliz»

«Jornada infeliz, de demagogia e promiscuidade política», assim se refere uma nota da DorBraga do PCP à recente visita do secretário-geral do Partido Socialista à região do Vale do Ave, criticando algumas declarações de António Guterres e condenando vivamente «o papel de autêntica correia de transmissão desempenhado pela AMAVE no programa dessa visita».

Diz a Nota:

Não se furtando aos truques propagandísticos do PS, fez anunciar, em papel com timbre da Associação, a visita do Eng. António Guterres como «líder da oposição»!

Nesta colagem sem rebuços à linguagem daquele Partido, a AMAVE assumiu-se assim, como departamento de propaganda do Partido Socialista.

E, de facto, o que o principal responsável do Partido Socialista veio fazer no Distrito, foi, no essencial, **propaganda junto dos empresários**. É lamentável que, como responsável de um partido em que ainda acreditam e votam muitos trabalhadores do Vale do Ave, o secretário-geral do PS tenha privilegiado o diálogo com o patronato em lugar de ouvir melhor os trabalhadores; tenha fugido, tanto quanto pôde, aos verdadeiros problemas e silenciado as responsabilidades de grande parte do patronato na situação que se vive.

Copiando o figurino de Cavaco Silva, encontrou-se, a título pessoal, com «barões» nortenhos, expoentes do poderoso patronato da região distribuiu elogios por empresários e empresas, que serão modelo de um certo «sucesso» mas que, aos olhos dos trabalhadores, são modelo de repressão e baixos salários.

A DORBraga do PCP denuncia junto dos trabalhadores e democratas a gravidade das palavras do Eng. António Guterres que, denotando uma enorme insensibilidade pela situação social dos trabalhadores da região, tenha dito que para proteger as empresas exportadoras era necessária a contenção dos salários!

Esta postura do secretário-geral do PS, qualquer dirigente cavaquista ou qualquer empresário aplaudem.

Esta é a oposição do Partido Socialista ao Governo do PSD!

O rol de «coincidências»

Infelizmente, o rol de coincidências com a política governamental é mais extenso. Se os trabalhadores da região, a Agricultura e os agricultores estão a pagar duramente os custos da União Europeia à Maastricht, ao PS o devem, que o votou entusiasticamente na Assembleia da República juntamente com o... PSD.

Os trabalhadores das empresas privadas e da Função Pública, que protestaram, lutaram e lutam contra a política salarial do Governo, que quer este ano limitar os aumentos dos salários entre os 5 os 7%, sabem que um membro do «governo sombra» responsável pela «política de oposição» do PS, disse que os salários não podem aumentar acima destes valores!

Desta vez foi o próprio secretário-geral que veio «descobrir», na manutenção dos salários de miséria, a solução para a indústria exportadora do Vale do Ave!

Com esta «oposição» estão, o Dr. Cavaco Silva e o PSD, bem.

A DORBraga do PCP não precisa de recordar o apoio e empenhamento permanentes dos comunistas à luta dos trabalhadores por salários dignos, emprego estável e com direitos.

Não precisa de lembrar as numerosas posições e acções concretas do Partido Comunista Português, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, apoio à modernização, reestruturação e diversificação da indústria local e para o desenvolvimento da Região.

Mas tem que sublinhar, neste momento, que uma verdadeira oposição ao Governo de Cavaco Silva e à sua política, tem que ser caracterizada pelo apoio, sem equívocos, à luta dos trabalhadores e do povo; por uma grande coincidência com as suas reivindicações; pela busca do entendimento, a acção convergente ou comum das forças democráticas contra a política da Direita.

Estes são os objectivos de sempre do Partido Comunista Português.

A luta contra os baixos salários, os salários em atraso, o desemprego e o emprego precário, a repressão patronal e a falta de direitos do trabalho infantil, etc., irá continuar e podem os seus principais intervenientes, os trabalhadores, contar com o apoio e a solidariedade dos comunistas em todos os momentos.

Nessa luta, lado a lado com todos os trabalhadores, estará o PCP, **oposição firme para uma política diferente.**

EM FOCO

A África do Sul antes da viragem (conclusão)

Muitas incógnitas numa sociedade angustiante

■ Miguel Urbano Rodrigues

Podemos imaginar o que seria Roma no tempo de Adriano, ou Tenochtlán quando Cortés ali chegou. Mas a imaginação acaba na fronteira do sentir.

Eu imaginava o *apartheid*; senti pela primeira vez o choque real do *apartheid* ao visitar em Fevereiro a África do Sul.

O sistema foi abolido no plano jurídico. Mas a sua herança social e económica persiste na vida quotidiana. Somente agora, no inverno da existência, tive a possibilidade de sentir, no contacto directo, visual, o que nela há de desumano, de degradante. Para essa consciência-sensorial contribuiu o descobrimento também doloroso de que os principais beneficiários (a minoria dentro da minoria branca) não se apercebem de que idearam, criaram e defenderam enquanto lhes foi possível uma sociedade monstruosa, que pretendiam perpetuar.

Visitante de primeira viagem, senti permanentemente na África do Sul a contradição da linguagem política do presente e o espectáculo oferecido pela sociedade modelada pelo sistema em processo de desmantelamento. O mundo urbano sul-africano, criação do *apartheid*, não vai transformar-se de um dia para o outro. A simples revogação da engrenagem jurídica não mudou magicamente nem a atitude mental dos homens nem a estrutura física de cidades concebidas para funcionarem como pilares de uma sociedade que erigia o racismo quase em religião do Estado.

Estive nas quatro maiores concentrações urbanas do país: Pretória, Joanesburgo, Cabo e Durban.

Pretória

Pretória foi, desde a fundação, uma capital ligada à sacralização dos mitos. Hoje, com a agonia do *apartheid*, projecta a imagem de uma cidade cuja resistência à mudança inevitável se manifesta sobretudo através do ritmo lento de transformações que anunciam o futuro.

Situada no coração do Transvaal, a urbe de Andries Pretorius, destacado líder dos Voortrekkers, é ainda uma cidade de brancos. Dos seus 700 000 habitantes menos de 30% são negros, com a peculiaridade de apenas uma ínfima minoria residir dentro do perímetro urbano. Não obstante as leis segregacionistas terem sido abolidas, pouquíssimos moradores das *townships* vieram residir na cidade dos brancos.

Pretória é tranquila, pulcra, muito verde, provinciana, com largas avenidas, grandes parques e belas moradias encastoadas em jardins bem cuidados. Moderna (o edifício do Banco Central tem 55 andares), apareceu-me paradoxalmente envolvida numa atmosfera de arcaísmo. Fez-me imaginar o que seria a vida em certas cidades do Sul dos EUA após a primeira guerra mundial. Foi ali, contudo, que encontrei a maioria dos altos funcionários da Administração com quem mantive contactos no país. É uma gente cuja diversidade não permite juízos globais. De comum a finura no trato, o conhecimento dos problemas, a disponibilidade para responder sem constrangimentos. Encontrei de tudo, desde o diplomata profissional que expõe profissionalmente o quadro das negociações multipartidárias ao tecnocrata que deixa adivinhar a nostalgia do sonho (racista) que foi a pique. Registei, por inesperado, o desabafo do director de um Departamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros que reconheceu a mestiçagem de grande parte da minoria branca: «Sou louro e tenho olhos claros, os meus antepassados chegaram à África do Sul no século XVII, mas nas minhas veias corre também sangue de malaios, judeus e negros.

Eugène Terreblanche, o líder do AWB, que defende uma «África do Sul branca» é ele próprio um mulato não assumido. Mas a ultradireita não reconhece que a pureza racial dos descendentes dos pioneiros calvinistas é hoje uma fantasia que se choca com a mistura racial escondida. O que conta para essa gente é a opção político-ideológica.

Cabo e Durban

Cape Town (1 700 000 hab.) é a mais bela cidade da África do Sul e também a menos desumanizada. A baía, as montanhas que a abraçam, as encostas por onde sobe o casario, o fantástico penhasco coroado pela Mesa modelam um cenário irrepetível. Os moradores foram desde o início marcados pela atmosfera encantatória do lugar. O Cabo cresceu como cidade mestiça, filha de muitas misturas que desrespeitaram tradições e leis.

Sem estabelecer paralelos, senti ali nas pessoas e nos comportamentos sociais, no informalismo, um toque brasileiro. Percebe-se que os boers antigos, da geração de Potgieter, Gert Maritz e Retief não podiam sentir-se ambientados no Cabo. Malaios, negros, mestiços de muitas origens, imigrantes europeus de aventura, imprimiram ao porto de fronteira entre o Atlântico e o Índico, aberto aos que chegavam da Europa, da América, do Oriente, um estilo de vida e gostos que feriam o puritanismo calvinista. No Cabo surgiram as raízes de conflitos e rupturas que vieram a pesar muito no desenvolvimento da história atormentada da África do Sul.

Faltou-me tempo para me impregnar um pouco mais em Cape Town do lado não visível da sua vida. Mas entrevi o suficiente para ser tocado pelo fascínio de uma cidade fisicamente deslumbrante onde a tradição britânica quase apagou a holandesa, mas na qual os mestiços conservam como idioma materno o afrikaans, por eles criado.

Durban (1 500 000 hab.), na Província do Natal, atrai o visitante para outro mundo cultural. Mais de metade da população é de origem indiana, descendente de trabalhadores que os ingleses, no auge do seu poderio imperial, começaram, a partir de 1860, a trazer da Índia para executarem as tarefas pesadas nas plantações de cana-de-açúcar.

Durban, quase tropical, doce, varrida pelas brisas húmidas e quentes do Índico, coloca o forasteiro perante sínteses inacabadas e dolorosas da Ásia e da África. Não cabe num texto como este aflorar sequer o que foi o sofrimento acumulado de gerações de imigrantes tratados pelos ingleses como seres inferiores (levemente acima dos negros)

Durban, onde mais de metade da população é de origem indiana, coloca o forasteiro perante sínteses inacabadas e dolorosas da Ásia e da África



O Cabo é a mais bela cidade da África do Sul e também a menos desumanizada

cuja sorte somente melhorou com lentidão quando Gandhi, então um jovem advogado, se bateu pelos seus direitos contra a administração imperial britânica. Ali nasceu a política da resistência passiva — o *satiagrah*.

Presentemente, os indianos (um milhão) constituem uma comunidade diferenciada que faz de Durban uma inflorescência social. Impressionou-me, contudo, a ruptura de pontes com a terra de origem. São poucos os indianos da África do Sul que falam o hindi, o urdu ou o tamil. Pareceu-me também escasso o interesse pela história da Índia, pela sua cultura e tradições. Durban conserva, contudo, o

sortilégio do Oriente. Manifesta-se nos comportamentos sociais, nos arranjos caseiros, na cozinha, nos mercados, na personalidade dos descendentes de hindus.

Politicamente, a comunidade de origem indiana interroga-se, vacila. Encravada numa região de maioria zulu, teme a violência que prejudica os negócios. Os indianos, ali, são antes de mais uma minoria de vocação mercantil, voltada para o comércio. Dialecticamente, porém, essa comunidade com tendência para se fechar, ciosa do seu particularismo, e relutante a compromissos com as grandes forças políticas em choque no cenário nacional, tem sido uma fonte inesgotável de dirigentes políticos. Alguns dos mais prestigiados líderes do ANC e do Partido Comunista são de origem indiana.

O voto zulu

A Província do Natal é actualmente a principal área de violência política na África do Sul. As comissões internacionais instaladas no país — a da ONU, a da CEE (chefiada por um diplomata português e a Goldstone) coincidem na opinião de que os focos mais importantes dessa violência se localizam nas regiões de maioria zulu, fora e dentro do Território de Kwa Zulu. A agressividade contra os xhosas é estimulada pelo primeiro-ministro zulu Buthelezi.

Do que consegui apurar, emergem três conclusões mercedoras de atenção especial:

1. O Inkatha Freedom Party, liderado por Mongosuthu Buthelezi, é o grande responsável (directo) pela violência que levou a massacres como os de Boipatong e Bisho, em Junho e Setembro p.p. Por trás de Buthelezi e do seu tribalismo estão, porém, o Exército e o aparelho policial sul-africano, bem como os serviços secretos do Governo de Pretória.

2. É falso que na área zulu o ANC não tenha implantação. Existem nela zonas onde o apoio ao Movimento é maioritário, como se verificou pelos banhos de multidão que envolveram Nelson Mandela durante a sua recente visita à Província do Natal.

3. Carecem de base sólida as estimativas que atribuem uma votação esmagadora ao Inkatha Freedom Party no Natal. As sondagens com maior credibilidade, de fonte oficiosa, prevêem que o Inkatha, a nível nacional, obtenha apenas 10% da votação. O ANC admite que o partido de Buthelezi não exceda os 6%. É de temer, porém, que novas acções terroristas, instigadas pelo IFP, ocorram à medida que o processo negocial avançar.

O Inkatha cumpre o papel de instrumento do Governo. Sem o apoio oficial, privado nomeadamente de sustentação financeira, Buthelezi seria uma pedra menos no xadrez político. Voltei do encontro com ele, no Palácio do Governo de Ulundi — onde me desloquei integrado no grupo de deputados portugueses —, com má impressão pessoal do líder zulu e do seu estilo de fazer política. A audiência foi simplesmente ridícula. Pareceu-me um Savimbi menos primário.

Joanesburgo

O centro de Joanesburgo, com a sua densa floresta de arranha-céus, lembra o de São Paulo em versão reduzida, mais feio, mais triste, mais fechado ao sol.

Mudou nos últimos anos. A fisionomia urbana alterou-se após a revogação da lei que proibia aos negros viver em áreas reservadas aos brancos. Os moradores brancos dos quarteirões residenciais do miolo da cidade deixaram os seus apartamentos e foram para bairros da periferia. As rendas caíram. Os novos moradores do centro são sobretudo negros vindos de Soweto e de Alexandra. Dos antigos ficaram quase somente os portugueses. Muitas empresas e serviços principiaram a mudar-se para a periferia branca, num êxodo que reflecte a complexidade dos sentimentos racistas. Alguns hotéis, como o Holliday Inn, baixaram de categoria, perdendo uma estrela...

Menos habitado por brancos, o centro de Joanesburgo

EM FOCO

O centro de Joanesburgo lembra o de São Paulo em versão reduzida, mais feio, mais triste, mais fechado ao sol



Pretória é uma capital ligada à sacralização dos mitos

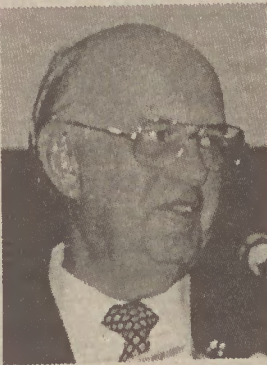
comerciais é insuficientíssimo. Os moradores têm de se abastecer em Joanesburgo. Na opinião dos dirigentes do ANC, o ensino e a saúde a que os negros têm acesso (os privados estão fora do seu alcance) é uma calamidade. Aliás, o total de brancos matriculados nas universidades continua a ser superior não obstante os negros serem seis vezes mais numerosos (30 milhões contra 5 milhões).

Incógnitas da mudança

Hoje assiste-se à instalação de algumas famílias de negros ricos nos bairros mais luxuosos, edificados nos subúrbios verdes de Joanesburgo, um paraíso que contrasta com a paisagem feia e cinzenta das áreas residenciais da antiga zona mineira, semeada de colinas que cobrem velhas galerias. Por ora, são poucos os vizinhos negros da elite branca, mas em breve serão mais. Não se trata de uma questão de segurança, de vontade de distanciamento das áreas de violência endémica. O fenómeno é mais complexo.

Uma das incógnitas da mudança, ou seja, da transição para um regime formalmente democrático, de maioria ANC, em que o poder real, pelo menos inicialmente, não mude de mãos, é precisamente a atitude de alguns sectores da população negra. A esperança inconsciente de muitos

A esperança inconfessada de muitos dirigentes do Partido Nacional é que a burguesia negra e camadas da classe média sejam assimiladas pela engrenagem do capitalismo. Mas não parece que esse objectivo possa ser alcançado



dirigentes do Partido Nacional é a de que a burguesia negra e camadas amplas da hoje anémica classe média negra venham a ser culturalmente, senão ideologicamente, assimiladas pela engrenagem do capitalismo. Por outras palavras, a reduzida minoria de negros com possibilidades imediatas de ascensão social e económica tenderia, na lógica do sistema, a tornar-se cúmplice, consciente ou não, desse papel, do processo de exploração das grandes maiorias oprimidas e exploradas.

As tentativas, por vezes subtis, do Partido Nacional para introduzir fissuras no ANC (e na coligação deste com a COSATU e o Partido Comunista) são esclarecedoras desse projecto. O governo de Pretória e o seu partido sonham também com a hipótese da acomodação dos dirigentes do ANC.

Ao passear pelo luxuoso e sossegado bairro do meu

hotel, em Rosebank, contemplando esplêndidas mansões e percorrendo as lojas de modernos e belíssimos centros comerciais, meditei muito sobre os jogos invisíveis da estratégia do Partido Nacional. Preservar aquele modo de vida é para uma ponderável parcela da minoria branca um objectivo básico. No PN não há dúvidas sobre o vencedor das eleições. Por isso mesmo, o figurino do governo provisório de unidade nacional se tornou já obsessão para os dirigentes das várias facções do Partido Nacional. Amolecer, passe a palavra, o espírito de luta do movimento histórico cuja unidade e heroísmo no combate contribuíram decisivamente para o desmantelamento jurídico do *apartheid* é agora meta dessa gente.

Ao avistar alguns acampamentos de barracas de lata (squatter camp), onde se amontoam em condições de espantosa miséria milhares de párias (são mais de 200 000 pessoas somente na área da grande Joanesburgo), imaginei a força do potencial de revolta acumulado nesses mostruários da opressão social e da degradação humana.

É legítimo e inevitável que não apenas esses desgraçados mas as grandes maiorias que sofrem duramente a miséria esperem de um governo do ANC, isto é, do seu Movimento, a satisfação de necessidades elementares.

Esse será o grande desafio logo após a instalação da Assembleia Constituinte. Os dirigentes do ANC e do Partido Comunista com quem falei foram categóricos na afirmativa de que o futuro Governo Provisório de Unidade Nacional terá de investir maciçamente em sectores-chave como a habitação, o ensino e a saúde. Não podendo proceder a uma redistribuição da riqueza que reduz as enormes clivagens sociais, a única forma de redistribuir será o campo dos equipamentos sociais que imprimem dignidade à vida. Essa será a primeira prioridade numa situação histórica de viragem. Mas será igualmente uma prova difícil de ultrapassar.

John Maynard Keynes enunciou uma evidência teórica ao sublinhar que o investimento público na construção e em infra-estruturas de serviços sociais (como a saúde e o ensino) gera emprego, aumenta o consumo e estimula, portanto, o crescimento económico. Na prática, porém, uma política de resposta à esperança e às justíssimas reivindicações dos mais desfavorecidos, autênticos proletários do fim do segundo milénio, exige uma colaboração, por mínima que seja, do grande capital. Até onde estará ele disposto a cooperar, ou, pelo menos, a não sabotar esse esforço gigantesco?

A resposta não é simples. Se o primeiro governo de maioria negra não conseguir corresponder à enorme expectativa gerada, à confiança nele depositada pela massa dos oprimidos — os sentimentos de frustração serão inevitáveis.

Mas não é também certo que influentes sectores do Partido Nacional estejam, à partida, interessados num malogro do governo de transição. A hipótese de desestabilização inquieta muitos dirigentes do PN, já preocupa-

dos com as consequências da prolongada recessão e alarmados com a desordem que vai pelo mundo.

Personalidades oficiais com quem falei expressaram temor de uma evolução desse tipo. Não foram explícitos, mas a sua esperança é outra, já citada: conquistar a burguesia negra e desvertebrar pouco a pouco o ANC, afastar gradualmente o Movimento das massas e das suas raízes libertadoras.

Não me parece que esse objectivo ambicioso



possa ser alcançado no diálogo com a geração que vai receber o testemunho das mãos dos combatentes históricos.

A mafia do AB

O perigo da desestabilização, que não deve ser subestimado, vem de outro lado, de grupos e forças que somam esforços no sentido de sabotar não o processo negocial em curso, mas os esforços tendentes a uma normalização global da situação existente na África Austral. Essas forças são muito heterogêneas, incluindo sectores diversificados da minoria branca. O leque abrange personalidades ligadas ao ministro Pik Botha, deputados do Partido Conservador, militares e altos funcionários colocados em postos-

viu crescer o índice de violência, sobretudo a violência que nasce da marginalidade, do desemprego, da miséria. A cidade dos arranha-céus repele, quase intimida. Ninguém circula de carro sem as portas trancadas. Nos hotéis cêntricos, os hóspedes são informados de que não devem sair depois do entardecer. Não há praças de táxis; é preciso chamá-los pelo telefone. Quanto ao serviço de transportes públicos, com excepção dos comboios e carrinhas que estabelecem a ligação com as *townships*, é praticamente inexistente. Nas próprias ruas, os brancos pouco se mostram. Saem directamente dos empregos para os seus carros, nas garagens interiores. Numa sexta-feira, ao fim da manhã, apenas vi passar um branco durante um quarto de hora, na avenida fronteira à sede do ANC, enquanto esperava pelo carro que me viria buscar. No seu coração, Joanesburgo parecia uma cidade negra. Pura ilusão. O poder económico permanece firme sob controlo hegemónico da minoria branca. O funcionalismo (branco nos escalões superiores e médios) será legalmente intocável para o futuro governo provisório, durante o período transitório de cinco anos. Os seis grandes grupos que controlam a economia nacional também não serão atingidos pela mudança do regime.

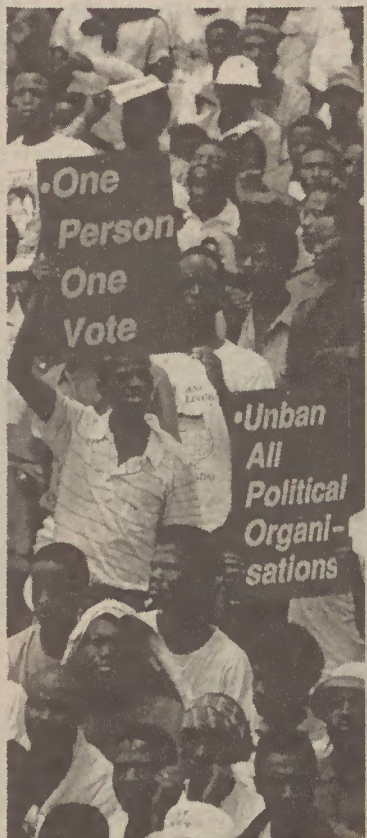
A minoria, que nas ruas sombrias e sujas de Joanesburgo (a área metropolitana, sem as *townships* negras, tem dois milhões de habitantes) não é visível, conserva um enorme poder, a capacidade de tomar decisões que condicionam a existência da maioria negra.

Soweto

Somente tive a oportunidade de percorrer a periferia de Soweto em visita guiada por um funcionário oficial. Vi o que me quiseram mostrar. No último fim-de-semana faltou tempo para entrar no gigantesco *township* em companhia de camaradas do ANC ou do Partido Comunista. Que vi? Certamente «o melhor» do Soweto, áreas que suportam vantajosamente a comparação com os bairros de barracas das cinturas de Lisboa e do Porto.

Entretanto, contrariamente ao que o meu acompanhante poderia imaginar ao fazer o elogio da qualidade das vivendas em quarteirões inteiros onde habitam famílias da burguesia negra, a minha conclusão não era abonatória do regime. A existência de autênticas mansões no Soweto somente confirma a abjecção do *apartheid*. Numa sociedade de classes como é a sul-africana, onde o grande capital detém um poder quase ilimitado, nem mesmo sendo multimilionários os negros estavam autorizados a residir entre os brancos. A cor da pele era suficiente para os condenar à segregação. A cidade branca estava-lhes vedada.

O Soweto carece quase totalmente de infra-estruturas. É mínimo o número de escolas secundárias e de hospitais e postos de saúde. Diz-se que a enorme *township* tem dois milhões de habitantes; mas ninguém sabe quanto gente ali vive. Sabe-se, porém, que o número de estabelecimentos



-chave e sobretudo uma autêntica mafia política concentrada no braço invisível de facção ultra do Partido Nacional, que actua na legalidade sob outras cores, as do Afrikaner Broedervond (União Africana de Irmãos), o AB, fundado em 1918, após a primeira greve de mineiros no Rand (v. caixa).

Não obstante a cobertura que lhe é dada pelos órgãos de comunicação social, dentro e fora do país, o AWB, de Terreblanche, é mais folclórico do que perigoso. Em visita à sua sede e conversando com um dirigente, confirmei essa convicção. São ridiculamente exibicionistas e carecem de dinheiro e apoio social. Pavoneiam-se carregados de armas e mostram com orgulho num grande mapa o organigrama do seu «comando militar» na área de Joanesburgo.

O AB é outra coisa...

A gaffe de Pik Botha

Ao falar com o ministro R. Pik Botha, na Cidade do Cabo, ouvi-o esboçar com muito optimismo um panorama do andamento da história na África Austral que reforçou as minhas apreensões no tocante à amplitude das actividades não legais que no país são desenvolvidas paralelamente ao processo negocial.

Dirigindo-se aos deputados portugueses (que recebeu com um feixe de elogios todos os azimutes), não se limitou a traçar um quadro da conjuntura político-social do país. Manifestou a sua firme convicção de que a situação geral tende a evoluir para a criação a médio, ou mesmo a curto prazo, dos Estados Unidos da África Austral, um conjunto de 12 países que seria no Continente Africano algo não exactamente similar à CEE, mas uma estrutura federal que, pela força dos vínculos políticos, económicos e institucionais, se transformaria rapidamente numa grande Comunidade. Obviamente liderada pela África do Sul...

Foi grande o meu espanto. O que me inquietou não foi Pik Botha acreditar na viabilidade do projecto. Surpreendeu-me e preocupou-me a naturalidade com que expôs esse seu sonho, dirigindo-se a parlamentares estrangeiros. Afinal, Pik Botha é o ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo de minoria branca que, a serem concluídas com êxito as negociações multipartidárias, desaparecerá após as eleições para a Assembleia Constituinte, antes de transcorrido um ano. Certamente está consciente de que o seu projecto dos Estados Unidos da África Austral é considerado coisa não séria (para não empregar palavra mais dura) pelos dirigentes do ANC.

Por que motivo, então, pondo de lado as cautelas próprias de responsável pela actual política externa da África do Sul, baixou a guarda e pronunciou palavras tão irresponsáveis?

Estaremos apenas diante de uma prova suplementar de arrogância?

Não tenho resposta para a pergunta. O episódio, a roçar pelo ridículo, ficou-me na memória como um alerta mais para os perigos invisíveis da dramática situação que a África do Sul vive em vésperas de uma viragem marcada por uma enorme esperança e muitas indefinições.

As coisas estão a mudar rapidamente. Mas o perfil da África do Sul no final do milénio é ainda uma incógnita.

Da conspiração interna à intervenção em Angola

Vrye Weekblad, um jornalista sul-africano, acaba de divulgar uma série de documentos importantes sobre a estratégia do Afrikaner Broederbond, o AB, a mais activa e perigosa das organizações da extrema-direita da África do Sul.

Esses textos — posteriormente resumidos no Boletim «Facts and Reports» (vol. 23 N.º C, 5.2.93) — vieram chamar a atenção para aspectos desconhecidos da actividade conspirativa desenvolvida pelo AB.

A linha do partido foi discutida em reunião secreta no Norte do Transvaal, na qual se aprovaram algumas orientações básicas:

1. O AB apoia oficialmente a política de F. de Klerk no tocante à criação de um Estado unitário, rejeitando a tese do Partido Conservador, favorável à manutenção de um desenvolvimento separado numa estrutura confederal

2. O AB não se opõe ao projecto do Governo Provisório de Unidade Nacional com partilha do poder na Assembleia Constituinte.

3. AB entende que a carência de quadros do ANC favorecerá o Partido Nacional na distribuição das tarefas a serem executadas. Os elementos do AB colocados na Administração podem desempenhar papel-chave.

4. O AB defende o máximo de descentralização possível com a maior concentração de poderes nas mãos dos futuros governos regionais, garantidos pela nova Constituição.

5. O AB tentará estreitar ainda mais as suas relações com o Inkatha Freedom Party e o seu líder Buthelezi.

O AB previu cinco cenários possíveis para o futuro próximo. Quatro desembocam em situações de anarquia, intervenção estrangeira, sanções, golpe militar ou revolução. O quinto configura uma «solução democrática negociada» — é a expressão usada — que garanta os direitos das minorias e inclua a exis-

tência de duas Câmaras, conforme a proposta do Partido Nacional.

O AB considera que as chaves do futuro continuarão nas mãos dos brancos se eles estiverem à altura do desafio.

Com duas faces — a pública e a secreta — o AB é presidido pelo ex-reitor da Rands Afrikaans University, prof. J. de Lange. Entre os seus dirigentes mais destacados figuram o rev. Pieter Bingle, da Igreja Reformada Holandesa, reitores de cinco universidades, e numerosos professores universitários, advogados e editores.

As revelações sobre Angola

Na sua edição de 13 de Fevereiro p.p., o influente diário britânico «Guardian» publicou um artigo com revelações extremamente comprometedoras sobre o envolvimento secreto da África do Sul em Angola, em apoio da Unita.

O texto, de 1800 palavras, assinado por David Beresford, Andrew Meldrum e Tom Minney — correspondentes em Joanesburgo, Harare e Windhoek —, abre com muitos pormenores sobre a contratação em Pretória, por um tal Eben Berlow, de 100 ex-soldados sul-africanos. Posteriormente foram enviados para Angola com a missão de «guardarem instalações petrolíferas». Três deles foram mais tarde feridos em combate no Soyo e retirados para a capital da Namíbia. A reportagem informa que Sean Cleary, ex-adido militar da África do Sul em Washington, foi o cérebro da Operação Agree, desdobrável em duas fases. A primeira consistia em manter a Namíbia sob controlo económico e financeiro da África do Sul após a independência e o fim do apartheid.

Cleary abriu escritórios em Londres, Bonn e Paris. A segunda fase — segundo declarações prestadas ao «Guardian» por Nico Basson —

membro dos serviços secretos da África do Sul — a Operação Agree esteve ligada às eleições angolanas. Cleary instalou-se em Luanda, no Hotel Tivoli, e parece ter desempenhado um papel importante na preparação da tese de Savimbi (?) sobre a partilha do poder entre o MPLA e a Unita, divulgada durante a visita a Angola do ministro Pik Botha.

Na primeira semana de Novembro, após a derrota da tentativa de golpe da Unita, em Luanda, Cleary foi preso no hotel e expulso sumariamente do país, enquanto o ministro Pik Botha era declarado *persona non grata*.

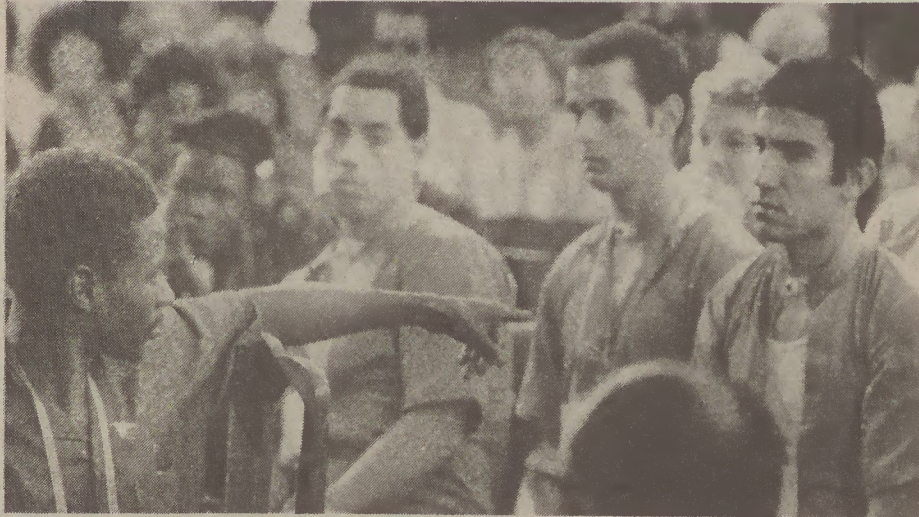
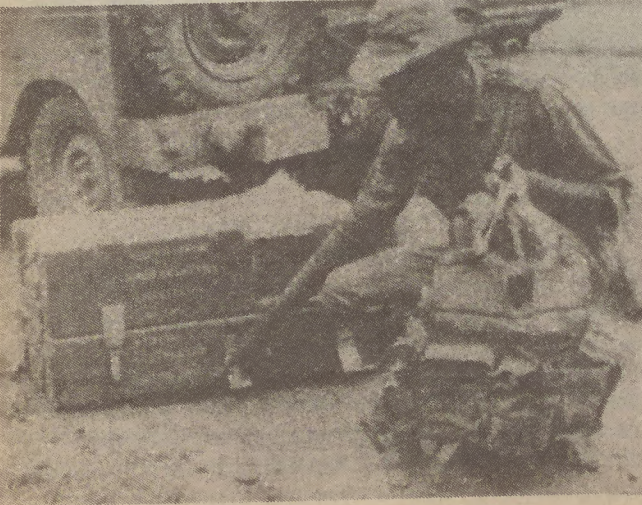
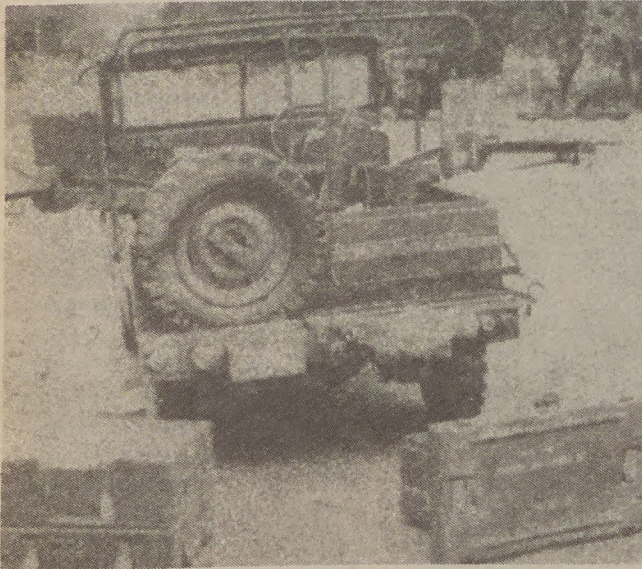
A parte final da reportagem inclui minuciosa e abundante informação sobre o trabalho clandestino da organização de voos secretos que nos últimos meses asseguraram à Unita um abastecimento permanente de armas, munições e alimentos.

As operações exigiram uma rede de cumplicidades na Namíbia, no Zaire, na Zâmbia, em Zimbabwe e Botswana, sendo obviamente dirigidas pelo *lobby* sul-africano que as concebeu e financiou. Pelo menos duas companhias de *charters* levaram armas para a Jamba: a Northern Commercial Aviation e a Wonder Air.

O aeroporto de Wonderboom foi utilizado para voos nocturnos. A mais importante empresa produtora de armas da África do Sul, a Armscor, assinou volumosos contratos, com intermediários, para fornecimento à Unita de equipamento bélico.

Por si só, o artigo do «Guardian», de Londres, tira toda a credibilidade às repetidas tomadas de posição do ministro Pik Botha negando qualquer tipo de apoio à Unita. Carradas de motivos têm o ANC e o Partido Comunista da África do Sul ao denunciarem a continuação da ajuda ao partido de Jonas Savimbi.

M.U.R.



O ANC e o Partido Comunista têm carradas de motivos ao denunciarem a continuação da ajuda da África do Sul à Unita



Reforma curricular: uma crise que urge ultrapassar

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP tem acompanhado com especial atenção, no corrente ano lectivo, a generalização da reforma curricular nos 2º, 5º e 7º anos de escolaridade básica.

Prevista desde a aprovação, em 1986, na Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo, a reforma curricular deveria constituir, a par de outras medidas igualmente necessárias, um dos eixos de democratização e de modernização da escola portuguesa. Os jovens necessitam de um ensino que os prepare para a vida, o país necessita de um sistema educativo que, pela sua qualidade, seja um dos factores do desenvolvimento e do progresso social. Contudo, a actuação dos governos do PSD em matéria de reforma educativa tem sido, no fundamental, lamentável. Abundam a incoerência e a descoordenação, a falta de medidas estruturais de suporte de uma reforma real, discursos demagógicos, a incapacidade de diálogo com as restantes forças políticas e com os intervenientes sociais mais directamente interessados (alunos, professores, pais), uma inqualificável ignorância científica e técnica em matéria de educação.

A via trilhada pelo PSD e pelos seus ministros da Educação tem, porém, uma elevada coerência se se admitir que os seus objectivos não declarados são, em matéria de reforma educativa, os seguintes:

1. Desvalorizar a escola pública, em geral, e o ensino básico, universal e obrigatório de 9 anos, em especial;
2. Descapitalizar o ensino público, estrangulando o crescimento dos meios financeiros que o suportam e inculcando a ideia de que "quem quer educação, paga-a";
3. Responsabilizar pelo insucesso dos jovens e pelo fracasso do sistema de ensino todos, menos o Governo: professores, pais, autarquias, os próprios jovens, etc.;
4. Realizar uma convergência totalmente fictícia, fundada em estatísticas mentirosas, do sistema educativo português com os sistemas educativos dos países da CEE - em termos de "sucesso" na escola e de níveis de escolaridade realizados.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP orientou nos últimos meses um trabalho de levantamento das situações vividas em escolas de Norte a Sul do país no respeitante à generalização da reforma curricular. Tal trabalho em que se empenharam professores militantes do PCP, permitiu recolher dados relativos a centenas de escolas de todo o país e permite agora enunciar os traços de caracterização da situação crítica em que a reforma curricular se encontra e propor as medidas que se impõem para a ultrapassar.

I — Os novos objectivos curriculares e a falta de meios estruturais para a sua concretização

Em termos gerais, as finalidades e objectivos propostos para o ensino básico de 9 anos e para cada um dos três ciclos que o integram merecem a adesão dos professores e das escolas. Fazendo depender a renovação curricular mais da expansão das metodologias activas de ensino/aprendizagem do

que de profundas alterações dos conteúdos a ensinar, as concepções triunfantes a este nível parecem ter vindo ao encontro de expectativas e de desejos antigos e maioritários entre os professores.

Neste plano, muitos professores assinalam apenas (e é importante tê-lo em conta) a incongruência entre o apelo ao uso de metodologias activas, em que aos alunos sejam proporcionados os tempos, a orientação e os meios para aprenderem fazendo eles próprios o seu caminho e a extensão excessiva de alguns conteúdos a aprender, o que geralmente leva à opção por métodos tradicionais de ensino expositivo.

O maior desafio proposto pelos novos planos curriculares, face a uma tradição de compartimentação dos saberes muito arraigada na escola portuguesa, é constituído pela Área-Escola: supõe-se que o professor ou o conjunto dos professores de uma classe/turma desenvolvam com todos os alunos da mesma um projecto de natureza interdisciplinar. A concretização desta área está a ser, em geral, deficiente: a organização actual da escola (sobrelotação dos espaços; divisão dos tempos), o primado da lógica administrativa sobre a lógica pedagógica na maioria das escolas, a impreparação dos professores, deficiências na articulação horizontal entre os programas das várias disciplinas de um mesmo ano de escolaridade, a atrofiação dos recursos educativos, tudo conduz ou a actividades sem grande potencial inovador e formativo ou, mais drasticamente, à inibição de qualquer acção. As excepções a esta regra existem, mas são raras.

Um outro aspecto preocupante dos novos currículos é o facto de não se assistir à sua generalização na íntegra: não há ainda novos programas na disciplina de Inglês; a nova disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social não saiu ainda da fase de experiência em poucas escolas, nem se sabe quando se fará a sua generalização; o que revela que para o Ministério da Educação os novos currículos não constituem um todo mas uma "manta de retalhos avulsos" que se podem ir concretizando em momentos bem diversos do tempo.

Uma opção muito discutível do Governo - e que no limite se pode considerar que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo - foi a de, ao nível do 3º Ciclo, permitir que os alunos optassem ou pela disciplina de Educação Tecnológica ou por uma 2ª Língua Estrangeira ou por Educação Musical. Neste quadro, e dados os estereótipos culturais que ainda vigoram na sociedade portuguesa, a esmagadora maioria dos alunos que estão frequentando o 7º ano escolheu o estudo de uma 2ª Língua Estrangeira, em detrimento da formação tecnológica que, entretanto, se reconhece geralmente ser indispensável ao desenvolvimento integral dos jovens.

II — O novo sistema de avaliação - uma concepção perversa o papel da escola

O novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico é certamente a opção mais discutível e de consequências mais profundas e gravosas no cenário da actual reforma curricular.

Despidas as escolas de todas as condições necessárias para o reforço das condições de aprendizagem dos alunos que revelam dificuldades, está estabelecido que aqueles transitaram de ano mesmo não tendo aprendido o mínimo tido como exigível.

Ao fim de 9 anos de escolaridade, duas formas de os alunos concluírem a escolaridade obrigatória: ou com um diploma de aproveitamento ou com um certificado de assiduidade.

A perplexidade e a confusão estão instalados entre os professores e entre os pais. Medidas de última hora, quase no fim do 1º período, vieram finalmente esclarecer como se procederia ao registo da avaliação dos alunos - eram, em parte, aberrantes e no todo, chegavam fora de qualquer prazo aceitável. De tal modo a situação foi caótica que o Ministério da Educação acabou por recuar, consentindo que cada escola fizesse, afinal, como quisesse ou pudesse.

A questão de fundo, porém, persiste: para o actual Governo, combater o insucesso escolar equivale a

decretar o "sucesso", mesmo que este só vise melhorar as estatísticas "para ingleses e outros verem". Ou, cinicamente, fazer passar todos os jovens dos 7 aos 15 anos pelos bancos da escola, para convencer uma parte deles de que se não aprenderem a "culpa" é deles que não estudam, dos pais deles que não os obrigam a estudar, dos professores que não os sabem ensinar, das escolas que não têm imaginação para se estruturarem e fazerem o impossível - omoletes sem ovos.

Como os efeitos sociais do novo sistema de avaliação só começarão a ver-se daqui a três ou mais anos, o Governo pensa poder escapar às tempestades dos ventos que agora semeia. No intervalo, apresenta-se ainda por cima, como o justiceiro implacável que liberta crianças e jovens da fúria castigadora dos professores. Seria só um insulto à inteligência se não fosse também um insulto à maioria dos que fazem funcionar o sistema educativo.

III — A evolução da subjectividade dos principais construtores da reforma curricular

As expectativas positivas que a maioria dos professores, dos jovens e das famílias alimentaram quanto à possibilidade de um sistema educativo melhor, de uma escola renovada onde fosse gratificante trabalhar e aprender, de maior e mais pleno sucesso para os jovens, estão hoje profundamente abalados. Por vezes, e lamentavelmente, a recusa da actual reforma, deprimente e frustrante em muitos aspectos, leva uns à ideia de que nada mudou, outros, à convicção de que, afinal, só se pode mudar... para pior. A responsabilização dos professores e das escolas por tudo o que está mal no ensino que o actual Governo vem ensaiando sistematicamente na sua propaganda, leva necessariamente ao bloqueamento das principais forças com que o progresso da educação pode contar: os professores e o seu empenhamento profissional criativo.

É possível fazer uma reforma curricular de qualidade

Perante o quadro preocupante que acaba de ser traçado apenas em linhas muito gerais, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP considera que se impõe a inflexão urgente da actual política educativa e a tomada de medidas que viabilizem uma reforma curricular de qualidade.

São medidas de primeira prioridade, nomeadamente as seguintes:

1. Informar e formar adequadamente os professores para a concretização dos objectivos e das metodologias previstas nos novos currículos, em geral, e nas vertentes mais inovadoras, em especial (Área-Escola; Desenvolvimento Pessoal e Social);
2. Sensibilizar os jovens e as famílias para os objectivos de renovação do ensino básico, por forma a obter a sua adesão esclarecida e a sua participação;
3. Reduzir a extensão dos conteúdos dos programas de algumas disciplinas, equacionando essa extensão com os objectivos a alcançar e as metodologias recomendadas.
4. Dotar as escolas dos diversos ciclos do Ensino Básico de condições de organização (espaços, tempos e recursos) viabilizadoras das principais inovações previstas nos novos currículos, o que em grande número de casos significa diminuir o número de alunos por escola e por turma, reforçar os orçamentos das escolas e apetrechá-las com os equipamentos educativos necessários à modernização do ensino;
5. Rever e alterar o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico em vigor, criando um sistema socialmente credível e pedagogicamente sustentado por inovações urgentes a introduzir, nomeadamente:

— diminuição do número de alunos por professor nos 2º e 3º ciclos;

— aprofundamento da formação dos professores no domínio da avaliação e no domínio da concretização de percursos adequados para os alunos a quem sejam devidas actividades de apoio pedagógico acrescido;

— consideração de que todos os jovens têm direito ao sucesso escolar em cada ano e ciclo da escolaridade básica e que isso não é compatível com uma possível acumulação de insucessos de ano para ano, nem com a solução final de saída da escola com um mero certificado de frequência (socialmente equivalente a um certificado de insucesso).

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP ao mesmo tempo que reclama do Ministério da Educação que assuma as responsabilidades que lhe cabem na orientação da reforma curricular de qualidade, de que Portugal necessita, alerta os principais interessados - estudantes, professores, pais, autarquias locais - para a necessidade de uma intervenção sistemática e reivindicativa nesta matéria.

08.03.93

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP



Abertura insólita



Percebe-se por que milhares de pessoas acorreram ao Centro Cultural de Belém, no dia da sua abertura ao público. É que foram anos a ouvir críticas e elogios sobre aquela que é talvez a obra mais polémica do cavaquismo e, nestes casos, o senso comum obriga a que na primeira oportunidade se vá ver para crer. E depois, esta curiosidade é mais do que justificada - afinal sempre foram gastos 40 milhões de contos dos contribuintes.

Há muito, certamente, que o Jardim das Descobertas não assistia a tal invasão de condutores que, não encontrando o esperado estacionamento subterrâneo e sucumbindo ao desespero e à impaciência da família, abandonavam as viaturas no eixo da via ou nos passeios, alinhadas em espinha. Outros, que nem essa sorte tiveram, soltaram os passageiros e circulavam lentamente na esperança de um lugar que entretanto vagasse.

A afluência ao edifício era tal que fazia lembrar uma peregrinação para pagar uma promessa antiga. No átrio interior, via-se um palco improvisado e alguém tinha dependurado nas paredes uns enormes bonecos insuflados, a que poucos davam importância. O programa anunciava música e teatro - nada que não pudesse ser feito numa qualquer praça pública deste país.

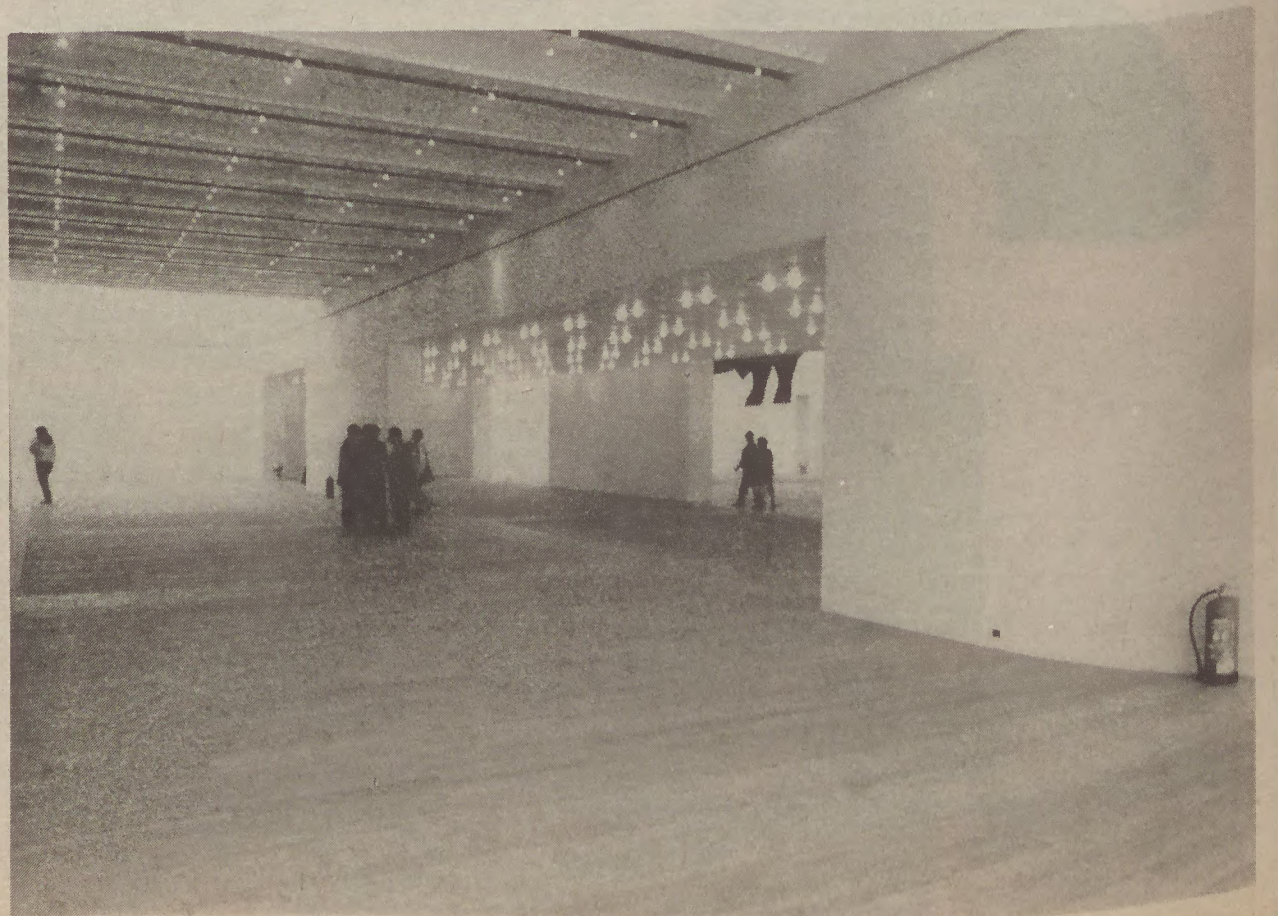
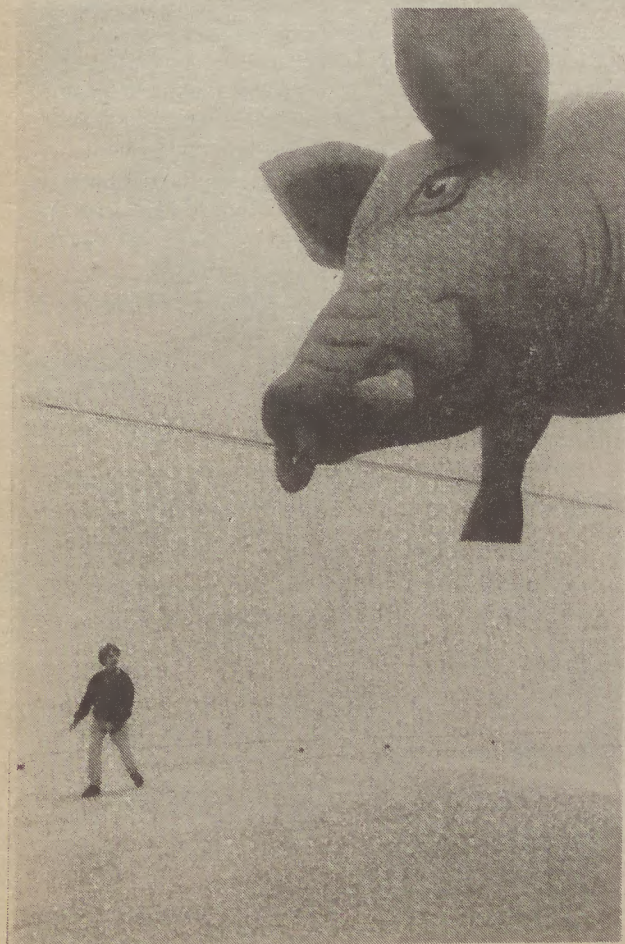
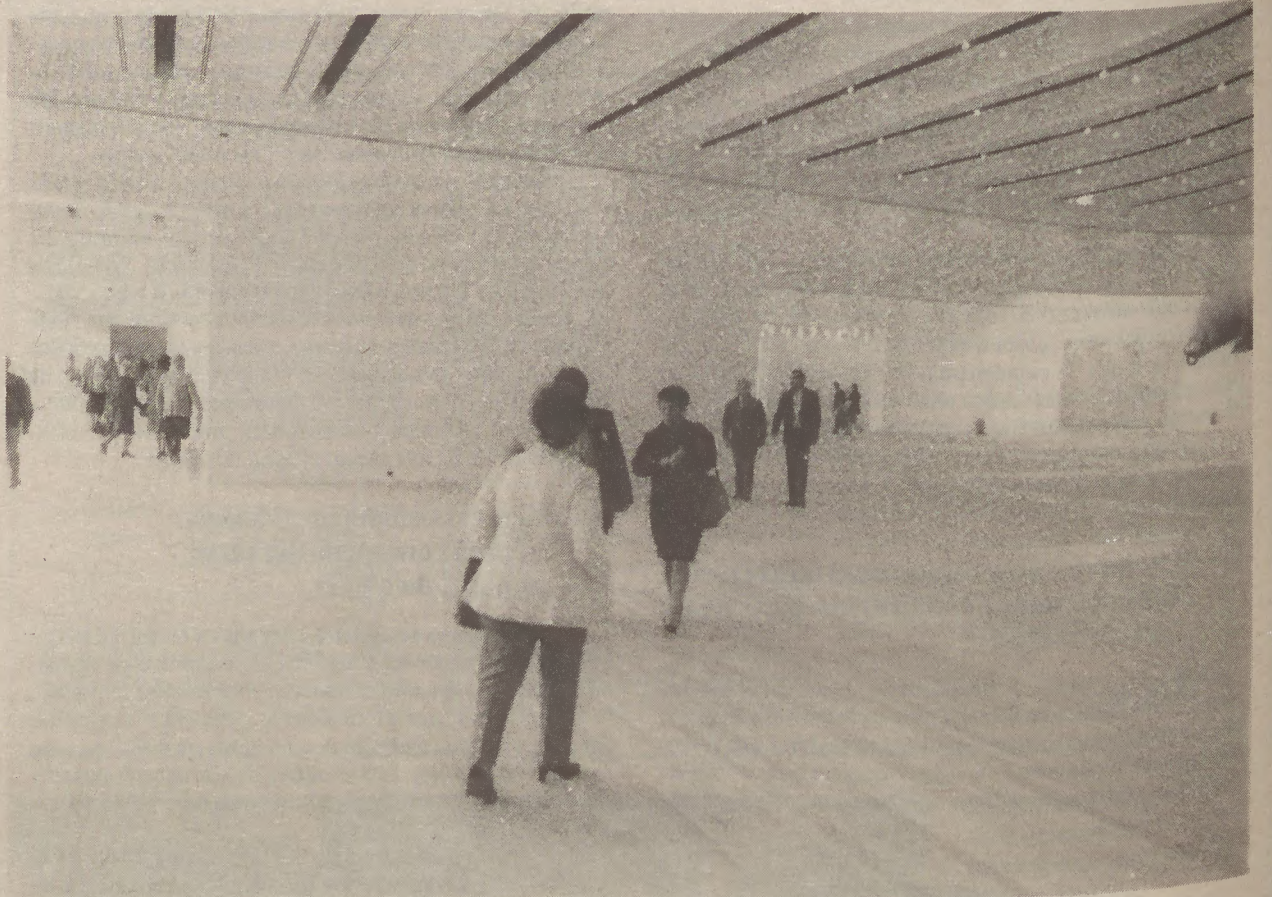
Decididamente, a multidão estava mais interessada no interior da construção faraónica, cujas portas congestionadas dificultavam o acesso.

Lá dentro, no entanto, a desilusão era total: apenas pessoas, muitas é verdade, a olhar para os amplos espaços vazios, paredes desnudadas, com ar de quem anda à procura de casa para alugar.

Semeados ao acaso, havia mais insufláveis em segunda mão, com a pintura estragada noutras paragens, e garantiram-me que estava patente uma exposição de Vieira da Silva com três quadros!...

O efeito produzido era, no mínimo, insólito. Então tinham aberto o Centro Cultural para mostrar o quê?! Isto nem a brincar, pensei já de saída.

■ CN



Gazetilha

Passa, por entre os versos, uma lágrima...

Há coisas que eu francamente não entendo mesmo nada. Diz agora muita gente que a Europa no presente está muito complicada!

É o caos!, há até quem diga. Cá pra mim é tudo intriga. Sobe o clamor da queixa? Ora, venha a massa! A alma? Deixa. Isso passa...

Pestes

Li num jornal li com delícia uma notícia sensacional: já debelada estava a maligna peste suína excomungada. Isto dizia o tal jornal mas afinal tal não seria pois na TV a governagem a ministragem é o que se vê. TV mofina contagiada pela malvada peste suína...

Remodelação?

Já se diz (e entre o dizer e o fazer que degraus vão?) que Cavaco quer fazer a tal remodelação (e entre o querer e o fazer quantos embaraços vão...) mas lá que quer, isso quer remodelar a função. Dentro do seu frágil lenho cisma ele mais bisonho: — Se retiro os que lá tenho quem diabo é que eu lá ponho? E lá vai ele consigo pensando sobre tais pestes: — Com esses tais, corro o perigo de serem melhores do que estes... Se não há outros mais tolos comam estes os seus bolos fiquem lá os que lá estão o que é que se há-de fazer...

Eis porque não vai haver a tal remodelação.

A çollucção deles...

Sábio, o Ferraz da Costa lança o aviso para salvar as contas do rosário: se não queremos as crises, o salário mais baixo e caladinho é que é preciso.

O Braga de Macedo, o mesmo guizo pendura no granizo extraordinário diz que só com salário de usurário podemos atingir o paraíso...

Há sempre algum fulano ou algum cicrano que loas canta ao novo "rosto humano" do Capital, por essa Europa a esmo.

Capital que, sem creme e sem chinó, deixa cair a máscara no pó e às claras mostra a fera que ele é mesmo.

A nota fraca

No "Grande Júri" da TSF com Carlos Carvalhas, a nota fraca foi Fernanda Mestrinho.

Não se contesta o estilo fútil e impertinente adoptado pela jornalista, no jeito de quem quer aligeirar. Contesta-se o baixíssimo nível com que, no caso vertente, o interpretou, com perguntinhas saloias do género: "Também está contente, como o dr. Álvaro Cunhal, com a situação existente na Rússia que mostra que o passado é que era bom?". Ou outra: "Quem é melhor, Gorbatchov ou Ieltsin?". Ou outra ainda: "Continua a pensar que Cuba é um oásis?"

A que papel se presta esta jornalista de inegável talento! E em nome de quê?

Ao concurso Casa Cheia!

Nas "Cartas ao Director" do "Público" uma leitora protesta contra "mais um dos habituais díslates do dr. António Barreto, agora a propósito dos juizes". Segundo diz, "o 'olimpismo' e a ambição de 'universalismo do conhecimento' de que parece sofrer o dr. António Barreto leva-o a cometer deselegâncias e a falar do que não sabe e não conhece".

António Barreto, apanhado em flagrante prática do disparate, não foi capaz de sustentar as opiniões emitidas e tentou fazer ironia.

O "Público" é que vai ter problemas de espaço se pega a moda de contestar por carta os "díslates" de

António Barreto. Uma sugestão: mandem o "sabichão" ao concurso Casa Cheia!

De zero a dois mil

O mesmo facto - um assalto armado à dependência da Quarteira (Algarve) da União de Bancos Portugueses - sofreu dois relatos jornalísticos com uma discordância entre o zero e os 2000 contos o que, nos tempos que correm, não é coisa de somenos. Passamos a transcrever. Segundo o "Diário de Notícias", "a dependência de Quarteira da União de Bancos Portugueses foi ontem assaltada por dois indivíduos encapuçados e armados com um revólver e uma faca de cozinha, respectivamente, que fugiram sem levar qualquer dinheiro. Fonte da GNR de Loulé adiantou ao DN que os assaltantes entraram no banco provavelmente de madrugada através de uma janela das traseiras, que abriram com um pé de cabra..." etc., etc.

Diz o "Público": "A delegação da União de Bancos Portugueses (UBP) de Quarteira foi ontem de manhã assaltada à mão armada por dois homens encapuçados, que fugiram numa mota de 'cross' com mais de dois mil contos em 'traveller-cheques'. Mas, se esperassem alguns segundos pela abertura do cofre-forte, poderiam ter roubado milhares de contos..."

Nesta discrepância jornalística alguém, obviamente, se enganou. Outra evidência é que, com

o "Público", os ladrões ficam a ganhar...

"Sic"

Esta é uma "sic" da SIC. Dizia, nela e no princípio da semana, um esforçado jornalista a que, desgraçadamente, nos escapou o nome, que, na crise da Rússia, "o Exército se afirmou neutro ao lado de Ieltsin". É como tanta Comunicação Social que por aí anda, operadores de televisão incluídos: são sempre muito neutros... ao lado de alguma coisa. Normalmente de onde sopra o vento.

Facciosismo

Vicente Jorge Silva anda a apanhar bonés ou é o facciosismo partidário que o cega? Então, dá na primeira página do «Público» a demissão, do PCP, de Oliveira Dias e dissimula nas páginas internas do seu jornal a notícia muito mais bombástica de que o presidente da Câmara de Penafiel, Justino do Fundo, se passou com armas e bagagens do PS para o PSD!

Na mesma linha de facciosismo partidário, censura o mesmo Vicente Jorge Silva todo o material relativo à última conferência de imprensa da Comissão Política do PCP, que continha aspectos inegavelmente inovadores na análise da crise económico-social. É isto objectividade ou manipulação de informação?

frases da Semana

"Lisboa precisa de uma grande animação nocturna."

☛ (Macário Correia - «O Diabo», 23.03.93)

"A camada jovem é inteligente."

☛ (idem)

"Macário Correia parte para este desafio numa posição difícil, ao enfrentar um presidente da Câmara que, por oposição a Krus Abecasis, tem obra feita."

☛ (Carlos Pimenta - «Expresso», 20.03.93)

"Nada distingue o socialismo da social-democracia."

☛ (José Lamego, secretário nacional das relações internacionais do PS - «O Diabo», 23.03.93)

"O Dr. Savimbi é a única forma de poder dentro da UNITA. Mas também é verdade que não há homens insubstituíveis."

☛ (Idem)

"Hoje, o CDS tem uma equipa que não desanima, não verga e não faz birras."

☛ (Manuel Monteiro, nas Caldas da Rainha - «Público», 22.03.93)

"Nunca se sintam desiludidos com aquilo que fazemos."

☛ (Idem)

"Quem não se deixa impressionar é Cavaco Silva. Fabricou um verbete decisivo para o dicionário político: forças de bloqueio são todas aquelas que abusivamente tentam entrar a normal e legal actividade de quaisquer órgãos de soberania."

☛ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 14.03.93)



AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Buraca, com a participação do camarada Júlio Filipe - hoje, quinta-feira, às 21.30, no Polidesportivo da Buraca.

Plenário de militantes da freguesia da Brandoa - no Centro de Reformados da Brandoa, sexta-feira às 21.00, com a participação do camarada António Andrez. Reunião de responsáveis de Fundos do concelho com o camarada Euclides Pereira - no CT da Amadora, sexta-feira às 21.30.

Reunião da CDU da Venteira - sábado.

BARRERO

9ª Assembleia da Organização da Freguesia do Barreiro: no Centro de Trabalho da R. Vasco da Gama, sábado às 15.00. 2ª Assembleia da Organização do Alto do Seixalinho: no Centro Sociocultural da Comissão de Moradores do Bairro 3, sábado às 14.30.

BRAGANÇA

72º aniversário do PCP: convívio comemorativo no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Lopes. Domingo, às 16.00.

ENCONTRO CONVÍVIO DA CDU DO CONCELHO DE LOURES

27 DE MARÇO

14.15H
LOURES
PAVILHÃO
PAZ E AMIZADE

No encontro estará presente Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP

CASCAIS

3ª Assembleia da Organização do PCP na Freguesia do Estoril: domingo a partir das 15.00 no Centro de Trabalho de Cascais, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

Alcabideche - Reunião dos eleitos do PCP na CDU para análise e balanço do trabalho realizado na freguesia e no concelho: sábado às 10.00 no Centro de Trabalho de Alcabideche.

Cascais - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Romeu do Rosário: no Centro de Trabalho, sábado às 15.00. Sida - a peste do séc. XX: debate pro-

movido pelas organizações do PCP e da JCP de Cascais, no Centro de Trabalho, domingo às 16.30, com a participação dos médicos João Fróis, Ramon La Féria e Lurdes Gonçalves.

COIMBRA

Debate: "O resurgimento do racismo, da xenofobia e do fascismo na Europa dos anos 80" - sexta-feira às 21.30, no Salão das Piscinas Municipais, com a participação do jornalista José Goulão.

ÉVORA

Visita de informação sobre questões de Saúde dos deputados Lino de Carvalho e Luís Peixoto

Agenda

Lisboa

Sábado CT Vitória — 10h.
Encontro Nacional de Médicos

e de dirigentes locais do PCP aos concelhos de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora: segunda-feira, dia 29.

FARO

Visita de Carlos Carvalhas a Aljezur, Vila do Bispo, Portimão e Silves - sexta-feira, dia 26:

Aljezur - das 9.00 às 12.30; Vila do Bispo - das 15.00 às 16.30; Portimão - às 19.30, jantar de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho; Silves - Sessão de esclarecimento na FUSSUL, às 21.30.

GONDOMAR

Reunião da CDU de Fânzeres - no Centro de Trabalho do PCP, sexta-feira às 21.30.

GRANDOLA

Encontro concelho da CDU: sábado às 15.30, no salão da Cooperativa de Consumo, com a participação de Carlos Humberto, do CC do PCP.

LISBOA

Debate sobre Segurança Social, promovido pelos Reformados da Cidade de Lisboa: no Centro de Trabalho Vitória, sexta-feira às 14.30, com a participação do camarada Manuel Ramos.

Plenário da CDU da freguesia de Alvalade, com a participação de Luís Fernandes: no CT da Av. António Serpa, sexta-feira às 21.00.

Marvila - Plenário de militantes residentes nos Bairros com processos de realojamento na CML: no Centro de Trabalho local, sábado às 16.00.

Assembleia da Organização dos Professores da ORL: no CT Vitória, sábado a partir das 14.00.

Lumiar - Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas: quinta-feira, dia 1, às 16.00, no Centro de Trabalho local.

Visita de eleitos da CDU a Carnaxide: sábado a partir das 15.00.

Plenário da CDU da freguesia de S. Sebastião da Pedreira: no CT da Av. António Serpa, segunda-feira às 21.00.

LOURES

Encontro-convívio de activistas da CDU, sábado, no Pavilhão Paz e Amizade: balanço do trabalho realizado, linhas de orientação para a campanha eleitoral, apresentação do candidato da CDU à presidência da Câmara. Participa o camarada Carlos Carvalhas, que intervém no encerra-

mento, cerca das 17.00.

MARINHA GRANDE

Encontro concelho da CDU: na sede da EMBRA, sábado a partir das 14.30, com a participação de Luís Sá, que também estará presente na visita a obras realizadas e em curso no concelho (a partir das 10.00) e no almoço-convívio que terá lugar às 13.00 no CT do PCP.

MONTEMOR-O-VELHO

72º aniversário do PCP: almoço-convívio em Boleta/Carapinheira, no café-restaurante "O Paraíso", com a participação do camarada Sérgio Teixeira. Domingo a partir das 12.30.

ODEMIRA

72º aniversário do PCP: almoço comemorativo nas instalações da Cooperativa Agrícola de Vale de Santiago, com a participação dos camaradas José Soeiro e João Honrado, e jantar no Centro Social da Ribeira do Seissal, ainda com José Soeiro e com António José.

OBRAS

Plenário de eleitos da CDU no concelho: sábado às 15.00 no

Centro de Trabalho de Algé.

Plenário concelho de Reformados: no CT de Algé, quarta-feira às 15.00.

PORTALEGRE

Visita do camarada Álvaro Cunhal a localidades do concelho de Ponte de Sor:

- Longomel - Encontro com a população junto à sede da Junta de Freguesia. As 10.00.

- Tramagal - Encontro com a população junto às escolas pré-primárias. As 11.00.

- Montargil - Encontro com a população junto ao Centro de Trabalho do PCP. As 12.00.

Em Castelo de Vide, às 21.30, o camarada Álvaro Cunhal profere, a convite da Câmara Municipal, uma conferência sobre "O Tratado da União Europeia". No Cine-Teatro Mousinho da Silveira.

PORTO

2ª Assembleia da Organização das Zonas Ribeirinhas: na Casa da Cultura de Miragaia, hoje, quinta-feira, às 21.30. Participa como convidada a camarada Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU à Câmara do Porto.

SEIXAL

Paio Pires - "CDU presta contas", com a participação de eleitos na Junta de Freguesia e na Câmara Municipal: sábado às 15.00 na sede do Paio Pires Futebol Clube.

Na Quinta da Atalaia: no sábado, a partir das 15.00, encontro-convívio dos construtores da Festa do Avante!;

Álvaro Cunhal no distrito de Portalegre

sexta-feira

em Castelo de Vide, a convite da CM Conferência sobre O Tratado da União Europeia
Cine-Teatro Mousinho da Silveira às 21.30

*

sábado

em Ponte de Sor:

Longomel - Encontro com a população (junto da sede da JF) - 10h

Tramagal - Encontro com a população (junto das Escolas Pré-Primárias) - 11h

Montargil - Encontro com a população (junto do CT do PCP) - 12h

Carlos Carvalhas no Algarve

Sexta-feira, 26

Odeceixe: visita à Adega Típica e contactos com a população (9h 30).

Aljezur - encontro com o Presidente da CM e contacto com os trabalhadores da autarquia; visita ao Mercado (10h 45); visita ao Centro de Saúde e a obras municipais; almoço de apresentação do candidato CDU à presidência da CM.

Vila do Bispo - encontro com o Presidente da CM e contacto com os trabalhadores da autarquia; visita à Esc. Formação Profissional de Sagres, ao Porto da Baleeira e à Fortaleza.

Portimão - Jantar de apresentação dos candidatos CDU.

Silves - Sessão na FISSUL às 21.30.

no domingo, "Matança do Porco" - uma jornada de convívio durante todo o dia. Participa o camarada Álvaro Cunhal.

SETÚBAL

Plenário de militantes da célula da Solisnor, com a participação do camarada Octávio Teixeira. No Edifício Arrábida, sábado às 15.00.

SINTRA

Encontro da CDU da freguesia de S. Pedro de Penaferrim: nas instalações do grupo coral alentejano "Amigos da URCA", na A-brunheira, sábado às 15.00, com a participação do vereador Felício Loureiro e do eng. Bruno Soares.

Encontro CDU sobre Situação Social no Concelho de Sintra: no salão dos Bombeiros de Algueirão-Mem Martins, sábado às 15.00, com a participação dos vereadores Jaime da Mata e Lino Paulo.

Plenário concelho da JCP do concelho de Sintra: sábado às 15.00 no CT de Algueirão-Mem Martins.

SOBRAL DE MONTE AGRÃO

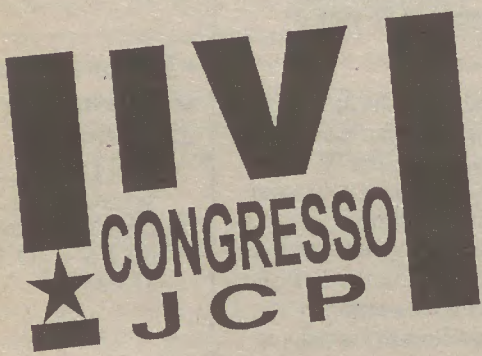
Visita ao concelho, promovida pela

CDU, no domingo a partir das 11.00, com a participação de eleitos, candidatos e outros activistas e ainda do camarada Octávio Pato. Almoço-convívio.

VILA FRANCA DE XIRA

"CDU presta contas": Eleitos e activistas em contactos com a população de A-dos-Loucos/S. João dos Montes - domingo às 15.00, CT de A-dos-Loucos; na Feira de Alverca e Mercado do Brejo - sábado a partir das 9.00; na freguesia de Póvoa de Sta. Iria - sábado às 15.00.

Plenário de militantes no Bom Sucesso/Alverca: no Centro de Trabalho local, sábado às 16.00.



Braga

Espectáculo comemorativo do 28 de Março - DIA NACIONAL DA JUVENTUDE com

Os Crápulas (Braga) • Fragmentos (Guimarães) • Filipe Miranda (Barcelos) Domingo às 15.00 no Coreto da Avenida Central

Caldas da Rainha

Reunião do colectivo - sábado, 18.00

Coimbra

Ensino Superior - Debate preparatório • Sexta-feira

Lisboa

Debate:

A situação na ex-Jugoslávia com

Domingos Lopes • Sexta-feira, dia 26, às 21.30 • na sede da JCP

Ensino Superior - eleição de delegados • Sexta-feira, 20.30, sede da JCP

Peniche

Reunião do colectivo - segunda-feira, 11.00

Seixal

Debate:

Toxicod dependência com

António Filipe • Carlos Soares • Judite Ramos • João Batalheira Domingo às 21.30 • no Auditório da JF da Amora

Setúbal

Debate:

Toxicod dependência

Santiago do Cacém - sexta-feira às 21.00 Baile da Juventude • Casebres - sábado

Exposição:

Artes plásticas ao vivo

Barreiro - domingo • (junto à estátua de Alfredo da Silva)

HOLANDA IV Reunião de Quadros do PCP na Europa

27 e 28 de Março com a participação do camarada Manuel Sobral



Avante!

ENCONTRO CONVÍVIO

Preparação da Festa do Avante! 1993



09.00 - MATANÇA DO PORCO

13.00 - ALMOÇO

15.30 - INTERVENÇÃO POLÍTICA COM O CAMARADA

ÁLVARO CUNHAL PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL

16.30 - MÚSICA POPULAR PORTUGUESA BAILE

18.00 - MOMENTO DO FADO

Cruzeiro no Zêzere

promovido pela Comissão Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa

Dias 3 e 4 de Abril

Preço por pessoa: 15 000\$00, incluindo viagem e refeições

Inscrições no CT de Arroios e pelo tel. 813 81 19

Excursão à Serra da Estrela

em confortável autocarro

Dois dias - 3 e 4 de Abril

Preço por pessoa: 3200\$00

Inscrições nos Centros de Trabalho de Setúbal, Faralhão e Praias do Sado

Agenda Televisão

Quinta, 25

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diaburas do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Com Jeito Vai na Farra (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.35 Grande Noite
- 22.40 Allô, Allô
- 23.10 Sexualidades
- 24.00 O Fogo de Gabriel
- 00.55 24 Horas
- 01.40 Remate
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.30 Os Roberts
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 Uma Questão de Consciência
- 15.20 Euroritmias
- 16.05 Os Árabes
- 16.05 Chá das 5
- 17.45 Carrusel
- 18.35 Acção em Miami
- 19.35 Ópera: «Pelleas e Mellisand»
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Maigret

Sexta, 26

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.15 Cynara - o Seu Único Pecado (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 O Aeroplano (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 24 Horas
- 00.25 Remate
- 00.45 Cavaleiros e Esmeraldas (ver «Filmes na TV»)
- 02.30 O Medo Vem do Escuro (ver «Filmes na TV»)
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 12.00 Walter e Emily
- 12.25 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.30 Agora Escolha!
- 15.00 Uma Questão de Consciência
- 15.35 Euroritmias
- 16.20 Odissia Animal
- 17.05 Chá das 5
- 17.55 Carrusel
- 18.40 Rotações

Sábado, 27

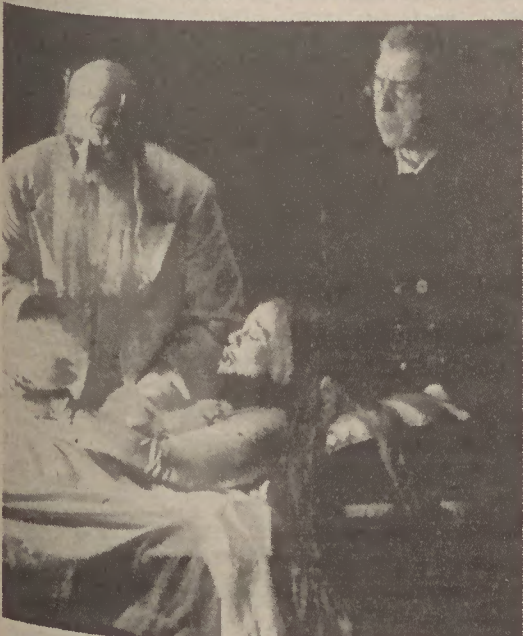
- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.00 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 13.50 Clube Disney
- 15.20 Jovens em Fuga (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Chefe, mas Pouco
- 17.40 Feira da Música
- 18.10 Arca de Noé
- 18.45 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado (ver «Filmes na TV»)
- 20.40 Felicidade
- 22.30 Parabéns
- 00.05 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Sessão Dupla II - «Horas Sombrias» (ver «Filmes na TV»)
- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes

Domingo, 28

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois
- 15.25 Beverly Hills 90210
- 16.20 A Contagem Final (ver «Filmes na TV»)
- 18.05 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.05 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.25 Grande Área
- 00.50 Conversa Afuada
- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Uma Família para Joe
- 09.30 Regiões



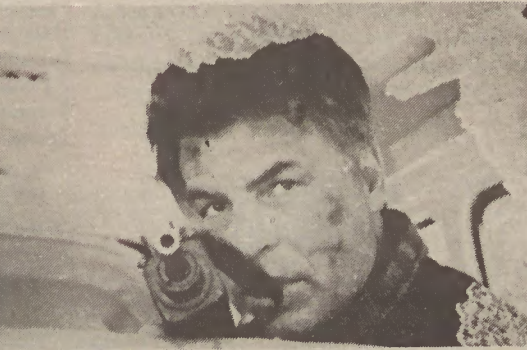
The Jerry Lewis Show é esta semana uma das opções do «Agora Escolha» de todas as tardes



Pelleas et Mellisande, de Debussy, encenada por Peter Stein e dirigida por Pierre Boulez, hoje às 19.30 na TV2: um acontecimento cultural malbaratado pelo horário de transmissão



Diana Ross: «últimas notas» na TV2 no domingo



Michele Placido, protagonista da série «Tentáculos»: na Quatro, ao domingo

Segunda, 29

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Nasceu uma Estrela (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.20 A Guerra Privada de Lucinda Smith
- 00.15 24 Horas
- 01.10 Remate

Terça, 30

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Madicken
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.25 A Conquista da Civilização (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Isto Só Video
- 22.05 Você Decide
- 23.00 De Caras
- 00.20 24 Horas
- 01.10 Remate

Quarta, 31

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Kelly II
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.05 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Camarada X (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Gorilas na Bruma (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Murphy Brown
- 00.30 24 Horas
- 01.20 Remate

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 O Rapaz do Elefante (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.00 No Cumprimento do Dever
- 22.35 Salomé
- 00.15 Popoff
- 00.40 Acerto de Contas

- 10.30 National Geographic
- 12.20 Gente da Frente
- 12.40 Forum Musical
- 13.40 Realce
- 14.05 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra
- 21.00 Artes e Letras - «Previsão dos Oscars»
- 22.00 Capitães da Areia
- 22.45 Voo às Cegas
- 23.35 Filhos de Estrela de Alva
- 00.30 Diana Ross

- 12.00 Quadrilha Selvagem
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Aventura
- 15.00 Fantomas Contra a Scotland Yard (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 Justiça Negra
- 18.00 Internacional SIC
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 De Corpo e Alma
- 20.50 Benny Hill
- 21.20 Paixões Secretas
- 21.50 Crimes
- 23.15 Último Jornal
- 23.45 Telefilme: «Segredos»

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 A Saga da Fórmula Um
- 14.00 Um Planeta Uma Família
- 15.00 Anastasia (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Tarzan
- 17.30 National Geographic Magazine
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 A Viúva do Enforcado
- 21.00 Cosby Show
- 21.30 O Futuro é Melhor (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Clint Eastwood em entrevista
- 00.55 Deixem Correr o Sangue

- 10.00 Infantil
- 10.30 Documentário
- 11.00 O Espírito Criativo
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.10 Lágrimas (compacto)
- 17.35 Colégio Interno
- 18.35 Agatha Christie
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Os Caça-Fantasma II (ver «Filmes na TV»)
- 22.00 Cozido à Portuguesa
- 22.55 Fado, Fadinho
- 23.25 A Rosa Púrpura do Cairo (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Meteorologia

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 A Saga dos Wilson
- 14.00 Telhados de Vidro (compacto)
- 16.00 Frankenstein - O Ídolo da Academia (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Rumores
- 20.35 Oscars 93 - As Previsões
- 21.35 Tentáculos
- 23.10 Meteorologia

- 23.50 O Homem que Podia Fazer Milagres (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Repórter de Meia-Noite
- 22.20 Conta Corrente
- 23.20 Passo a Passo
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 19.40 Dramazine
- 20.10 Interiores
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Alphaville (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Últimas Notas (Neil Young ou Arlo Guthrie)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.35 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.20 A Missão Seguinte (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Jornalouco
- 24.00 Playboy
- 00.50 Boxe
- 01.20 MTV

- 16.30 A Casa do Tio Carlos
- 17.05 Já Tocou!
- 17.35 Lágrimas
- 18.35 A Amiga Olga
- 19.10 Rica Saúde
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Telhados de Vidro
- 20.30 Farda e Coração
- 21.30 Informação - «Referendo»
- 22.30 Cresce e Aparece
- 22.55 Os Construtores da História
- 23.25 Informação
- 23.40 Meteorologia

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Agora, Escolha!
- 14.30 TV2 Desporto - Ténis
- 16.35 Terra de Fogo e Sangue
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 18.50 Acção em Miami
- 19.50 Cinemazine
- 20.30 Milénio
- 21.30 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Ténis
- 23.20 Frente a Frente
- 00.15 Descida aos Infernos (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 14.30 Ténis
- 16.30 Extra Dimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.05 Carrusel
- 18.50 Acção em Miami
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.10 Ao Som do Automóvel
- 21.20 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Ténis
- 23.20 O Segredo do Amor (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 La Florentine
- 12.05 Documentário
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Agora, Escolha!
- 14.30 Ténis
- 16.30 O Presente dos Deuses
- 17.25 Chá das Cinco
- 18.25 Carrusel
- 19.15 Magazine
- 19.50 Aventura do Conhecimento
- 20.00 Futebol: Suíça-Portugal
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Barriga de Aluguer
- 00.10 Ténis
- 00.30 Mamma Roma (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Oscars 1993
- 23.00 Tostões e Milhões
- 23.05 Último Jornal
- 23.25 Jornalouco
- 23.30 O Último Tango em Nova Orleães
- 01.20 MTV

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Príncipe de Bel Air
- 22.00 Terça à Noite
- 23.00 Phoenix
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Jornalouco
- 00.20 MTV

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Batalhas Conjugais
- 22.20 Sexo Forte
- 23.10 Jogar em Casa
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 Jornalouco
- 00.10 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Já Tocou!
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Desenhos Animados
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 O Romance de Lucille Ball
- 23.45 Ponto Final
- 24.00 A Grande Noite dos Oscars. Filme: «Recordações de Hollywood»
- 03.00 Cerimónia de entrega dos Oscars (directo)

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.30 Oscars 93 (selecção da cerimónia de entrega)
- 23.00 Nos Bastidores do Poder
- 00.10 Informação
- 00.25 Meteorologia

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Telhados de Vidro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Desenhos Animados
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Ghandi (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Desporto Motorizado
- 01.15 Informação
- 01.30 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 25

Com Jeito Vai na Farra

«Carry On... Behind» (Gr.Br./1975). Real.: Gerald Thomas. Int.: Elke Sommer, Kenneth Williams, Joan Sims, Bernard Breslow. Cor, 87 min. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

O Homem Que Podia Fazer Milagres

«The Man Who Could Work Miracles» (Gr.Br./1936). Real.: Lothar Mendes. Int.: Roland Young, Joan Gardner, Ralph Richardson. P/B, 79 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

SEXTA, 26

Cynara - O Seu Único Pecado

«Cynara» (EUA/1933). Real.: King Vidor. Int.: Ronald Colman, Kay Francis, Phyllis Barry, Henry Stephenson. P/B, 75 min. *Melodrama*. (15.15, Canal 1)

12 Indomáveis Patifes - A Missão Seguinte

«The Dirty Dozen: The Next Mission» (EUA/1985). Real.: Andrew V. McLaglen. Int.: Lee Marvin, Ernest Borgnine, Richard Jaeckel, Ken Wahl. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

O Aeroplano

«Airplane» (EUA/1980). Real.: Jim Abrahams e David e Jerry Zucker. Int.: Kareem Abdul-Jabbar, Lloyd Bridges, Peter Graves. Cor, 84 min. *Ver Destaque*. (22.10, Canal 1)

Alphaville

«Alphaville, Une Étrange Aventure de Lemmy Cautions» (Fr./1965). Real.: Jean-Luc Godard. Int.: Eddie Constantine, Anna Karina, Akim Tamiroff. P/B, 95 min. *Ver Destaque*. (23.00, TV 2)

Corações na Penumbra

«Sweet Bird of Youth» (EUA/1962). Real.: Richard Brooks. Int.: Paul Newman, Geraldine Page, Shirley Knight, Ed Begley, Rip Torn, Madeleine Sherwood. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (23.10, Quatro)

Cavaleiros e Esmeraldas

«Knights and Emeralds» (Gr.Br./1986). Real.: Ian Emes. Int.: Christopher Wild, Beverly Hills, Warren Mitchell, Bill Leadbitter. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (00.45, Canal 1)

O Medo Vem do Escuro

«Don't Be Afraid of the Dark» (EUA/1973). Real.: John Newland. Int.: Kim Darby, Jim Hutton, Barbara Anderson, William Demarest. Cor, 74 minutos. *Thriller*. (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 27

O Rapaz do Elefante

«Elephant Boy» (Gr.Br./1937). Real.: Robert Flaherty e Zoltan Korda. Int.: Sabu, W. E. Holloway, Walter Hudd, Allan Jayes. P/B, 79 min. *Aventuras*. (12.05, TV 2)

Fantomas Contra a Scotland Yard

«Fantômas Contre Scotland Yard» (Fr./1966). Real.: André Hunebelle. Int.: Jean Marais, Louis de Funès, Mylène Demongeot. Cor, 92 min. *Aventuras*. (15.00, SIC)

Jovens em Fuga

«Runners» (Gr.Br./1983). Real.: Charles Sturridge. Int.: Kate Hardie, James Fox, Jane Asher, Eileen O'Brien, Ruti Simon. Cor, 102 min. *Melodrama familiar*. (15.20, Canal 1)

Os Caça-Fantasmas II

«Ghostbusters II» (EUA/1989). Real.: Ivan Reitman. Int.: Bill Murray, Dan Aykroyd, Sigourney Weaver, Harold Ramis. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (20.05, Quatro)

Ele, Ela e a Tartaruga

«Turtle Diary» (Gr.Br./1985). Real.: John Irvin. Int.: Glenda Jackson, Ben Kingsley, Richard Johnson, Michael Gambon. Cor, 93 min. *Ver Destaque*. (20.30, TV 2)

A Rosa Púrpura do Cairo

«The Purple Rose of Cairo» (EUA/1985). Real.: Woody Allen. Int.: Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello, Irving Metzman. Cor, P/B, 81 min. *Ver Destaque*. (23.25, Quatro)

Segredos

«Danielle Steele: Secrets» (EUA/1992). Real.: Peter Hunt. Int.: Christopher Plummer, Stephanie Beacham. Cor, 100 min. *Telefilme dramático*. (23.45, SIC)

Antes Morto Que Vivo

(EUA/1985). Real.: Savage Steve Holland. *Comédia*. (Alternativa 1)

Uma Casa Muito Especial

(Gr.Br./1968). Real.: Philip Saville. *Comédia*. (Alternativa II). **Kid - Sede de Matar** (EUA/1990). Real.: John Mark Robinson. *«Thriller»*. (Alternativa III). (00.05, Canal 1)

Horas Sombrias

«Boardwalk» (EUA/1979). Real.: Stephen Verona. Int.: Ruth Gordon, Lee Strasberg, Janet Leigh, Joe Silver. Cor, 96 min. *Drama*. (02.05, Canal 1)

DOMINGO, 28

Anastásia

«Anastasia» (EUA/1956). Real.: Anatole Litvak. Int.: Ingrid Bergman, Yul Brynner, Helen Hayes. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

Frankenstein - O Ídolo da Academia

«Frankenstein - The College Years» (EUA/1991). Real.: Tom Shadyak. Int.: William Baskdale, Christopher Daniel Barnes. Cor, 90 min. *Comédia*. (16.00, Quatro)

A Contagem Final

«The Final Countdown» (EUA/1980). Real.: Don Taylor. Int.: Kirk Douglas, Martin Sheen, Katharine Ross, James Farentino. *Ficção científica*. (16.20, Canal 1)

O Futuro É Mulher

«Il Futuro È Donna» (It./1984). Real.: Marco Ferreri. Int.: Ornella Muti, Hanna Schygulla, Niels Arstrup. Cor, 103 min. *Drama*. (21.30, SIC)

SEGUNDA, 29

Nasceu Uma Estrela

«A Star Is Born» (EUA/1937). Real.: William Wellman. Int.: Janet Gaynor, Fredric March, Adolphe Menjou, May Robson. Cor, 109 min. *Ver Destaque*. (15.00, Canal 1)

O Romance Fracassado de Lucille Ball

«Lucy and Desi - Before The Laughter» (EUA). Real.: Charles Jarrot. Int.: Frances Fisher, Maurice Bernard, Robin Pearson Rose, John Wheeler. *Comédia*. (20.30, Quatro)

O Último Tango em Nova Orleães

«Zandalee» (EUA). Real.: Sam Pillsbury. Int.: Nicolas Cage. *Drama*. (23.30, SIC)

Recordações de Hollywood

«Postcards From the Edge» (EUA/1990). Real.: Mike Nichols. Int.: Meryl Streep, Shirley MacLaine, Dennis Quaid, Gene Hackman, Richard Dreyfus, Rob Reiner. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (00.05, Quatro)

Descida aos Infernos

«Descente aux Enfers» (Fr./1986). Real.: Francis Girod. Int.: Claude Brasseur, Sophie Marceau, Hippolyte Girardot. Cor, 86 min. *Drama*. (00.15, TV 2)

TERÇA, 30

A Conquista da Civilização

«Canadian Pacific» (EUA/1949). Real.: Edwin L. Marin. Int.: Randolph Scott, Jane Wyatt, Nancy Olson, J. Carrol Naish. Cor, 91 min. *Western*. (15.05, Canal 1)

O Segredo do Amor

«Hotel des Amériques» (Fr./1981). Real.: André Téchiné. Int.: Catherine Deneuve, Patrick Dewere, Etienne Chicot, Josiane Balasko. Cor, 89 min. *Ver Destaque*. (23.20, TV 2)

QUARTA, 31

Camarada X

«Comrade X» (EUA/1940). Real.: King Vidor. Int.: Clark Gable, Hedy Lamarr, Oscar Homolka, Felix Bressart. P/B, 91 min. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

Gandhi

«Gandhi» (EUA/1982). Real.: Richard Attenborough. Int.: Ben Kingsley, Candice Bergen, Edward Fox, John Gielgud, Trevor Howard, John Mills, Martin Sheen. Cor, 188 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Gorilas na Bruma

«Gorillas in the Mist» (EUA/1988). Real.: Michael Apted. Int.: Sigourney Weaver, Bryan Brown, Julie Harris. Cor, 125 min. *Drama biográfico*. (21.55, Canal 1)

Mamma Roma

«Mamma Roma» (It./1962). Real.: Pier Paolo Pasolini. Int.: Ana Magnani, Ettore Garofolo, Franco Citti, Silvana Corsini. P/B, 110 min. *Ver Destaque*. (00.30, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

- Por isto e por aquilo... -

O Homem Que Podia Fazer Milagres

(Quinta, 23.50, TV 2)

Um simples caixairo de um armazém vê-se, de súbito, investido pelos deuses da capacidade de fazer milagres e, pouco a pouco, vai fazendo as suas experiências com os seus novos poderes, cujo efectivo sucesso o leva a exigir mais e mais alto, como seja, por exemplo, que as guerras acabem, começando então as coisas a complicar-se para ele - chegando às ameaças de morte por parte de um general. Com argumento adaptado de um romance de H. G. Wells, o filme é uma parábola em forma de comédia, onde a ingenuidade e a fantasia (servida por «efeitos especiais», notáveis para a época) lhe fazem despertar um interesse que, entretanto, o peso dos anos provavelmente fez diminuir. A ver vamos.

12 Indomáveis Patifes - A Missão Seguinte

(Sexta, 21.30, SIC)

Na sequência do merecido êxito alcançado pelo filme «original» de Robert Aldrich, que a SIC transmitiu na semana passada, nada menos do que três sequelas para a televisão se lhe seguiram, respectivamente em 85, 87 e 88. Esta, que o mesmo canal hoje transmite, realizada 18 anos após a estreia daquele «clássico», é a primeira delas e o argumento desenvolve a história de um outro grupo de «condenados» que volta a ser requisitado sob o comando de Lee Marvin para uma expedição que, desta vez, é encarregada de liquidar Hitler! Mas, para que não haja confusões, o resultado é bem pior do que a normal mediania de um qualquer telefilme.

O Aeroplano (Sexta, 22.10, Canal 1)

São mais do que conhecidos os dispositivos de encenação e montagem que fazem dos «filmes-catástrofe» exemplos acabados desse espectáculo de ficção que, destinando-se a aterrorizar-nos, estranhamente nos fascina em vez de nos repelir, embora, na maior parte dos casos, estejamos perante obras que sabemos à partida manifestamente manipuladas e manipuladoras e de reduzidíssimo interesse cinematográfico, para além do «fogo de vista». O ponto de partida para este filme é totalmente o oposto: pretende-se fazer-nos rir a bandeiras despregadas com os gags que por ali abundam, num gozo desbragado aos filmes «sérios» do género. Mas atenção: aqui, arrisca-se a acontecer precisamente o contrário: é que o disparate é tal que, por vezes, ansiamos pelos suores frios de uma «catastrofezinha» a sério...

Alphaville (Sexta, 23.00, TV 2)

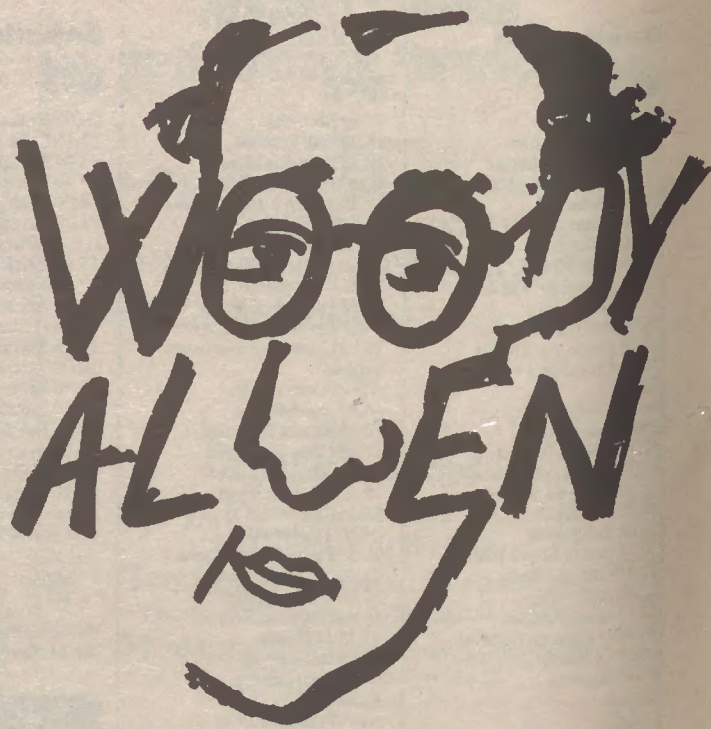
Excluindo cinco «curtas-metragens» e dois «episódios» rodados para dois filmes colectivos (*Rogopag* e *As Mais Belas Vigarietas do Mundo*) este é o sexto de uma imensa série de filmes que ilustram a prolifera carreira de um dos mais celebrados, e também discutidos e polémicos, realizadores do cinema moderno europeu - Jean-Luc Godard. Realizado em 1964, a acção situa-se mais de três décadas depois, numa cidade do futuro - *Alphaville* - onde um cérebro-robot dita as suas ordens e impõe a incommunicabilidade e o despojo de sentimentos a uma população aterrada e submissa. E por ali anda *Lemmy Caution* (a personagem de *agente secreto* que Eddie Constantine fez arrastar por tantos filmes de acção «de segunda» e que, neste ensejo, se reconcilia com a arte de representar) enviado para tentar convencer um professor-cientista a destruir o maléfico computador e provocando, do mesmo passo, à filha deste (Anna Karina), o interdito gesto do amor. Um filme fabulosamente fotografado por um dos maiores directores de fotografia europeus de sempre - Raoul Coutard.

Corações na Penumbra (Sexta, 23.10, Quatro)

É a segunda adaptação de Richard Brooks de uma peça de Tennessee Williams, seguindo-se a *Gata Em Telhado de Zinco Quente*. Peça igualmente tórrida e escrita na dura linguagem que caracteriza o escritor - em perfeita correspondência com a sociedade que descreve - a sua adaptação ao cinema foi um dos mais impressionantes trabalhos do grande realizador. Mas inesquecíveis são, também, as interpretações de um punhado de actores e atrizes, alguns deles criadores, nos palcos, e sob a direcção de Elia Kazan, das principais personagens: Chance Wayne (Paul Newman), um empregado de bar que se sente atraído por Heavenly (Shirley Knight), filha de «Boss» Finley (Ed Bagley), um despótico político sulista que acaba por subornar Chance para que ele desista da incómoda e inoportuna ligação. Este vem depois a tornar-se o *chulo* sem princípios de Alexandra del Lago (Geraldine Page), uma actriz em declínio e entregue ao álcool e à droga. Uma imagem duríssima e justamente pessimista do mundo corrupto dos jogos de poder e da política que se travam, com particular expressão, no Sul dos Estados Unidos - não longe desse outro dramático palco onde, dois anos após a estreia do filme, John F. Kennedy seria assassinado.

Cavaleiros e Esmeraldas (Sexta, 00.45, Canal 1)

Contrastando com a habitual baixíssima qualidade das propostas cinematográficas do Canal 1 para este dia e esta hora, *Cavaleiros e Esmeraldas* parece ser, segundo as referências, um filme interessante - o primeiro do britânico Ian Emes - em que vêm à superfície os choques racistas, fruto hodierno das sociedades flageladas pela crescente e universal degradação das condições económicas e sociais. Aqui, o confronto tem a sua expressão no seio de uma banda de músicos negros em que actua um talentoso baterista branco de origem operária - uma «coabita-



Woody Allen, realizador de «A Rosa Púrpura do Cairo».

ção» que outros músicos brancos não estão dispostos a suportar. Pena é que a música - afinal, a envolvente sonora do conflito - seja de tão conflagradora qualidade.

Os Caça-Fantasmas II (Sábado, 20.05, Quatro)

Ao contrário do que costuma acontecer com as «continuações» dos grandes êxitos comerciais, esta segunda edição de *Os Caça-Fantasmas* - realizada, como a primeira, por Ivan Reitman - é, novamente, um hilariante (embora algo longo) divertimento cinematográfico. Inte-pretado pelos seus principais actores originais, de que se destacam Bill Murray e Dan Aykroyd, também argumentistas, o filme conta-nos as novas aventuras dessa trupe de parapsicólogos que, cinco anos após terem desempenhado altíssimos serviços na luta contra os fantasmas, tentam

agora descobrir os estranhos, maléficos e fantasmagóricos novos fenómenos que voltam a perturbar a vida de alguns pacíficos cidadãos de Nova Iorque - como a de Dana (Sigourney Weaver) que vê, um dia, o carrinho do bebé a rolar, sozinho, rua abaixo...

Ele, Ela e a Tartaruga (Sábado, 20.30, TV 2)

As referências a este filme não podiam ser mais díspares: alguns consideram-no uma xaropada inconsequente, na qual se estranha terem «alinhado» respeitáveis figuras da arte de representar, como Glenda Jackson, Ben Kingsley ou Michael Gambon. Outros, afirmando embora que se trata de um argumento menor de um autor consagrado - Harold Pinter (que, a propósito, parece fazer uma boa «rábula» no curto papel de cliente de uma livraria) - lhe apontam a simpatia

das intenções desta fábula: o interesse que dois seres «em baixo de forma» manifestam pelo destino das tartarugas de um Jardim Zoológico. A confirmar.

A Rosa Púrpura do Cairo (Sábado, 23.25, Quatro)

Nenhuma espécie de dúvida desperta, pelo contrário, esta magnífica obra de Woody Allen. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais espantosos «achados» do cineasta, a trazer para o primeiro plano a geralmente cuidada programação da Quatro. Uma jovem mulher - cuja existência, alternando entre a vida em comum com um marido dominador e o quotidiano de um emprego entediante, é tão vazia como as esperanças frustradas da época de Depressão, que tudo e todos abala e subtilmente envolve o filme - encontra o refúgio para os seus ilusórios sonhos na impossível paixão que nutre pelo «herói» principal de um filme que ela, todos os dias, consecutivamente, vê na sala escura de um cinema de bairro. E eis que o sonho se torna realidade! Eis que, um belo dia, o seu «cavaleiro andante», finalmente incapaz de escapar ao intenso olhar daquela solitária espectadora, nela repara e sai da tela para cair nos seus braços... Sim-plemente, do «herói» só resta a ilusão: aquele rosto e aquele corpo são, afinal, o de um «intérprete» que diz e pensa coisas desajeitadas, próprias do guião de *outro filme*, e desajustadas à esperançada expectativa de Cecília, a solitária espectadora... E não se sabe que mais admirar neste filme: se o supremo amor de Woody Allen pelo cinema, que, entretanto, não o impede de estigmatizar essa «fábrica de ilusões» que ele mesmo é - aparente contradição que o realizador, de forma tão consequente, assume; se esse verdadeiro golpe de génio que é fazer contrastar o mundo da fantasia e da aventura (representado a preto-e-branco na tela) com o mundo vazio de esperança e substância (mas representado a cores, na vida real!); se a espantosa e progressiva desilusão da nossa apagada, mas emocionante, heroína das agruras diárias, perante a «realidade» insípida e, dir-se-ia, *continuadamente imaterial* desse ser vindo do celulóide, e tornado um *corpo estranho* que afinal é impossível amar - levando-a a optar pelo regresso à resignada realidade de todos os dias. Sem esquecer as prodigiosas interpretações de Mia Farrow e, sobretudo, de Jeff Daniels, não podemos, em nenhum momento, deixar de continuarmos a



Geraldine Page e Paul Newman, duas interpretações memoráveis em «Corações na Penumbra», de Richard Brooks

espantar-nos perante a prodigiosa mestria com que Woody Allen encena e domina dois dispositivos diversos de uma mesma arte ficcional - a do fabuloso *pastiche* do «clássico filme B de aventuras», que Cecilia e nós vemos na tela, e esse outro lado «realista» da ficção que aquele «mundo de fantasia» inesperadamente invade... Um filme para gravar e voltar ainda e sempre a descobrir, fotograma a fotograma.

Anastásia (Domingo, 15.00, SIC)

Outro filme objecto de resenções críticas as mais díspares. De um lado, os que o consideram de um ridículo supremo, do outro os que vêm no *cast* de intérpretes toda a salvação possível. Fiquemo-nos, amavelmente, pelo compromisso. Trata-se da cinematização do romance de Marcelle Maurette que conta a história de um grupo de judeus russos que, em finais dos anos 20, em Paris, tenta fazer passar pela verdadeira Anastásia - filha do *tsar* de todas as Rússias, cuja família fora abatida dez anos antes - uma mulher que, vem depois a saber-se, é a protagonista principal de uma encenação e embuste. Se Anatole Litvak não é propriamente *um pé* ao erguer esta intriga, o papel que desempenha Ingrid Bergman e, sobretudo, a cena da confrontação da grande duquesa (Helen Hayes) com a pretensa descendente, para a sua identificação, não deixam os espectadores propriamente indiferentes.

Nasceu Uma Estrela (Segunda, 15.00, Canal 1)

No habitual confronto entre as versões originais e as versões renovadas de grandes obras clássicas do cinema, as primeiras levam geralmente larga vantagem sobre as segundas. No caso deste *Nasceu Uma Estrela*, as coisas não se passam bem assim. A televisão portuguesa (já não lembramos qual, tão demasiadas e iguais elas são) deu-nos há meses a versão semimusicada (de 1954) desta história dramática; e o resultado, certamente porque na realização estava George Cukor e na interpretação nomes como os de Judy Garland, James Mason ou Charles Bickford, era diverso, não, por exemplo, numa «Sessão da Tarde» de um sábado ou domingo - o que seria natural - mas, mais uma vez, «escondida» num dia de árduo trabalho. Aproveite para gravar a especial atmosfera do cinema dos anos 30, na esplendorosa interpretação de Fredric March e Janet Gaynor, sem esquecer, claro, Adolphe Menjou.

Recordações de Hollywood (Segunda, 00.05, Quatro)

Se não houver as habituais «golpadas» pelo meio, parece que a cerimónia da atribuição dos Oscars caberá, este ano, à *Quatro*. Absolutamente um rasgo, um feito que vem levantar um pouco o *moral* de um canal que não há meio de existir... Para entreter os espectadores até ao evento da madrugada, a transmissão deste filme é provavelmente uma boa ideia. Meryl Streep e Shirley MacLaine, filha e mãe no filme, dão corpo a uma comédia dramática que retrata os bastidores de Hollywood.

O Segredo do Amor (Terça, 23.20, TV 2)

Realizado por um estimável (termo sempre oportuno...) realizador das últimas décadas e meia do cinema francês, este filme tem como «chama interior» uma história romântica, de certo modo desfasada do próprio meio e época que a envolvem. Mas Catherine Deneuve e Patrick Dewere dão o tom certo a duas bem conseguidas interpretações.

Gandhi (Quarta, 21.30, Quatro)

As credenciais, irrefutáveis, aí estão: oito Oscars da Academia a coroarem um filme que retrata, com espectacularidade e grandes meios, mas decente rigor e apego à mensagem essencial de Gandhi, a vida ao serviço do seu povo de uma das figuras mais importantes da história mundial na luta contra o colonialismo e pela independência dos povos. Ben Kingsley tem aqui um dos melhores papéis da sua carreira e *Attention* assina um projecto digno que levou 20 anos a pôr de pé. É obra.

Mamma Roma (Quarta, 00.30, TV 2)

E estes sete dias de cinema na televisão acabam com uma das primeiras obras de Pasolini, esse genial *maldito* do cinema italiano. Nada menos do que a segunda, seguindo-se a *Accatone*, ou seja, situada na fase em que o proletariado urbano era o alfobre de personagens que povoavam o cinema do mestre - sem dúvida a mais forte e polémica personalidade do cinema italiano. Neste melodrama, a espantosa Anna Magnani encarna a figura de uma prostituta que, lutando contra as tragédias da vida, dedica a sua existência, em vão, à construção de um futuro diferente e digno para o seu filho. Em termos portugueses, a curiosidade que suplementarmente justifica a visão do filme vai para o facto de a censura fascista ter proibido a sua exibição comercial, o que só veio a acontecer, muito recentemente, em 1992.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Drácula de Bram Stoker	★★★★	★★★★	★★★★
B Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C Memórias de Um Homem Invisível	★★★★	-	-
D Perfume de Mulher	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Francis Ford Coppola - Alfa 2 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.10); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Las Vegas/2 (15.30, 17.45, 21.45); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15) - Lisboa.
- B** - Real. Woody Allen - Londres (14.00, 16.30, 19.00); Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- C** - Real. John Carpenter - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Terminal/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) - Lisboa.
- D** - Real. Martin Brest - Alfa/3 (14.00, 17.30, 21.00, 00.20); Amoreiras/1 (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); Mundial/1 (14.00, 16.45, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 18.30, 22.00); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DE POLÍCIA**, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa. R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 797 09 69. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÊNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 396 15 15. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira,

1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 363 99 74. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO CIRCO

Braga, Av. Liberdade. Tel. 27 167. 3ª a dom. às 21.30. **DÁ-MABRIGO**, de Barrie Keefe, encenação de José Wallenstein, pela Companhia de Teatro de Braga.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 937 32 99. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Mala-posta.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

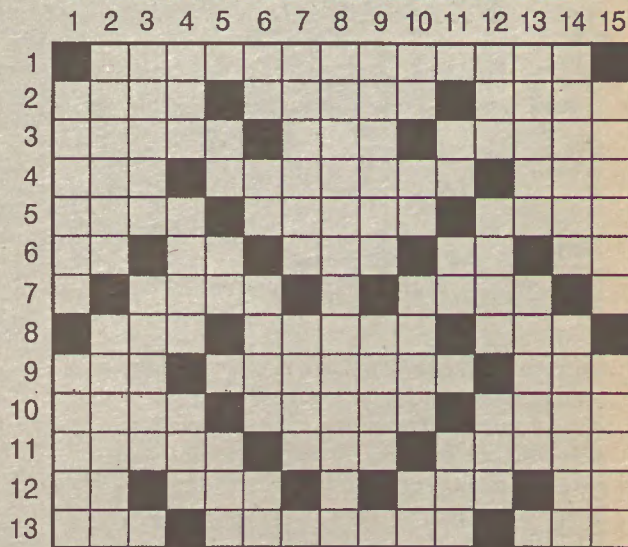
TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 342 32 00. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

Tempo

Para os próximos dias prevê-se céu pouco nublado, no Norte, com períodos de muito nublado no Sul, onde poderão ocorrer aguaceiros.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 - Tomaras uniforme; 2 - para Camilo ele tanto podia ser de Perdição ou de Salvação; filtrara; altares; 3 - conduzi; eia; ponho incomunicável; 4 - argola; chagas; à minha pessoa; 5 - rasteira; misérias; irrite; 6 - outra coisa; Sódio (simb.); espaço de tempo; nota musical; nesse lugar; 7 - fileira; temor; 8 - rio que passa por Leiria; talhada; agora; 9 - textualmente; esfarelaria; naquele lugar; 10 - aves corredouras australianas; observas; lavrem; 11 - sem graduação (pl.); corrente de água natural; santo a que é dedicado um templo; 12 - andar; nobre inglês; enguia; estão na batata; 13 - árvore cuja casca aromatiza o vinho; este francês comandou a 3ª invasão a Portugal; costume.

Verticais: 1 - Içaram; sisuda; 2 - referente ao úmero; aperfeiçoara; 3 - de pouca idade; permaneces; 4 - fúria; erva-doce; pedido de socorro no mar; 5 - ilha no Mediterrâneo próximo de Marselha; art. árabe; afirmativa; 6 - dialecto falado no Sul de França na Idade Média; Érbio (simb.); semelhante; Rádio (simb.); 7 - rataram; proceder; 8 - patentearias; 9 - encolerizadas; antiga Pérsia; 10 - começo da zanga; campeão; em maior quantidade; Índio (simb.); 11 - vogal no plural; a mim; discursa; 12 - batráquios; filha de Mutão, rei de Tiro, irmã de Pigmalião, fundadora de Cartago; anel; 13 - cheiro; rezara; 14 - marinha de sal; citas para prova; 15 - adicioneis; imóvel.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 - Mortificariam; 2 - real cedi; 3 - trago; Ota; saram; 4 - Aida; aviso; Satã; 5 - Ga; tramara; ou; 6 - má; ria; Dio; mó; 7 - surdo; cerco; 8 - Na; mau; neo; fá; 9 - lá; irarias; tô; 10 - Neva; acedi; beco; 11 - amino; ato; mamar; 12 - aipo; deti; 13 - assassinaram.

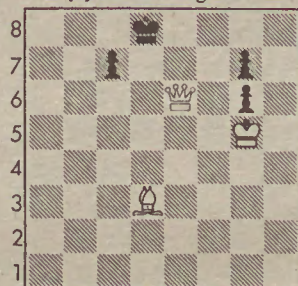
Verticais: 1 - Utá; Man; noa; 2 - Riga; além; 3 - orada; avias; 4 - rega; rum; anis; 5 - tão; tirai; opa; 6 - il; aradura; os; 7 - ova; açã; 8 - íntimo; fretai; 9 - asa; ido; 10 - Ac; ordenai; dá; 11 - réis; Aires; mer; 12 - idas; oco; bati; 13 - airão; temia; 14 - atum; foca; 15 - uma; ora; ora.

XADREZ

CDIII - 25 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X023
Por: J. FOUAD
Diagrammes, 1978

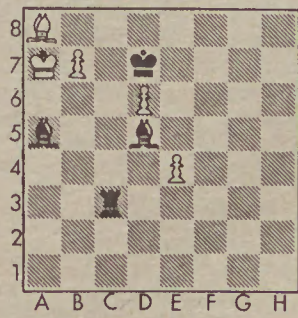
Pr: [4]: Ps.ç7, g6, g7-Rd8
Br: [3]: Bd3-Dé6-Rg5



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X024

Por: D. GURGENIDZIE
Chess Fédération, 1973
Pr: [4]: Bs.a5,d5-Tç3-Rd7
Br: [5]: Ps. b7, d6, é4-Ba8-ra7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDIII

N.º 1993X023 [J.F.]: 1. Rg4! Blo-cus! 1. ... ç5/ç5; 2. Dd6+, Rç8/Rç8; 3. Ba6+/B.g6+/+1. ... g5; 2. Bf5, Pr. ~; 3. Dd7++
N.º 1993X024 [D.G.]: 1. b8-D, Bb6+; 2. Ra6, Bç4+; 3. Rb7, Bd5+; 4. éd5, Bd8; 5. Ra6, Ta+; 6. Rb5, Tb3+; 7. Rç5, Tb8; 8. Bç6+, Rç8; 9. d7+, Rç7; 10. d6++

A. de M. M.

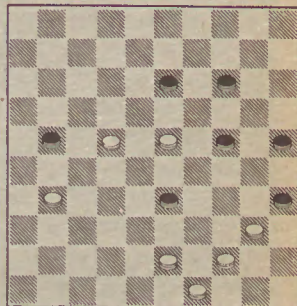
DAMAS

CDIII - 25 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D023

Por: J. BUS
1963

Pr: [7]: 13-14-21-24-25-33-35
Br: [7]: 22-23-31-40-43-44-49

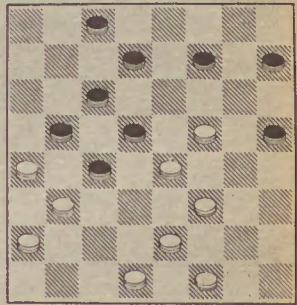


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D024

Golpe N.º 11/93
Por: JUAN GARCIA CANALEJAS
Libro del Juego de las Damas,
Saragoça, 1650

1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 28-23; 3. 12-15, 32-28; 4. 1-5, 22-19; 5. 15-22, 26-19; 6. 9-13, 20-15; 7. 11-20, 24-15; 8. 13-18, 21-17; 9. 5-9, 30-26; 10. 7-12, 28-24; 11. 12-16, 24-20; 12. 4-7, 26-22; 13. 7-12, 22-13; 14. 9-18, 29-26 DIAGRAMA:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDIII

N.º 1993D023 [J.B.]: 1. 23-19, (14x23); 2. 44-39! (33x44)*; 3. 22-18, (x); 4. 43-39, (44x33); 5. 31-26, (35x44); 6. 26x30, (25x34); 7. 49x38+
N.º 1993D024 [J.G.C.]: 15. 18-21, 25-11; 16. 10-14, 19-10; 17. 12-28, 31-24; 18. 16-30=D+

A. de M. M.

a talhe de FOICE Pacotes

Governar é uma arte que a História dos homens nos habituou a associar a numerosas qualidades, como o talento, a inteligência, a cultura, a sensibilidade política, a energia, a determinação, a honestidade, o patriotismo, a coragem, a imaginação, a audácia, o empenho social, a clarividência, etc., etc.

Cavaco Silva não precisa de nada disso.

Governar, para ele, é mexer em pacotes.

Não sabemos onde o nosso Primeiro apanhou este jeito tão peculiar de mexer, mas o certo é que tem dado resultado, como o comprovam duas sucessivas e concludentes maiorias. E a técnica do pacote - porque dum verdadeira técnica se trata - tem dois movimentos exactos, a saber.

Assim que ganha umas eleições (e já lá vão duas), Cavaco Silva guarda no sótão de S. Bento o carregamento de promessas que o elegeu e começa a sua primeira mexida nos pacotes. Este é o movimento mais prolongado, pois dura normalmente três quartos do mandato, sendo exercido com cautelosa volúpia.

Ele é o pacote laboral, que laboriosamente retira direitos, liberdades e garantias aos trabalhadores e os concentra na mão do grande capital.

Ele é o pacote das privatizações, cujas públicas virtudes desembocam no esartejamento das empresas nacionalizadas para as entregar, às postas, à voracidade capitalista, enquanto o tecido produtivo português vai mirrando em falências sucessivas e em concentrações monopolistas que esmifram o País.

Ele é o pacote da agricultura, que destrói a Reforma Agrária, desertifica os campos, semeia o desemprego, abre as portas aos produtos estrangeiros mais baratos, arruína as nossas produções e os nossos produtores, espalha a miséria e a fome.

Ele é o pacote da Saúde, que desmantela o direito constitucional duma assistência geral e gratuita, encerra serviços e hospitais e constrói, com dinheiros públicos, grandes unidades hospitalares vocacionadas para chorudos negócios de medicina privada.

Ele é o pacote da Educação, que desarticula o ensino democrático, geral e gratuito, arruína o parque escolar, degrada a situação profissional dos seus agentes, afunila o acesso às Universidades e cria um quadro de elitismo onde quem quiser ensino... que o pague a instituições privadas, entretanto a florescer, de vento em popa, com apoio dos dinheiros públicos.

Todavia um mandato não é eterno, pelo que... Assim que se aproximam novas eleições, Cavaco Silva muda de pacotes e mete a mão no pacote maior dos dinheiros públicos. E é um vê se te avias.

Ele é o pacote do Alqueva, de repente lembrado após mais de 25 anos de desprezo, com um investimento que ninguém percebeu muito bem como será, mas que soa bem.

Ele é o pacote das barracas, que vai outra vez acabar com elas com uma data de milhões de contos prudentemente distribuídos por vários anos.

Ele é o pacote da agricultura, só que agora de sinal contrário: enquanto o anterior havia destruído a Reforma Agrária, desarticulado a produção, arruínado a maioria dos agricultores, este vem pagar isso tudo com uns repentinos milhões de contos que também ninguém sabe quando nem como virão e, sobretudo, para que vão servir num quadro de estrangulamento generalizado da produção e comercialização dos produtos agrícolas portugueses.

E novos pacotes se seguirão, nesta recta final até às eleições, atirados ao desbarato sobre o descontentamento do País e a crise profunda em que os anteriores "pacotes" mergulharam o País. Entretanto, no sótão de S. Bento, já se espaneja o carregamento das promessas, que continuam em excelente estado - praticamente novas - para utilização nas próximas eleições.

Com tantos pacotes, eis, realmente, um Governo de pacotilha.

■ HC

PCP alerta para a degradação da segurança dos cidadãos

O Grupo de Estudos do PCP para as Questões de Administração Interna realizou ontem uma conferência de imprensa para análise à situação de segurança dos cidadãos, à política de Administração Interna do Governo e para a apresentação das propostas políticas do PCP.

Os camaradas João Amaral, deputado à AR e membro do CC do PCP, Carlos Gonçalves, suplente do CC, ambos do referido Grupo de Estudos, e Luís Corceiro, do Gabinete de Imprensa, constituíram a mesa.

O texto divulgado alerta para a "crescente degradação da situação de segurança dos cidadãos", comprovada pelos índices de 1992

relativos à evolução da criminalidade e do tráfico e consumo de drogas.

Segundo se salienta mais adiante, a reestruturação das Forças de Segurança prosseguida pelo MAI, "está a revelar-se um verdadeiro fracasso"; "a manutenção da GNR e da Guarda Fiscal (GF) como corpos militares, onde se aplica o estatuto da condição militar, restritivo de direitos fundamentais, é um completo anacronismo" e a "extinção da Guarda Fiscal" foi efectivada com "precipitação e irresponsabilidade".

Foi denunciado que os Serviços de Informação de Segurança "estão a tornar-se uma espécie de polícia política do Governo", que o Ser-

viço de Informações Schengen está "em acelerada formação sem que exista nacionalmente qualquer controlo democrático sobre a sua actividade, nem sequer judicial" e desafiado o MAI a informar com detalhe "quais os ficheiros informáticos de que dispõe nos diferentes Serviços e Forças de Segurança".

Foi ainda manifestada a solidariedade do PCP aos dirigentes de Associações das Forças de Segurança que estão a ser alvo de medidas repressivas do Governo.

No que respeita às iniciativas do PCP foram anunciados cinco Projectos de Lei: de criação de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos; de alteração à natureza militar da GNR e

da GF; de garantia do direito de constituição de Associações Sindicais pelos profissionais da PSP; de garantia do exercício dos direitos fundamentais, incluindo os associativos, pelos agentes da GNR e GF.

Foi também referida a proposta de uma Audiência Parlamentar sobre a reestruturação da Guarda Fiscal.

Finalmente, sobre os Serviços de Informações o PCP já propôs à A. R. que procedesse ao levantamento e análise da situação e que um dos debates mensais fosse consagrado à temática dos "Serviços de Informação (nacionais e de Schengen), bem como à análise dos ficheiros policiais existentes e do seu controlo".

Pacote agrícola é insuficiente

Reagindo ao anúncio, pelo ministro da Agricultura, do pacote de medidas que envolveria a soma de 300 milhões de contos, a CNA divulgou um comunicado em que manifesta «receio de que os dinheiros agora prometidos continuem a não chegar aos agricultores e às cooperativas agrícolas e continuem a ir parar aos bolsos dos patrões da agro-indústria e dos grandes gru-

pos de comerciantes». A CNA, que relaciona o pacote anunciado com o forte movimento de protesto e reclamação dos agricultores, sublinha todavia que «as medidas concretas previstas para um período de quatro a seis anos são muito insuficientes e por assim dizer, uma espécie de primas afastadas» são propostas pela Confederação no seu plano nacional de emergência para o sector

agrícola. A Confederação faz notar que «nos 300 milhões agora prometidos estão incluídos do 106 milhões que virão da CEE, durante os próximos seis anos, devido ao fim antecipado da 2ª fase de adesão da agricultura portuguesa e que o ministro Arlindo da Cunha já anunciara há dois meses atrás.»

Esta organização da agricultura considera «bombás-

tica» a forma como surge o plano, e revela dúvidas sobre «alguns dos seus objectivos expressos. Contudo, a exclusão da CNA de todo o processo, «desde o estudo destas medidas até à respectiva aplicação e fiscalização» suscita preocupações acrescidas de que «o Governo continue a criar todas as condições para mais fraudes e desvios de fundos».

Comunistas querem revisão da Lei dos imigrantes

A Direcções das Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP divulgaram numa nota à imprensa em que manifestam a sua total oposição à recente aprovação e promulgação da Lei de Entrada, Permanência, Saída e Expulsão de estrangeiros do território nacional.

Como refere o texto, a Lei está «orientada para o reforço do aparelho policial, através dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, PSP e GNR, atribuindo-lhes claros e graves poderes discricionários e acentuando assim um clima intimidatório e repressivo que impossibilita a criação das condições de confiança e tranquilidade indispensáveis a um processo de legalização extraordinário com este».

Os comunistas exigem que a Assembleia da República chame a si a ratificação da referida Lei, com vista a «introduzir-se alterações que a expurguem dos seus aspectos profundamente negativos e eventualmente inconstitucionais».

A DORL e a DORS do PCP opõem-se «frontalmente a qualquer propósito de expulsão em massa dos imigrantes do território nacional, com pretextos na invocação de compromissos internacionais no quadro da Comunidade Europeia, Acordo de Shengen, ou quaisquer outros» ou na ausência de documentos, «uma vez que o primeiro responsável por tal situação é o Governo português».

O PCP recorda que «aos alertas de diversas instituições sobre a insuficiência do prazo estipulado para a regu-

larização e à proposta do PCP no sentido de prolongar esse prazo por mais 90 dias, responderam o PSD e o Governo, primeiro com uma recusa obstinada e arrogante e posteriormente com a prorrogação do prazo até ao passado dia 5 de Março».

A DORL e a DORS do PCP reclamam «a discussão e aprovação pela Assembleia da República de uma política nacional de imigração que consagie todos os direitos dos cidadãos imigrantes, designadamente o respeito pelas suas culturas de origem, o direito ao trabalho e ao emprego estável, o direito de acesso ao ensino, à educação, à saúde, à segurança social e à habitação».



Quinta da Atalaia mais verde

No passado domingo, iniciou-se a 2.ª fase do plano de arborização da Quinta da Atalaia, coincidindo o arranque desta iniciativa com as comemorações do Dia da Árvore. Acorreram ao local vários membros da direcção e do colectivo da festa do «Avante!», da gestão da Quinta e outros

camaradas que fizeram questão em plantar a sua árvore. Os mais jovens, como a foto documenta, também lá estiveram a dar a sua contribuição. De referir, por fim, a presença no terreno da Festa do vereador do ambiente da Câmara Municipal do Seixal, Aurélio Cruz.